



# Relatório e Contas

## 2018

## Índice

1.	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração .....	2
2.	Missão, Valores e Visão .....	5
3.	Órgãos Sociais.....	6
4.	Participações no Capital Social .....	8
5.	Contexto Macroeconómico e Mercados Financeiros em 2018 .....	9
5.1.	Economia Mundial .....	9
5.2.	Economia Portuguesa .....	10
5.3.	Mercados Financeiros .....	14
6.	Contexto Setorial Bancário.....	19
7.	Síntese da atividade desenvolvida em 2018 .....	22
7.1.	Banca Comercial e Intermediação Financeira .....	22
7.2.	Tesouraria e Carteira Própria .....	24
7.3.	Serviços de Gestão Discricionária .....	25
8.	Apoio ao Negócio .....	26
9.	Sistema de Controlo Interno .....	30
9.1.	Gestão de Risco .....	32
9.2.	<i>Compliance</i> .....	36
9.3.	Auditoria Interna .....	37
10.	Política de Remunerações .....	38
11.	Principais indicadores.....	39
12.	Perspetivas da atividade futura.....	42
13.	Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	44
14.	Proposta de aplicação de resultados .....	44
15.	Referências finais .....	45
16.	Demonstrações Financeiras.....	46
17.	Notas às Demonstrações Financeiras.....	51
18.	Declaração sobre Política de Remuneração de Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	
19.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	
20.	Certificação Legal de Contas	

## 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O exercício de 2018 foi marcado por diversos fatores que afetaram significativamente o desempenho dos mercados financeiros no período.

Em primeiro lugar, o contexto macroeconómico e dos mercados foi muito condicionado pelas tensões comerciais entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, que originaram sérias incertezas sobre o futuro crescimento do comércio mundial. Por outro lado, na Europa adensaram-se as dúvidas sobre o desgastante processo do Brexit e sobre a posição do novo governo italiano em relação à Europa, a par da sustentabilidade das suas finanças públicas.

Finalmente, avolumaram-se as incertezas sobre as consequências do processo de normalização das políticas monetárias dos principais Bancos Centrais, nomeadamente da Reserva Federal Americana (*Fed*) e do Banco Central Europeu (BCE).

A conjugação dos fatores referidos gerou receios de recessão da economia mundial e resultou num ano muito negativo nos mercados financeiros, em particular nas ações, resultando claramente no pior ano desde a crise de 2008. De qualquer forma, a economia mundial cresceu 3,7% em 2018, mas com elevadas diferenças entre economias. O maior destaque foi para o crescimento dos EUA, impulsionado pelos estímulos fiscais às empresas, da Administração Trump.

Apesar do contexto negativo registado em 2018 e das consequências muito desfavoráveis para os mercados financeiros, as perspetivas para 2019 são relativamente positivas, quer em termos macroeconómicos, quer em relação aos mercados financeiros. Com efeito, as expetativas menos favoráveis para o crescimento económico mundial poderão ser compensadas por uma atuação mais moderada da *Fed* e do BCE ao nível da normalização das taxas de juro. Todavia, é inequívoco que os desempenhos da economia mundial e dos mercados serão essencialmente determinados pela evolução das tensões comerciais e pela forma como se vier a concretizar o processo do Brexit, sendo que estas situações poderão vir a exigir um comportamento bem mais acomodatório das autoridades monetárias a nível global.

A economia portuguesa, por seu lado, cresceu 2,1% em 2018, abaixo do registado no ano anterior, afetada pela desaceleração da economia europeia no mesmo período. No entanto, destacou-se o progresso da consolidação das suas finanças públicas, o que permitiu que as taxas de juro da dívida pública portuguesa não fossem praticamente afetadas pelas sérias tensões verificadas no mercado da dívida pública italiana.

Apesar da deterioração dos indicadores avançados e de confiança, as perspetivas para a economia portuguesa em 2019 embora razoáveis, serão naturalmente condicionadas por

situações como o desfecho do Brexit, o ciclo eleitoral na Europa, o evoluir do comércio mundial e da economia europeia em particular.

No setor bancário, manteve-se uma evolução quase anémica do crédito às empresas, que continuou a retroceder em 2018, ao passo que o crédito ao consumo voltou a evidenciar um ritmo de crescimento apreciável. O ano foi ainda marcado pela continuidade do esforço de limpeza de balanços das instituições financeiras, envolvendo consideráveis valores de vendas de crédito malparado, reforço de imparidades e alienação de imóveis em carteira. Globalmente, o setor bancário conseguiu melhorar a sua rentabilidade, perspetivando a saída de um ciclo de grande reestruturação, marcado por reduções de pessoal, fecho de agências e reforço de imparidades. Os maiores desafios deste setor estão agora na implementação de novos modelos estratégicos, caracterizados pela digitalização resultante dos desenvolvimentos tecnológicos em curso, conducentes a novos paradigmas de relacionamento com clientes e a novos modelos de parceria entre instituições financeiras e entidades denominadas como *fintechs*.

Por seu lado, o Banco registou em 2018 um prejuízo significativo que resultou da convergência de vários fatores:

- A margem financeira apresentou uma redução, essencialmente resultante do incremento do volume médio de depósitos relativamente ao ano anterior;
- As perdas registadas nos ativos financeiros, originadas pelo ano extremamente negativo nos mercados financeiros;
- O crescimento dos gastos gerais e administrativos, decorrente do esforço de reorganização e do aumento dos serviços jurídicos, de consultoria e de auditoria;
- O reforço das imparidades para crédito a clientes, fruto do significativo esforço no sentido de otimizar a carteira e reduzir os ativos não produtivos;
- A reversão parcial dos ativos referentes a impostos diferidos constituídos em exercícios anteriores.

O exercício ficou ainda assinalado por várias medidas tomadas no sentido de robustecer, quer o negócio, quer o capital e, globalmente, a solidez financeira da Instituição. Neste âmbito é importante realçar os dois aumentos de capital (no montante global de 15,5 milhões de euros), o incremento de imparidades, a redução dos ativos não produtivos, a revisão da estratégia, o fortalecimento do sistema de controlo interno, a reestruturação organizacional, o considerável investimento em tecnologia e o reforço do quadro de pessoal.

Espera-se que 2019 seja um ano muito importante para o Banco Português de Gestão, pois deverá marcar o início de um processo de profunda transformação do seu negócio. Esta transformação assentará em 4 dimensões essenciais:

- Crescimento equilibrado e balanceado entre crédito doméstico originado diretamente, crédito originado por terceiros nos mercados nacional e internacional, serviços financeiros e carteira de ativos financeiros;
- Reforço adequado dos fundos próprios, de acordo com os objetivos do Plano Estratégico 2019-2021. Complementarmente, preservar a captação de *funding* diversificado;
- Implementação gradual de um novo modelo de relacionamento com os clientes, no âmbito do lançamento de uma nova plataforma bancária *online/mobile*, que colocará novos canais de contacto ao serviço do negócio;
- Reforço do modelo de *governance* e do sistema de controlo interno, envolvendo reforço de equipas e investimentos tecnológicos.

O Banco Português de Gestão encara a disrupção tecnológica a que assistimos como uma oportunidade para bancos de pequena dimensão desenvolverem e comercializarem produtos e serviços inovadores, capazes de captar segmentos de clientes que não consideram as suas necessidades plenamente satisfeitas através da oferta no atual panorama do sistema bancário.

Estamos cientes que na implementação de qualquer estratégia as pessoas são fundamentais, pelo que a aposta no crescimento e desenvolvimento dos seus colaboradores será para reforçar.

Aos nossos acionistas, clientes e parceiros da Economia Social, designadamente cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações e IPSS que, no desenvolvimento das suas atividades, têm objetivos de cariz social, queremos manifestar o compromisso que a nossa Instituição continuará a preocupar-se com soluções financeiras que os envolvam e que mantenham viva uma relação que conta com quase duas décadas.

É assim com forte convicção que o Banco Português de Gestão vai, em 2019, procurar honrar com os clientes, acionistas e restantes *stakeholders*, o compromisso de corresponder às suas melhores expectativas.

Por fim, um agradecimento a todos os colaboradores pelo esforço e trabalho desenvolvidos e aos supervisores, reguladores e parceiros que nos acompanharam e ajudaram a melhorar.

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

## 2. Missão, Valores e Visão

O Banco procedeu a uma atualização da Missão, Valores e Visão, os quais espelham a estratégia apresentada para o triénio 2019-2021.

<b>Missão</b>	Servir as pessoas, empresas e instituições que contribuam ativamente para a promoção do empreendedorismo, do crescimento económico, do desenvolvimento social, da prosperidade e do bem-estar, através das soluções adequadas ao desenvolvimento dos seus projetos e à gestão do seu futuro financeiro.
<b>Valores</b>	Inovação e tecnologia com um rosto humano, síntese de um trabalho de equipa, desenvolvido numa cultura de rigor, transparência, ética e profissionalismo.
<b>Visão</b>	Um Banco de pequena dimensão e financeiramente estável, focado no desenvolvimento equilibrado e diversificado de linhas de negócio, assentes em soluções simples, flexíveis e inovadoras, visando atuar no mercado como uma instituição credível e reconhecida pela agilidade, capacidade de resposta rápida aos clientes e eficiência operacional na disponibilização de produtos e serviços financeiros.

### 3. Órgãos Sociais

Os membros dos Órgãos Sociais do Banco (mandato 2016-2019) foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 20 de junho de 2016.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 3 de novembro de 2016.

Os membros do Conselho de Administração, Senhores Prof. Doutor Mário Patinha Antão e Dr. João Ricardo Chícharo Folque, foram designados por cooptação em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2016, tendo iniciado funções em 1 de março de 2017. O Senhor Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques foi eleito em Assembleia Geral realizada em 5 de setembro de 2018, tendo iniciado as suas funções, após aprovação do Banco de Portugal em 9 de janeiro de 2019.

À data do presente Relatório e Contas são os seguintes os membros dos Órgãos Sociais em funções:

---

#### Mesa da Assembleia Geral

---

Presidente:	Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vice-Presidente:	Maria Luísa Dias da Silva Santos
Primeiro Secretário:	Pedro Luís Amaral da Cunha
Segundo Secretário:	Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja

---

---

#### Conselho de Administração

---

Presidente:	Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino
Vice-Presidentes:	Mário José Brandão Ferreira
	Mário Patinha Antão
Vogais:	Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz
	Luís António Gomes Moreno
	João Ricardo Chícharo Folque
	Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques <sup>1</sup>

---

---

<sup>1</sup> Aprovado em janeiro de 2019 pelo Banco de Portugal para exercício de funções. Registo em fevereiro de 2019.

---

**Órgão de Fiscalização**
**Conselho Fiscal**


---

Presidente:	Manuel Pinto Barbosa
Membros efetivos:	Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva Manuel Augusto Lopes de Lemos
Membro Suplente:	Luís Manuel da Silva Rodrigues

---

**Revisor Oficial de Contas**

*Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por António Filipe Dias da Fonseca Brás, ROC nº 1661 ou Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC nº 1230*

---

**Conselho Estratégico**


---

Presidente:	Augusto Carlos Serra Ventura Mateus
Vogais:	Francisco Luís Murteira Nabo Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde Vitor José Melícias Lopes

---

**Diretores e Responsáveis pelas Funções de Controlo**


---

Direção Comercial e de Intermediação Financeira:	António Simões Pinheiro
Direção de Planeamento, Controlo e Contabilidade:	Miguel Vale
Direção de Mercados Financeiros:	Tiago Sequeira <sup>2</sup>
Direção de Serviços Jurídicos:	Maria Amália Almeida
Direção de Organização e Capital Humano	Tiago Sequeira <sup>3</sup>
Direção de Sistemas de Informação:	Maria Alexandra Antunes
Auditor Interno:	António Coroa
<i>Risk Officer:</i>	Nuno Carvalho
<i>Head of Compliance:</i>	Alexandra Oliveira <sup>4</sup> Ricardo Rabaça <sup>5</sup>
Secretário-geral	Miguel Gomes dos Santos

---



---

<sup>2</sup> Em 31 de dezembro de 2018.

<sup>3</sup> A partir de janeiro de 2019.

<sup>4</sup> Em 31 de dezembro de 2018.

<sup>5</sup> A partir de fevereiro de 2019.



## 4. Participações no Capital Social

### Participações iguais ou superiores a 2%

Acionistas com participações iguais ou superiores a 2% do Capital Social do BPG em 31 de dezembro de 2018:

Nome	Número de Ações	% de Capital Social
FUNDAÇÃO ORIENTE	24.272.231	90,60%
STDP, SGPS SA	928.909	3,47%

### Participação dos Membros dos Órgãos Sociais no Capital do BPG

Membros do Conselho de Administração	Ações			
	Detidas em 31/12/2017	Adquiridas em 2018	Alienadas em 2018	Detidas em 31/12/2018
CARLOS A. P. V. MONJARDINO	149.414	36.231	-	185.645

## 5. Contexto Macroeconómico e Mercados Financeiros em 2018

### 5.1. Economia Mundial

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação do ciclo, acompanhada de sinais de moderação no dinamismo económico causados por um esmorecimento das medidas de política monetária, pela desaceleração do comércio mundial e pela intensificação da tensão comercial Sino-Americana.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) no *World Economic Outlook Update (January 2019)*, em 2018 o crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB) mundial foi de 3,7%, um ritmo de expansão robusto mas mais diferenciado entre geografias, tendo-se registado ainda uma ligeira desaceleração nas principais economias avançadas, com exceção dos EUA.

Na Zona Euro o crescimento do PIB terá desacelerado de 2,4% para 1,9%, segundo o Banco Central Europeu (BCE), salientando-se o abrandamento em praticamente todos os Estados-Membros, em grande medida provocado pela menor contribuição externa líquida (exportações). A procura interna manteve um contributo positivo, suportada pelo desempenho favorável do consumo privado e do investimento fixo, proporcionando mais um ano de melhoria do mercado de trabalho.

Nos Estados Unidos da América (EUA), depois de um crescimento de apenas de 2,2% em 2017, o PIB acelerou para 2,9% em 2018, alicerçado nos estímulos fiscais, no desempenho muito positivo do consumo privado, proporcionado por um mercado de trabalho robusto e, ainda, no investimento em capital fixo. Contudo, o setor imobiliário continuou a dar sinais de desaceleração, aliás já evidenciados no ano anterior.

O comércio mundial continuou a crescer acima da atividade económica, mas registou um abrandamento face ao ano anterior. As tarifas implementadas no decurso de 2018 referem-se a uma fração relativamente reduzida do comércio mundial, mas o aumento das tensões comerciais e a incerteza quanto a mais medidas protecionistas futuras, têm amplificado os seus impactos. As condições monetárias e financeiras, apesar de continuarem globalmente favoráveis, tornaram-se mais sensíveis para alguns países emergentes, como foram os casos da Turquia e da Argentina.

## 5.2. Economia Portuguesa

Beneficiando da evolução favorável da economia internacional, a economia portuguesa manteve o movimento de recuperação, com ênfase na obtenção de um crescimento sustentável e na consolidação das contas públicas, sem, no entanto, ter deixado de sentir os efeitos da desaceleração das principais economias Europeias.

Em 2018, o PIB registou um aumento de 2,1% em volume, uma taxa inferior em 0,7 pp (pontos percentuais) ao observado no ano anterior, tendo ultrapassando pela primeira vez, em termos nominais, os 200 mil milhões de euros. Este abrandamento do crescimento deverá manter-se ao longo de 2019, com um crescimento do PIB em torno dos 1,8%, de acordo com as previsões de dezembro do Banco de Portugal.

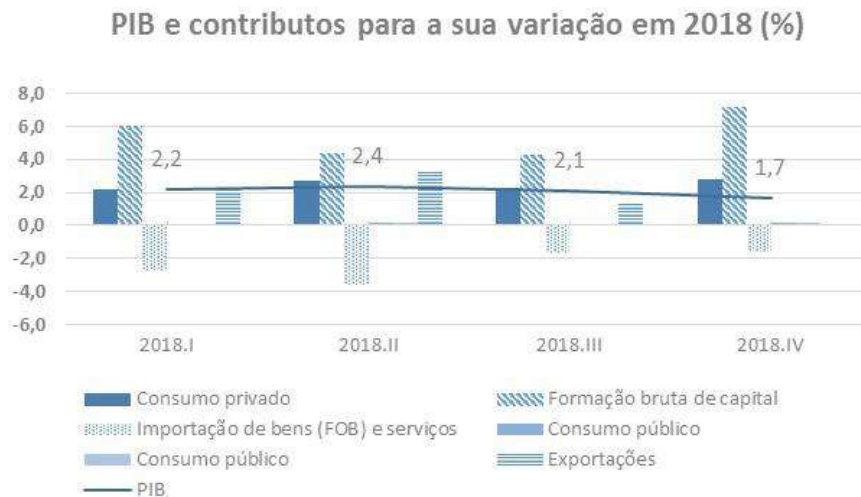


No último trimestre de 2018, o PIB registou um aumento em termos homólogos de 1,7% em volume, inferior aos 2,1% do trimestre anterior. Desagregando trimestralmente, destaca-se o contributo positivo da procura interna com um aumento de 3,3 pp (2,4 pp no trimestre anterior), devido à aceleração do investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB passou de -0,3 pp, no trimestre anterior, para -1,6 pp, refletindo uma diminuição em volume das exportações de bens.

Em termos anuais, o contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu para 2,8 pp (3,1 pp em 2017), refletindo sobretudo a desaceleração do Investimento para uma taxa de variação de 5,6% (9,2% em 2017), enquanto o consumo privado acelerou de 2,3% em 2017 para 2,5% em 2018. O crescimento das exportações de bens e serviços em volume registaram, em 2018, uma taxa de crescimento de 3,7% (7,8% em 2017), desaceleração verificada também nas importações de bens e serviços, com um crescimento de 4,9% face aos 8,1% de 2017. O saldo externo de bens e serviços manteve-se positivo em 2018, diminuindo de 0,8% do PIB em 2017 para 0,1% do PIB em 2018.

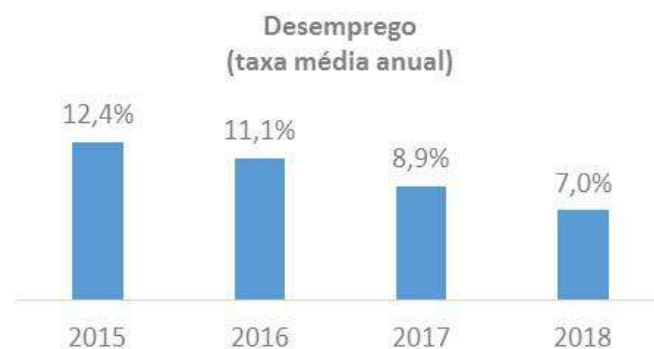
A procura externa líquida registou um contributo negativo de - 0,7 pp (contributo de 0,3 pp em 2017), observando-se uma desaceleração das Exportações mais acentuada que a das

Importações de Bens e Serviços. No conjunto do ano de 2018, as exportações de bens e serviços, em volume, registaram uma taxa de crescimento de 3,6% (7,8% em 2017), enquanto as importações de bens e serviços registaram um crescimento de 4,1% (face aos 8,1% registados em 2017). Por fim, o consumo público registou uma variação positiva de 0,8%, superior à variação de 0,2% verificada em 2017.



Fonte: Banco de Portugal

Em 2018, a população empregada foi estimada em 4,867 milhões de pessoas e aumentou 2,3% em relação ao ano anterior (+110 mil), prolongando um ciclo virtuoso iniciado em 2014. Por sua vez, a taxa de desemprego caiu para os 7,0%, tendo diminuído 1,9 pp relativamente a 2017. A proporção de desempregados de longa duração foi 51,1%, tendo diminuído 6,4 pp em relação ao ano transato. A taxa de desemprego verificada em 2018 é a mais baixa desde 2004.



A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC (Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor), desceu de 1,6% em 2017 para 1,2% em 2018. Excluindo os custos com alimentação e energia, a taxa de inflação caiu de 1,3% em 2017 para 0,9% em 2018.

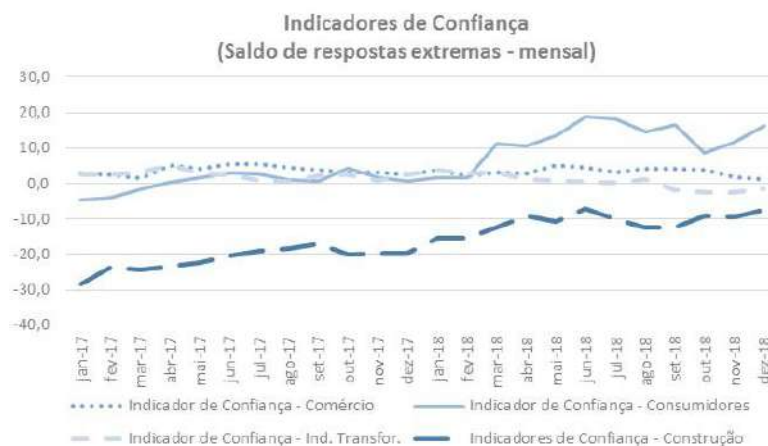


Fonte: Banco de Portugal

Os indicadores de confiança evidenciam uma desaceleração do otimismo, com uma redução da confiança desde o mês de julho de 2018, embora a níveis historicamente elevados. Os indicadores de confiança da generalidade dos sectores apresentaram comportamentos diversos, com o sector da construção e os consumidores a terminar o ano de 2018 com valores superiores, enquanto o comércio e a indústria transformadora terminaram com níveis inferiores de confiança.



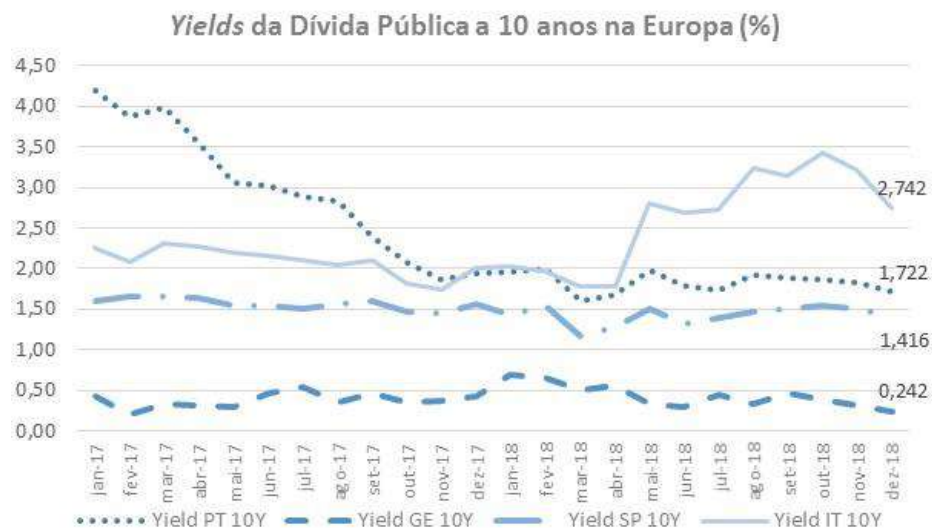
Fonte: Banco de Portugal



Fonte: Banco de Portugal

De acordo com a última comunicação do Banco Central Europeu, dezembro de 2018, que manteve as taxas de juro de referência, espera-se que a política monetária europeia se encaminhe progressivamente para uma subida gradual destas taxas.

A evolução das *yields* da dívida pública portuguesa foi positiva em 2018, embora em menor escala face ao verificado no ano anterior. Apesar de continuar a beneficiar da perceção mais favorável dos investidores relativamente ao processo de consolidação orçamental, do crescimento económico e da estabilidade política, os *spreads* da dívida pública portuguesa, face à dívida alemã (*bunds*), fixou-se nos 148 pontos base (+21 pb que em 2017), devido ao agravamento de riscos políticos dos países periféricos, em particular na Itália, como mostra o quadro seguinte.



Fonte: Bloomberg

No final de 2018 a dívida pública portuguesa situou-se em 244,9 mil milhões de euros, aumentando 2,1 mil milhões de euros em relação a 2017. Para este aumento contribuiu o acréscimo dos títulos de dívida (de 7,2 mil milhões de euros) e dos certificados do tesouro (de 1,4 mil milhões de euros). Estas variações foram em parte compensadas pelo reembolso antecipado do remanescente dos empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, no montante de 5,5 mil milhões de euros.

### Perspetivas para a economia portuguesa 2019-2021

De acordo com as previsões do Banco de Portugal, publicadas no Boletim de dezembro de 2018, no horizonte 2019-2021 a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento, embora em desaceleração. O perfil projetado corresponde a uma fase de

maturação do ciclo económico, em que o crescimento deverá convergir gradualmente para o potencial.

Cenário Macroeconómico (Projeções Banco de Portugal)			
	2019	2020	2021
PIB (Tx Var. Anual)	1,8	1,7	1,6
Consumo Privado (Tx Var. anual)	2,0	1,8	1,6
Consumo Público (Tx. Var. Anual)	0,1	0,0	0,2
FBCF (Tx. Var. Anual)	6,6	5,9	4,9
Procura Interna (Tx. Var. Anual)	2,4	2,2	2,0
Exp. de Bens e Serviços	3,7	4,0	3,6
Imp. de Bens e Serviços	4,7	4,9	4,2
Contributos p/ PIB (p.p.)			
Procura Interna (p.p.)	1,2	1,0	1,0
Exp. Líquidas (p.p.)	0,7	0,7	0,6
IHPC (Tx var. Anual)	1,4	1,5	1,6
Taxa de Desemprego (Tx. Média Anual)	6,2	5,5	5,3

Fonte: Banco de Portugal

A procura interna e as exportações apoiarão a atividade económica. O crescimento do consumo, em particular, permanecerá robusto devido à descida da taxa de desemprego. O crescimento dos custos do trabalho poderão contribuir para um ligeiro aumento da inflação.

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar, no horizonte de projeção, uma evolução mais próxima do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável, não obstante o expectável início do processo de normalização da política monetária na área do euro, que manterá, no entanto, um cariz acomodatório no horizonte de projeção.

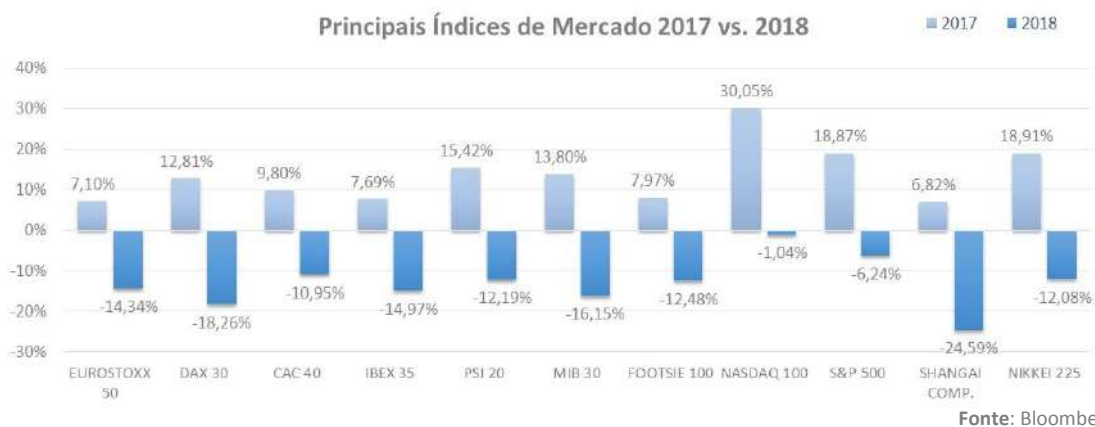
### 5.3. Mercados Financeiros

No decurso de 2018 observaram-se períodos de aumento significativo da tensão nos mercados financeiros internacionais e de aversão ao risco em alguns segmentos de mercado, originados pelo aumento da incerteza e pela instabilidade política. Este enquadramento fez regressar a volatilidade aos mercados financeiros.

Foram exemplos, a incerteza na Europa sobre o desenrolar do desgastante processo do *Brexit* e as dúvidas sobre o verdadeiro grau de compromisso de Itália ao nível da sustentabilidade das suas finanças públicas e, ainda, a incerteza sobre o alcance final da vaga protecionista dos EUA

e consequente resposta por parte da China, que acabaram por contribuir para o regresso de um clima de tensões geopolíticas e comerciais. Mais incertezas também sobre qual será a verdadeira capacidade de crescimento dos EUA, à medida que os incentivos fiscais e de política monetária se dissiparem. Os EUA encontram-se na fase madura do ciclo económico, o que faz aumentar as dúvidas em relação à sua longevidade e aos riscos de movimentos por parte da Reserva Federal Americana (*Fed*).

Esta mudança de perspetiva foi particularmente sentida nos mercados acionistas, os quais sofreram diversos episódios de correções, com particular destaque para as quedas acentuadas nas bolsas norte-americanas e europeias nos meses de fevereiro, outubro e dezembro. Os principais índices bolsistas sofreram perdas acumuladas em torno dos 15% na totalidade do ano de 2018, traduzindo-se no pior resultado desde a crise financeira de 2008. No mês de dezembro as principais bolsas foram fortemente penalizadas com correções próximas dos 10%. Por outro lado, o índice MSCI Mercados Emergentes caiu de uma forma mais contida, embora as perdas verificadas tenham sido generalizadas, destacando-se positivamente o mercado bolsista Brasileiro - Bovespa.



Nos mercados de renda fixa, por sua vez, as taxas de juro soberanas mostraram uma elevada volatilidade, condicionadas por tensões políticas, pela trajetória ascendente das taxas de juro da *Fed* e por receios de que em 2019 a economia global desacelere para além do previsto. Estas dinâmicas fizeram-se sentir em dezembro, quando se combinaram a quarta subida de taxas de juro por parte da *Fed*, o fim do *Quantitative Easing (QE)* por parte do BCE e a correção dos mercados acionistas, levando a um declínio acentuado nas taxas de juro soberanas dos países *core*. Consequentemente, deu-se o alargamento dos *spreads* de crédito nos países da periferia e das suas empresas, independentemente da sua qualidade creditícia.

Após o forte aumento verificado durante o verão, quando o preço do barril de *Brent* ultrapassou os 85 USD, em novembro o preço do petróleo chegou a descer para menos de 60 USD o barril



(o nível mais baixo do ano). Esta diminuição deveu-se a uma maior produção de crude por parte dos EUA e do conjunto dos membros da OPEP, que até à data tinham cortado a oferta acima do que foi acordado nas suas últimas reuniões. Igualmente, os EUA anunciaram isenções às sanções das exportações do Irão, o que tornou mais fácil a oito países (incluindo China, Índia e Japão) continuar a importar temporariamente crude Iraniano. Finalmente, a expectativa de um abrandamento no crescimento da procura global de petróleo nos próximos trimestres também ajudou a afetar negativamente o preço do barril.

Em resumo, 2018 foi um ano extremamente difícil nos mercados financeiros, caracterizado por quedas generalizadas e pela subida das correlações entre as várias classes de ativos, não deixando muitas alternativas de refúgio.

### Mercados de Taxa de Juro

Na Europa a instabilidade causada pela Itália motivou uma queda da *yield* do *Bund (10Y)*, dado que as obrigações governamentais alemãs se tornaram um investimento de refúgio, com a *yield* mínima de 0,228% registada em dezembro.

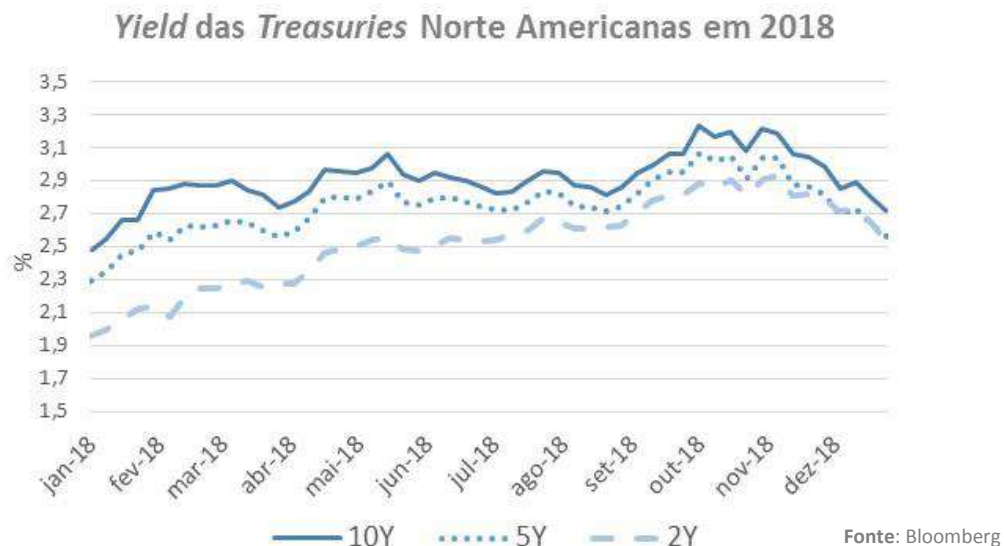


Fonte: Bloomberg

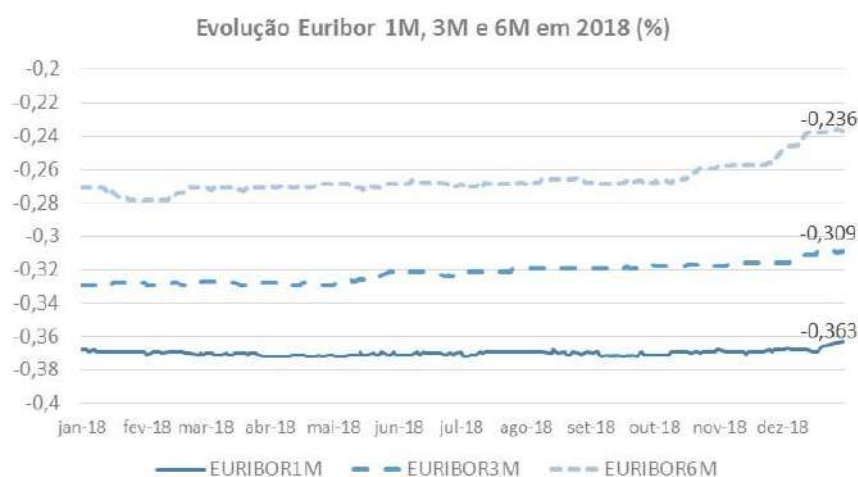
Em relação à periferia europeia, 2018 foi marcado pelo aumento da volatilidade no mercado de dívida soberana, relacionado com o contexto político vivido em Itália, destacando-se o alargamento do *spread* de Itália face à Alemanha. O *spread* da dívida portuguesa face à alemã, pressionado pela situação italiana, registou também um alargamento, embora modesto.

Já no final do mês de dezembro os prémios de risco dos países periféricos da Zona Euro aliviaram devido ao acordo alcançado entre Itália e a Comissão Europeia relativamente ao orçamento italiano para 2019 e, no caso de Espanha e Portugal, desceram até atingir níveis registados no início de 2018.

Por seu lado, a Fed ao acelerar o ritmo de normalização da política monetária, contribuiu para o aumento das *yields* a 10 anos (*Treasuries*) para níveis acima dos 3% e, ao mesmo tempo, deu-se o nivelamento da curva das taxas de juro soberanas, para um diferencial entre as taxas de juro a 10 anos e 3 meses que se situou abaixo dos 40 pb, bem como uma inversão da curva entre os 2 e os 5 anos.



A elevada liquidez existente no mercado interbancário e a perspetiva de manutenção das taxas diretivas do BCE nos mesmos níveis atuais foram uma constante ao longo do ano, contribuindo para que as taxas Euribor dos diferentes prazos se mantivessem nos valores negativos do início do ano, pressionando a redução das taxas das operações passivas utilizadas pelos bancos para captar depósitos, ajudando, desta forma, a contração da margem financeira.



## Mercado Cambial

As tensões políticas em torno da Itália e a decepção dos indicadores de atividade da Zona Euro também afetaram o mercado cambial, onde o euro desvalorizou para perto de 1,1217 USD, o valor mínimo do ano. O compromisso quanto ao orçamento italiano, alcançado em dezembro de 2018, permitiu uma ligeira recuperação do euro face ao USD, terminando o ano a valer 1,1464 USD.



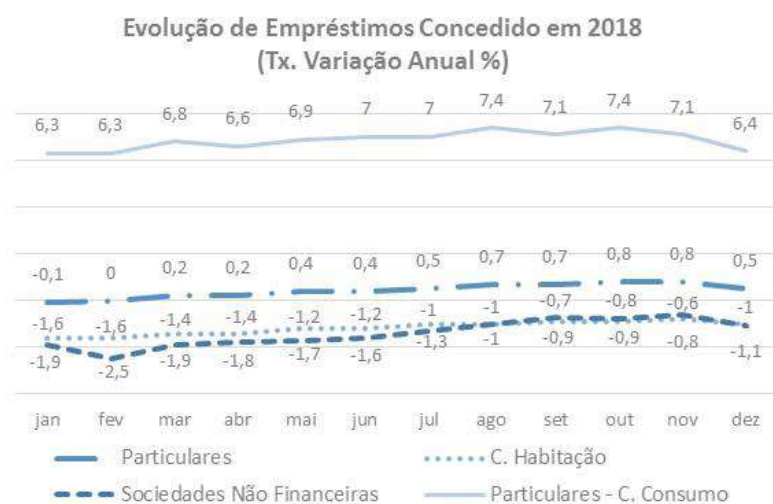
Os diferentes movimentos nas negociações do *Brexit* provocaram uma desvalorização da libra esterlina face à maioria das moedas internacionais. Assim, apesar da Comissão Europeia e o Reino Unido terem chegado a um acordo de saída que minimiza as ruturas, os câmbios foram mais afetados pelos receios de que o acordo não seja aprovado pelo Parlamento do Reino Unido e se caia numa situação de impasse, culminando numa saída desordenada ou num segundo referendo. Por outro lado, nas economias emergentes, as moedas latino-americanas – lideradas pelo peso argentino e pelo real brasileiro – desvalorizaram, enquanto as moedas asiáticas ganharam terreno face ao USD.

## 6. Contexto Setorial Bancário

De acordo com o Boletim Estatístico do Banco de Portugal de dezembro de 2018, os rácios de endividamento do setor privado não financeiro (particulares e sociedades não financeiras) continuaram a reduzir-se, enquanto que a capitalização das sociedades não financeiras registou um aumento. Não obstante o ajustamento realizado nos últimos anos, a economia portuguesa continua a caracterizar-se por elevados níveis de endividamento.

De facto, e apesar da redução observada desde meados de 2015, a dívida externa líquida de Portugal continua a ser das mais elevadas na Zona Euro (cerca de 92,7% do PIB no 1º semestre de 2018), refletindo a acumulação de desequilíbrios externos no período anterior à crise financeira. A economia portuguesa permanece assim sensível a evoluções adversas do rendimento e dos custos de financiamento, designadamente associados a alterações na perceção de risco pelos investidores.

Como se pode ver no gráfico seguinte, o crédito às empresas não financeiras continuou a retroceder em 2018, devido às cautelas redobradas por parte dos bancos no que confere ao risco empresas.



Fonte: Banco de Portugal

Em relação ao crédito às famílias, o maior destaque respeita ao crédito ao consumo, que continuou a crescer a taxas relativamente elevadas, como já verificado em 2017. Quanto ao crédito à habitação, a taxa de variação homóloga anual foi ligeiramente negativa ao longo de todo o ano de 2018. Em termos globais, o saldo total dos empréstimos a particulares aumentou 0,1%.

No que concerne aos depósitos bancários de particulares, apesar do nível desfavorável das taxas, aumentaram em termos líquidos cerca de 3,8%, que compara com um crescimento de 2,6% observado em igual período de 2017.

As aplicações líquidas em instrumentos de dívida pública portuguesa ascenderam a um valor próximo de 0,3% do rendimento disponível no 1º semestre de 2018, com transações líquidas positivas em certificados do tesouro, ainda que em valores inferiores ao observado no semestre homólogo, e transações líquidas negativas em obrigações do tesouro de rendimento variável (OTRV).

Este padrão de investimento por parte dos particulares, num contexto de taxas de juro de depósitos particularmente baixas, traduz uma preferência por ativos de maior liquidez e habitualmente percecionados como de menor risco.

No que se refere a sociedades não financeiras, assistiu-se a uma variação favorável embora mais modesta que em 2017, com os depósitos destas sociedades a registarem, no final de 2018, um aumento de 7,4% face ao ano anterior.



Fonte: Banco de Portugal

No 3º trimestre de 2018, de acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, evidenciam-se os seguintes aspetos na Banca Portuguesa:

- **Ativo Total** - o Ativo Total do sistema bancário diminuiu no 3º trimestre de 2018, mantendo a tendência de queda verificada nos últimos anos. Esta evolução reflete, essencialmente, uma redução de cerca de 11% das disponibilidades em bancos centrais, e, em menor grau, das aplicações em instituições de crédito;
- **Rácio de *Non-performing loans (NPL)*** - os bancos portugueses reduziram o valor de crédito malparado em 19,2 mil milhões de euros desde o máximo histórico, observado

em junho de 2016. De acordo com o relatório do Banco de Portugal, desde o máximo histórico ao final do 3º trimestre de 2018, o rácio de *NPL* (em percentagem do montante total de empréstimos) diminuiu 6,6 pp, situando-se em 11,3%;

- **Depósitos** - No 3º trimestre de 2018 os depósitos de clientes e o financiamento interbancário (líquido dos ativos em Outras Instituições de Crédito – OIC) permaneceram estáveis. O rácio entre empréstimos e depósitos de clientes permaneceu também estável em torno de 89%), refletindo variações pouco expressivas em ambas as rubricas.
- **Rendibilidade** - a rendibilidade do sistema bancário aumentou de forma significativa nos primeiros 3 trimestres de 2018, em termos homólogos, traduzindo uma redução do fluxo de imparidades e provisões (-644 milhões de euros, -32%), em especial para crédito, bem como a redução dos custos com pessoal (-398 milhões de euros, -9%). A rendibilidade dos capitais aumentou 3,9 pp e a rendibilidade do ativo cresceu 0,4 pp (face ao semestre homólogo), registando o valor de 8,6% e 0,8% no final do 3º trimestre de 2018, respetivamente;
- **Solvabilidade** - o rácio CET 1 do sistema bancário cifrou-se em 13,5% em setembro de 2018, registando um decréscimo face aos 13,9% registados em dezembro de 2017, em resultado de uma ligeira redução dos fundos próprios principais de nível 1 e de um aumento dos ativos ponderados pelo risco. O rácio de alavancagem permaneceu estável durante o ano, em torno de 7,7%, muito acima do mínimo de referência definido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (3%).

## 7. Síntese da atividade desenvolvida em 2018

### 7.1. Banca Comercial e Intermediação Financeira

A atividade de Banca Comercial e de Intermediação Financeira procurou consolidar as orientações que, no exercício anterior, haviam fundamentado a sua reorganização interna:

- Contenção de novas situações de *NPL*;
- Concessão de crédito de dimensão mais granular com foco em operações de financiamento a pequenas e médias empresas (PMEs) com boas performances económicas e financeiras, significativo valor acrescentado e uma dinâmica predominantemente transacional;
- Melhoria gradual da qualidade e da eficiência em termos de requisitos de capital, da carteira de crédito e do respetivo custo do risco;
- Captação de recursos orientada para a mitigação da dependência de grandes depositantes, por via do incremento da dispersão da carteira junto de clientes particulares de elevado potencial de poupança ou de clientes empresas com excedentes de tesouraria;
- Aproximação ao ecossistema das financeiras tecnológicas, mediante o estabelecimento de parcerias colaborativas nas áreas de recursos, crédito e sistemas de pagamentos.

Não obstante ainda persistir um elevado rácio de *NPL*, o comportamento da carteira de crédito, nos últimos anos, evidencia que se encontra bastante contido o surgimento de novos casos de *NPL*. A adoção de maior prudência e seletividade em relação ao risco incorrido contribuirá para uma crescente e generalizada melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco, a qual, ainda em fase de reposição, necessita de ganhar maior volume. Algo que, de resto, se encontra em conformidade com os objetivos do Plano Estratégico 2019-2021 aprovado no final de 2018.

Por essa razão, o crédito por desembolso, líquido de concessão e reembolsos, verificou um decréscimo de -3,7% (-2,07 milhões de euros), fundamentalmente justificado por um abrandamento na concessão de crédito aos segmentos de Instituições e Particulares, cujo financiamento se encontra fundamentalmente apoiado em produtos de amortização regular ou linear, cujo saldo vai diminuindo ao longo do tempo, não tendo sido alvo de particular esforço a sua reposição em virtude de um risco percecionado mais elevado.

No crédito por assinatura, relativo a operações extra-patrimoniais, a variação foi de -4,1% (-0,4 milhões de euros), essencialmente devido ao término de algumas garantias bancárias em vigor.

No que toca a recursos captados, a carteira do Banco observou um decréscimo significativo de -30,5% (-55,8 milhões de euros) face ao final de 2017. Esta variação foi exclusivamente ditada pelo vencimento de depósitos a prazo oriundos da plataforma *Raisin*, em que o Banco optou por não oferecer taxas competitivas suscetíveis de motivar novas captações ou renovações de depósitos, atendendo à sua situação muito confortável em termos de liquidez.

Deste modo, a carteira de depósitos a prazo captados via plataforma *Raisin* observou, relativamente a 2017, um decréscimo de -51,4% (-58,2 milhões de euros) para os 55 milhões de euros, essencialmente verificado nas maturidades vencidas a 6 e 12 meses. Em termos de taxa média ponderada de remuneração, esta registou ainda assim uma redução de 8,1 pb entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018.

Na carteira de depósitos a prazo diretamente captada pelo Banco, a variação foi marginalmente negativa em -0,34% (-0,25 milhões de euros), tendo permanecido estável em cerca de 71 milhões de euros, essencialmente distribuídos pelas maturidades de 6 a 12 meses. Todavia, no tocante à taxa média ponderada de remuneração, verificou-se uma redução substancial de 66,4 pb entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio, o Banco esteve envolvido na conceção e desenho de uma nova plataforma de relacionamento bancário com os clientes. Numa primeira fase, esta plataforma estará focada em disponibilizar pela via eletrónica o *Onboarding* dos clientes do Banco, com vista à implementação de um processo simples, rápido, intuitivo e totalmente digitalizado na identificação e validação dos elementos comprovativos dos clientes, em total respeito pelas exigências de *Know Your Customer/Prevenção do Branqueamento de Capitais* e do Financiamento ao Terrorismo (*KYC/PBCFT*) e do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor. Este novo *Onboarding*, que deverá estar pronto no 2º trimestre de 2019, irá incorporar a reformulação da operacionalidade da componente de *Homebanking* e as funcionalidades *PSD2*, tendo como objetivos específicos melhorar a experiência do utilizador e acrescer funcionalidades ao nível da transacionalidade.

Uma outra importante vertente de negócio trabalhada em 2018 encontra-se relacionada com o ecossistema das financeiras tecnológicas. O objetivo do Banco é acompanhar a tendência atual e transversal ao setor financeiro global no que diz respeito à transformação digital e à formação de um ecossistema colaborativo entre bancos e financeiras tecnológicas inovadoras e disruptivas, com os seguintes objetivos:

- Dispersar o risco por ativos subjacentes - crédito granular a PME's - com maturidades médias reduzidas e taxa fixa ao longo da vida da operação;



- Diversificar a carteira de investimentos do Banco para segmentos e geografias menos expostas a fatores conjunturais adversos, volatilidade e incerteza, assegurando um crescimento sustentado dos ativos gerados por via da concessão de crédito, com custos de originação contidos e uma prudente gestão do risco;
- Visar um balanço equilibrado, com aumento progressivo do rácio de transformação, rentabilizando o *funding*, sem prejuízo da preservação de níveis confortáveis de liquidez;
- Adquirir conhecimento e experiência de relevância futura, ao nível da operacionalidade, processos e desenvolvimento de soluções;
- Gerar sinergias de escala, mitigando efeitos da dimensão do Banco no mercado doméstico, favorecendo o seu alcance e visibilidade.

Para os próximos exercícios, o Banco orientará a sua atividade pelo compromisso assumido no Plano Estratégico 2019-2021, que visa contribuir para um crescimento equilibrado e balanceado entre:

- **Crédito doméstico**, com oferta simples e tipificada;
- **Crédito originado via terceiros**, diversificado por geografias europeias e segmentos de clientes; e
- **Serviços financeiros**, potenciando comissões oriundas da intermediação financeira.

No que toca em particular ao setor da Economia Social, prioridade assumida desde a génese do Banco, o novo Plano Estratégico 2019-2021 contempla uma vertente para o incremento e prospeção de oportunidades, aprofundando critérios de pesquisa e de análise de risco, complementados com melhorias de eficiência operacional.

## 7.2. Tesouraria e Carteira Própria

Em 2018 o Banco assentou novamente parte da sua atuação na gestão da carteira própria, procurando maximizar a rendibilidade em função do nível de risco definido. O ano fica marcado pela implementação da IFRS9, a qual introduziu uma nova abordagem e maior grau de exigência e controlo na gestão da carteira.

Na gestão da carteira própria o Banco guiou a sua atuação por critérios de maior prudência, cumprindo de forma rigorosa as orientações e limites definidos pelo Comité de Investimento.

Na carteira de ativos de renda fixa, num contexto de taxas extremamente baixas ou negativas, procurou-se algum retorno adicional sobretudo nos emitentes da periferia (ex. Portugal, Itália e Espanha) e, ainda, na gestão do prazo de maturidade da carteira.

A *modified duration* da carteira foi-se reduzindo ao longo do ano, refletindo o aumento do risco percecionado na volatilidade nos últimos meses do ano. Por outro lado, a *YTM* (*yield to maturity*) da carteira reduziu-se ao longo do ano, fruto da redução dos prazos das emissões e da melhoria da qualidade dos emitentes.

Dentro desta classe de ativos, a estratégia que mais se destacou foi a compra de dívida de países da periferia da Europa. Neste sentido, o resultado foi pressionado pela incerteza e volatilidade verificado na política interna italiana, contagiando todos os países periféricos.

O valor da carteira própria de obrigações situava-se, em dezembro de 2017, nos 103 milhões de euros e, em dezembro de 2018, estava reduzida a 55 milhões de euros.

Na carteira de renda variável, perante o aumento dos riscos e as incertezas quanto aos resultados, procurou-se a mitigação do risco, com a redução total da exposição a esta classe no último semestre do ano, uma decisão que protegeu a carteira própria do impacto negativo registado no mercado acionista no final do ano.

No que se refere à gestão da liquidez pretendeu-se garantir a aplicação da política de liquidez definida pelo Banco, assegurando sempre níveis confortáveis neste indicador.

Durante o ano uma parte da carteira manteve-se novamente entregue ao BCE para efeitos de *pool* de colateral, permitindo a manutenção e renovação das operações de refinanciamento junto do BCE. As restantes obrigações, fora da *pool* de colateral, na sua maioria ativos de alta qualidade e de elevada liquidez, voltaram a contribuir de forma significativa para o cumprimento, com bastante folga, do rácio de liquidez (*LCR – Liquidity Coverage Ratio*) a que o Banco está obrigado.

### 7.3. Serviços de Gestão Discricionária

Nos serviços de gestão discricionária para clientes, o ano de 2018 foi globalmente muito exigente, devido ao aumento significativo da volatilidade face aos anos anteriores. Para tornar o contexto ainda mais adverso, verificou-se um aumento da correlação entre as várias classes de ativos, complicando o trabalho dos gestores na redução do risco das carteiras.

Contudo, as carteiras dos clientes com mandatos de gestão discricionária obtiveram genericamente retornos (ajustados pelo risco) positivos relativamente aos *benchmarks*

definidos. Para estes resultados, contribuiu de forma decisiva a sobre-exposição a ativos de liquidez (*cash* ou mercado monetário).

## 8. Apoio ao Negócio

No último trimestre de 2018 o Banco implementou uma reestruturação significativa das áreas de **Planeamento, Contabilidade e Controlo**, a qual visou atingir diversos objetivos, entre os quais permitir dotar os órgãos de decisão com informação de gestão permanentemente atualizada e fiável, bem como incorporar o planeamento e controlo rigoroso das principais rubricas e indicadores do balanço.

Foi assim desenvolvido um sistema de informação que passou a proporcionar aos órgãos de gestão uma visão mais detalhada e aprofundada dos principais indicadores de performance. Estas melhorias foram incorporadas na estrutura de informação prudencial mensal, que também passou a permitir realizar um acompanhamento mais eficiente e detalhado dos rácios prudenciais.

Com o objetivo de autonomizar a gestão de *NPL* e de imóveis em balanço, foi criada a **Unidade de Recuperação de Crédito e Ativos em Balanço (URCAB)**. Esta segregação enquadra-se na política de *NPL*'s do Banco, que pretendeu, desta forma, implementar uma separação real entre a área de originação de negócio e a recuperação ou venda de crédito e/ou ativos.

Paralelamente foi criado o **Comité de Recuperação de Crédito e Ativos em Balanço**, para dar suporte às decisões de reestruturação, recuperação ou venda de *NPL* e ainda à venda de imóveis do Banco.

Os imóveis registados em balanço em dezembro de 2018, encontravam-se repartidos por todo o território nacional, tendo o Banco o objetivo de acelerar a alienação destes ativos, contando para isso com diversos canais de venda, como seja o recurso a imobiliárias conhecedoras do mercado, entidades prestadoras de serviços com experiência na gestão de ativos imobiliários ou venda direta.

As limitações inerentes à dimensão do balanço do Banco obrigam a uma gestão particularmente eficiente na alocação de ativos, razão pela qual se justificou esta decisão de autonomização e a definição dos seguintes objetivos:

- Adotar fortes medidas de resolução de *NPL* e de venda de Imóveis em balanço;
- Explorar alternativas de gestão de *NPL* por entidades terceiras especializadas;
- Avaliar e concretizar oportunidades de cessão de *NPL*;

- Intervir precocemente nos *NPL*, avaliando eventuais processos de renegociação e/ou reestruturação;
- Prevenir o aparecimento de novos *NPL*, identificando atempadamente sinais de deterioração de risco.

No campo da **Tecnologia** e dos **Sistemas de Informação**, o Banco iniciou um conjunto de trabalhos que visam os seguintes objetivos de curto e médio prazo:

- Conferir prioridade à digitalização e aumento de produtividade;
- Desmaterializar processos físicos e digitalizar arquivo e gestão documental;
- Implementar *workflow* digital, incentivando partilha e colaboração do trabalho;
- Desenvolver uma continuada/melhorada experiência do cliente na seleção e utilização dos produtos e serviços;
- Crescer o negócio, minimizando custos de originação e distribuição;
- Minimizar erros e riscos, com o reforço de tecnologia para suporte ao negócio, otimização de processos e *governance* interno.

Quanto a medidas envolvendo novas tecnologias e sistemas de informação, o Banco deu, igualmente em 2018, os primeiros passos nos seguintes temas:

- **Crédito originado por terceiros.** O Banco irá realizar investimentos em sistemas de informação relacionados com esta área de negócio, com as seguintes finalidades: a) monitorização e acompanhamento dos investimentos; b) gestão de risco e análise de portfolio; c) disponibilização de métricas para indicadores de desempenho vs. critérios de investimento; d) análise, prevenção e correção de eventuais desvios; e) reconciliação de recebimentos de capital e juros; f) controlo e reporte;

Algumas das funcionalidades referidas serão aplicáveis à carteira de crédito originada por terceiros e também à carteira de crédito existente e originado pelo Banco;

- **Gestão de ativos e intermediação financeira.** O Banco pretende continuar a realizar investimentos em sistemas de informação, de acordo com as exigências do negócio e em conformidade com a legislação em vigor (ex. DMIFII/RMIF);
- **Gestão Documental.** O Banco está a investir com as seguintes finalidades: a) desmaterialização; b) controlo dos fluxos de informação; c) redução de custos – ex. redução do consumo de papel; d) aumento de produtividade; e) redução do risco de perda de informações;

- **Open Banking – transformando a experiência bancária.** O Banco vai fazer investimentos com os seguintes objetivos: a) aumento da segurança; b) pagamentos internacionais (com entidade em estudo); c) desenvolvimento da atual solução de *internet banking*, aproveitando as oportunidades da Diretiva PSD2.
- **Segurança Informática.** O Banco vai investir com as seguintes finalidades: a) promover melhorias ao nível do *disaster recovery*; b) *outsourcing* da operação do servidor, atualizações obrigatórias do *software*, gestão do espaço em disco, permitindo aumentar a capacidade interna de desenvolvimento aplicacional; c) redução dos atuais riscos de indisponibilidade, não *compliance*, reputacional; d) cumprimento dos requisitos de *backup* impostos pelos auditores;
- **Infraestrutura Informática.** O Banco vai concretizar investimentos com os seguintes propósitos: a) cumprir com as melhores práticas de segurança; b) satisfazer a necessidade de monitorização dos níveis de segurança; c) alojar novas aplicações (ex: *Credirisk* e *Alterest*) que implicarão incrementos no número de interfaces (fluxos de informação) entre as aplicações e no tráfego de rede;
- **Mudança das instalações da Sede.** O Banco vai, no primeiro semestre de 2019, mudar a sua sede para umas instalações mais modernas, eficientes e compatíveis com as necessidades tecnológicas impostas pela nova estratégia.

A **Organização** e do **Capital Humano** mereceram também da parte do Banco uma grande atenção, pelo que se iniciou um caminho com vista a alcançar objetivos como:

- Robustecer o *Governance* nos seus diferentes níveis;
- Melhorar o funcionamento dos comités e grupos de projeto, revendo, articulando e comunicando claramente os procedimentos e funções;
- Fortalecer a cultura de exigência, qualidade e resultados;
- Definir objetivos e analisar regularmente desvios, com informação de gestão rigorosa e atempada;
- Combater ineficiências operacionais, geradoras de custos elevados ou desnecessários.

Entretanto foram tomadas diversas medidas, algumas concluídas outras apenas iniciadas, relacionadas com a Organização e o Capital Humano, a saber:

- **Foi aprovada a criação da Direção de Organização e Capital Humano:** Atualmente em funcionamento, esta área pretende atuar em três dimensões, designadamente, no desenvolvimento do negócio, na organização e nas pessoas. Nas vertentes de desenvolvimento do negócio e organização, assumirá a gestão de projetos de eficiência,

processos e procedimentos, *governance* interno, regulamentação, comunicação interna e externa (público), monitorização de temas relacionados com imagem, marca e marketing, entre outros. No que se refere à vertente de capital humano, os projetos a gerir estarão relacionados com a definição da estratégia de recursos humanos, gestão da mudança, análise de competências, objetivos, avaliação de desempenho, compensação, formação, planos de carreira, gestão de expectativas e motivação, recrutamento, entre outros;

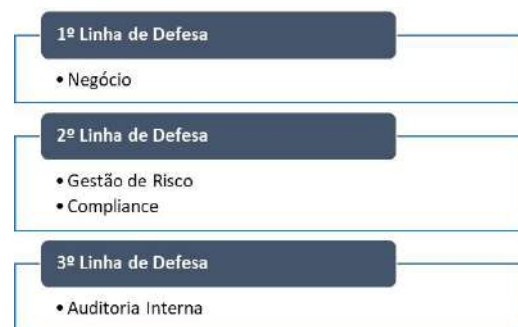
- **Foi criada a função de Gestão e Administração do Património e de Segurança:** Esta função assume as seguintes responsabilidades: a) analisar, monitorizar e propor medidas relacionadas com a administração e gestão das instalações do Banco; b) promover a segurança de pessoas e bens; c) gerir o Plano de Continuidade do Negócio (PCN);
- **Foi reforçado o quadro de pessoal:** no exercício 2018 e até à presente data foram contratados colaboradores para os Gabinetes de Gestão de Risco, de Auditoria Interna e de *Compliance*, para o Departamento de Operações, para a Direção de Planeamento, Contabilidade e Controlo, para a Tesouraria e Carteira Própria e para a URCAB;
- **Foi melhorado o funcionamento do Comité de Investimentos (CI):** Este órgão irá assumir responsabilidades atualizadas, em função das suas novas exigências, no contexto do novo Plano Estratégico 2019-2021;
- **Foi criado um Departamento de Operações:** Este departamento resultou da junção dos Núcleo de Operações (NO) e *Back Office* (BO) e teve como objetivo criar uma única equipa, capaz de realizar com maior capacidade e eficiência as tarefas que lhe couberem;
- **Melhorar Processos:** Esta medida generalista pretende representar um conjunto de preocupações com temas como melhorar a organização dos fluxos de trabalho interno; definição dos níveis de colaboração e responsabilidade requeridos; calendarização de tarefas; tramitação das decisões; implementação; gestão e acompanhamento.

## 9. Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno (SCI) permite ao Banco gerir adequadamente os riscos decorrentes do exercício da sua atividade, atendendo ao perfil de risco, à apetência e à tolerância ao risco definidos pelos órgãos de administração.

O SCI do Banco assenta nas seguintes três funções: Gestão de Risco, *Compliance* e Auditoria Interna, que se empenham na promoção de uma forte cultura de risco, ou seja, uma atitude saudável, responsável e prudente perante o risco.

De acordo com as melhores práticas, durante o ano o Banco procurou promover o reforço do SCI nas suas 3 linhas de defesa: 1ª linha de defesa - no Negócio, 2ª linha de defesa - na Gestão de Risco e no *Compliance* e 3ª linha de defesa - na Auditoria Interna.



As orientações da supervisão nacional e dos organismos internacionais que se ocupam destas matérias foram a referência para o Banco em todas as medidas e melhorias implementadas durante o ano no SCI, tais como:

- **Foi criado o Comité de Ativos e Passivos (ALCO - Asset Liability Committee):** Este órgão assume, entre outras, as seguintes responsabilidades: a) gestão temporal dos ativos e passivos; b) gestão do risco de taxa de juro, definindo medidas de mitigação necessárias; c) orientação sobre as taxas/*spreads* a aplicar nas operações ativas e passivas; d) análise dos rácios e gestão do risco de liquidez, e) gestão do risco de exposição cambial;
- **Foi criada a Direção de Planeamento, Contabilidade e Controlo (DPCC):** Para além das habituais tarefas de planeamento, contabilidade e controlo, esta área abarca funções de reporte e informação de gestão. Esta área assume, entre outras, as seguintes responsabilidades adicionais: a) garantir a fiabilidade e tempestividade dos reportes externos e da informação de gestão, nomeadamente fundos próprios e grandes riscos; b) reportar informação de gestão à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração (principais indicadores) com periodicidade definida;
- **Foi criada a URCAB – Unidade de Recuperação de Crédito e Ativos em Balanço.** Esta área assume as responsabilidades de analisar, acompanhar/monitorizar e propor

medidas de gestão/resolução relacionadas com as carteiras de *NPL* e dos imóveis recebidos em dação;

- **Foi criado o Comité de Recuperação de Crédito e Ativos em Balanço (CRC):** Com uma periodicidade de reunião mensal, ou sempre que necessário. Este órgão assume, entre outras, as seguintes responsabilidades: a) monitorização e análise dos *NPL*, com definição de medidas de resolução; b) análise e monitorização dos grandes riscos de crédito; c) análise e monitorização dos ativos recebidos em dação e preparação destes para venda;
- **Foram desenvolvidos Manuais e Políticas de *Compliance* e mecanismos de controlo,** nomeadamente no que respeita ao tema da PBCFT.

Embora o Banco tenha implementado um considerável número de melhorias em 2018, ainda está previsto implementar mais um conjunto de medidas determinantes para a operacionalização do seu SCI, nomeadamente:

- **Reforçar as equipas** dos Gabinetes de Gestão de Risco, de Auditoria Interna e de *Compliance*;
- **Desenvolver e/ou criar Procedimentos** que visem o acompanhamento mais eficaz das exposições em risco e dos respetivos consumos de capital das carteiras de crédito e de títulos;
- **Rever os Manuais e as Políticas de Risco**, incluindo o relatório de perfil de risco, a política de *NPL* e o manual de imparidades no âmbito da IFRS 9, para melhor adequação à legislação, *guidelines* e à estratégia definida;
- **Investir no apoio à função *Compliance*.** O Banco aprovou um conjunto de investimentos que irá permitir melhorias ao nível das seguintes áreas: a) imposições legais de *KYC (Know Your Customer)*, *KYT (Know Your Transactions)* e diligência simples e reforçada; b) Cumprimento das determinações específicas do Banco de Portugal; c) *Scoring* de nível de risco BCFT; d) Preparação dos reportes às autoridades competentes (Unidade de Informação Financeira - UIF, Procuradoria Geral da República - PGR, Banco de Portugal);
- **Desenvolver o Modelo de Imparidade.** O Banco aprovou investimentos que irão permitir obter melhorias nos seguintes pontos: a) cumprimento ainda mais rigoroso da legislação e regulamentação em matéria de imparidades; b) implementação e automatização da metodologia de cálculo de imparidades, em base individual e



coletiva; c) análise e mensuração integrada do risco de crédito; d) reporte ainda mais célere das imparidades;

- **Investir em Tecnologias de Informação (TI)** que permitam: a) gestão da informação mais eficaz; b) cálculo de imparidades coletivas; c) monitorização dos créditos originados via terceiros; d) criação de um *'Data Warehouse'* que permita a disponibilização de informação fidedigna e atempada; e) implementação de uma solução informática que permita, entre outras funcionalidades, à luz da legislação nacional e das orientações e diretivas internacionais, monitorizar de forma mais automática, de acordo com o nível de risco de BCFT, as entidades e transações efetuadas.

O Banco irá, durante os próximos anos, continuar a tomar medidas com o objetivo de tornar o seu SCI mais robusto e eficiente. Os objetivos de curto e médio prazo são ambiciosos e passam, em suma, por dispor de um SCI que permita ao Banco gerir adequadamente os riscos decorrentes do exercício da sua atividade, atendendo ao seu perfil de risco.

### 9.1. Gestão de Risco

O Gabinete de Gestão de Risco (GGR) realizou um trabalho holístico, assente num conjunto de políticas e procedimentos reforçados que visam o controlo e acompanhamento dos riscos considerados relevantes.

Numa lógica de atuação transversal a todas as áreas do Banco, foram predominantemente analisados e monitorizados os seguintes riscos: risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco cambial e risco operacional.

O Banco colocou ainda um acento tónico nas seguintes atividades:

- Revisão do *Statement* de Perfil de Risco;
- Robustecimento dos processos de monitorização das Políticas de Risco (crédito, liquidez, mercado, país/soberano e taxa de juro e operacional);
- Melhoria dos processos de cálculo, monitorização e *reporting* dos riscos de Concentração Individual e Sectorial;
- Melhoria do processo de cálculo das imparidades para as carteiras de crédito, títulos e outros devedores, incluindo a componente de cálculo coletiva;
- Robustecimento e ganhos de eficácia na análise económica/financeira da carteira de crédito (atribuição de notação de risco), tendo complementado os pareceres sobre

operações de crédito com informação prudencial (*RWA*, consumo de capital, grandes riscos, etc.);

- Monitorização e acompanhamento dos níveis de alerta para os *triggers* considerados relevantes para cada um dos riscos geridos;
- Conclusão da implementação da *IFRS9*, com recurso a consultores especializados;
- Melhoria da qualidade da informação prudencial prestada e monitorização e controlo permanente dos *RWAs* das carteiras de crédito, de títulos e de imóveis;
- Redefinição de conceitos-chave como o de incumprimento e *NPL*;
- Análise de novos produtos e serviços, na vertente do risco associado;
- Definição de novos limites para a carteira própria e realização de análises e pareceres no âmbito de operações de papel comercial e de obrigações de emitentes portugueses.

Em suma, o acompanhamento e gestão dos riscos em todas as vertentes e fases (avaliação, monitorização e reporte dos riscos antes referidos) tem como objetivos últimos garantir que estão a ser seguidos as políticas e os indicadores definidos pelo Banco em termos de “perfil/apetência/apetite ao risco”, que se cumprem estritamente os regulamentos e procedimentos estabelecidos, e que a continuidade da atividade do Banco esteja sempre assegurada.

### **Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da probabilidade de um cliente incumprir com as suas obrigações junto do Banco, levantando assim a possibilidade deste último não reaver o capital e os juros associados ao crédito concedido, sendo este o desafio que se coloca ao Banco aquando da concessão de créditos.

Em 2018, os mecanismos associados à gestão do risco de crédito, em concreto, no que respeita à análise de operações de crédito, passaram por um escrutínio rigoroso, que incluiu por exemplo:

- Análise económico-financeira do potencial cliente e averiguação da qualidade e fiabilidade da informação contabilística apresentada;
- Cálculo dos *RWAs* e consumo de capital das operações de crédito propostas e análise do respetivo impacto nos rácios de capital;
- Verificação sobre o cumprimento do limite dos grandes riscos;

- Análise do risco associado ao setor em que desenvolve a sua atividade;
- Análise da qualidade de gestão do cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Banco e pela existência/inexistência de incidentes;
- Avaliação de colaterais dados como garantias às responsabilidades assumidas junto do Banco.

O cálculo de imparidades é realizado individualmente para a totalidade da carteira de crédito do Banco. Nesta análise realizada, importa mencionar que as perdas são calculadas e estimadas com base naquele que se espera ser o valor a recuperar do crédito.

### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro refere-se à possibilidade de ocorrerem eventos potencialmente adversos e causadores de impactos penalizadores dos resultados, motivados por variações nas taxas de juro, por desfasamentos nas maturidades ou nos prazos de refixação/revisão das taxas de juro.

O risco de taxa de juro vem assumindo maior relevância à medida que o Banco vai aumentando o volume de operações ativas e/ou passivas, desenvolvendo áreas de negócio e realizando investimentos financeiros, em todos estes casos envolvendo posições/valores que são afetados pelas variações das taxas de juro.

### **Risco de Concentração**

O risco de concentração, que se encontra incluído na monitorização do risco de crédito, diz respeito à possibilidade de fatores de risco comuns entre diferentes contrapartes motivarem uma perda para o Banco. Deste modo, e para que uma perda não possa colocar em causa a solvabilidade e solidez do Banco, torna-se relevante o estudo e análise destes fatores geradores de uma potencial perda.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado resulta da possibilidade de ocorrerem perdas causadas pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e/ou das taxas de câmbio.

Para a avaliação e controlo do risco de mercado o Banco utiliza o *VaR (Value-at-Risk)* diário com um nível de confiança de 99%. Este indicador corresponde à perda máxima que poderá advir da variação, no horizonte temporal definido, de parâmetros de mercado como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juro e indexadores como os de inflação.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez está naturalmente associado à possibilidade do Banco não reunir condições de cumprir as suas obrigações financeiras, seja por desencaixes de valor relevante no curto prazo, por escassez de recursos ou pela incapacidade de se desfazer de modo rápido de uma posição devido à não reunião de condições favoráveis no mercado para tal.

Este risco resulta de um eventual *mismatch* entre os seus direitos e obrigações, que pode criar um desequilíbrio entre os fluxos de entrada de fundos e os fluxos de saída dos mesmos.

Aquando da decisão de investir em ativos financeiros ou outros, estes são sujeitos a uma análise rigorosa para controlo da possibilidade de ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, os transacionar e satisfazer os seus compromissos.

### **Risco Cambial**

Este risco resulta da volatilidade de uma determinada moeda, ou seja, as oscilações sofridas no seu valor, podem ser muito ou pouco acentuadas, sendo isso que define o seu grau de incerteza, sabendo-se que de resto estas oscilações nas taxas de câmbio podem ser influenciadas por fatores de natureza económica, financeira, política, técnica e especulativa.

No balanço do Banco o risco cambial assumiu alguma expressão durante o ano de 2018, por existirem investimentos em moeda estrangeira (USD) na carteira própria, tendo o Banco, em determinados períodos do ano, recorrido a contratos de futuros para realizar *hedging* e, desta forma, assegurar uma adequada proteção, reduzir a volatilidade dos resultados e o valor de *RWA*.

### **Risco Operacional**

O risco operacional do Banco e a respetiva mitigação do mesmo envolvem um processo complexo, no qual é necessário a colaboração das várias áreas do Banco para que seja possível a identificação, medição e controlo dos eventos geradores, efetivos ou potenciais, de falhas operacionais.

Compreender as origens e colaborar na sua identificação e reporte é algo que é transversal ao Banco. A sua medição envolve a realização de questionários, sendo da responsabilidade das várias áreas o reporte dos mesmos por forma a poder ser quantificado o impacto causado pelos eventos reportados, seja em termos quantitativos pelos possíveis impactos financeiros, seja em termos de qualidade de serviço e reputação do Banco junto dos seus clientes ou das entidades reguladoras.

O Banco considera o risco operacional de grande importância e relevância, seguindo os procedimentos internos para a sua avaliação e quantificação.

## 9.2. *Compliance*

No ano de 2018 prosseguiram-se as ações encetadas em anos anteriores nas áreas da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (PBCFT), do *Know Your Customer*, da prevenção do abuso de mercado (intermediação financeira) e da implementação do RGPD e da DMIF II.

No que diz respeito à matéria da PBCFT o enfoque residiu na monitorização das operações bancárias tipicamente utilizadas para o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Para o efeito, o Banco efetuou um investimento significativo na aquisição de *software* que permitirá monitorizar estas transações em tempo real e que se espera que esteja totalmente implementado no decorrer do 1º semestre de 2019.

Foram analisadas operações identificadas como potencialmente suspeitas, no cumprimento dos procedimentos que internamente se encontram em vigor e que materializam a importância que se reconhece ao papel que as Instituições Financeiras devem desempenhar neste combate, em linha com os deveres legais e regulamentares que lhes estão cometidos.

Em sede de *KYC* aprofundou-se a monitorização da carteira de clientes e, em particular, o escrutínio da conformidade dos dossiês de abertura de conta com a legislação/regulamentação vigente e as boas práticas instituídas, tendo-se também para o efeito implementado um *software* que permitirá analisar e verificar as entidades / clientes que constam de bases dados internas e externas de Pessoas Publicamente Expostas (*PEP*).

No que concerne à área operacional da sala de mercados financeiros, prosseguiu-se a monitorização das transações de instrumentos financeiros, as quais foram objeto de posterior validação.

Para a implementação do RGPD, obrigatório desde 25 de maio de 2018, o Gabinete de *Compliance* (GC) teve uma participação ativa na elaboração de toda a documentação e regulamentação interna necessária ao bom cumprimento do estabelecido no Regulamento (EU) 2016/679. Para além do referido, merece ainda destaque a elaboração e divulgação interna de normativos diversos relacionados não só com o funcionamento da área de *Compliance* mas, também, de outros que visam responder plenamente às diversas exigências regulatórias a que esta função se encontra obrigada.

### 9.3. Auditoria Interna

A atividade do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) materializou-se em auditorias nas seguintes áreas: Depósitos, Carteira Própria, Gestão de Ativos, Gestão de Riscos, *Governance* e *Compliance*.

As desconformidades identificadas foram objeto de recomendações que originaram significativas melhorias nos procedimentos e processos internos, após audição dos responsáveis das áreas funcionais.

A monitorização do SCI foi executada, com vista a assegurar em permanência a respetiva adequação, eficácia e eficiência e a garantir a identificação de eventuais deficiências, oportunidades de melhoria ou medidas de fortalecimento.

O GAI tem uma linha de reporte direta ao Conselho de Administração e o seu trabalho foi executado sem restrições de acesso a documentação, sistemas de informação, arquivos e lugares físicos do Banco, permitindo-lhe assim exercer adequadamente as suas responsabilidades de avaliação independente do SCI.

## 10. Política de Remunerações

Uma vez que o Banco não preenche os critérios (dimensão, organização interna, complexidade das atividades) estabelecidos no Aviso 10/2011 do Banco de Portugal, que obrigam à constituição de um Comité ou Comissão de Remunerações, a responsabilidade deste Comité, relativamente à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, foi atribuída a dois administradores não executivos, o Presidente e um Vice-presidente do Conselho de Administração.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização consta de Declaração anexa ao presente Relatório e Contas.

Quanto à política de remuneração dos Colaboradores, incluindo os designados “Colaboradores em Funções Relevantes”, compete ao Conselho de Administração a sua aprovação e revisão periódica.

## 11. Principais indicadores

O quadro seguinte apresenta um conjunto de indicadores e destaques relacionados com a performance do Banco em 2018 face ao ano anterior.

SÍNTESE DE INDICADORES			
			euros
	31-12-18	31-12-17	Var. 18/17
<b>Balanço</b>			
Ativo total	198.001.349	252.926.026	-21,7%
Crédito a clientes (bruto)	71.435.927	76.472.205	-6,6%
Recursos de clientes	127.362.964	183.198.786	-30,5%
Crédito total líquido / Depósitos de clientes	37,7%	31,5%	
<b>Resultados</b>			
Resultado líquido	(14.015.510)	807.644	-1835,4%
Margem financeira	1.574.310	1.858.105	-15,3%
Produto bancário	(2.214.001)	3.490.892	-163,4%
Custos operacionais	(4.687.975)	(3.852.592)	21,7%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	(4.989.121)	1.776.416	-380,9%
<b>Impostos sobre lucros</b>			
Correntes	(25.890)	(100.819)	-74,3%
Diferidos	(1.860.731)	(330.039)	463,8%
<b>Rendibilidade</b>			
Produto bancário / Ativo líquido	-1,1%	1,4%	
Rendibilidade do Ativo (ROA)	-7,1%	0,3%	
Resultado antes de impostos / Ativo líquido	-6,1%	0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	-57,1%	3,4%	
Resultado antes de impostos / Capitais próprios	-49,4%	5,4%	
<b>Qualidade do crédito</b>			
Crédito vencido >30 dias / crédito a clientes (bruto)	35,6%	25,9%	
Imparidade para Crédito/ Crédito vencido >30 dias	92,3%	94,5%	
Imparidade para Crédito/ Crédito a clientes (bruto)	32,8%	24,5%	
<b>Rácios de eficiência</b>			
Custos operacionais / Produto bancário	211,7%	110,4%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	115,4%	61,6%	
<b>Capital</b>			
Rácio common equity Tier I Capital	19,6%	16,8%	
Total Capital Rácio	21,5%	18,2%	



A atividade desenvolvida no Banco em 2018 fica marcada por um resultado negativo que é justificado por um conjunto de fatores endógenos e exógenos que deram origem a uma performance claramente aquém das expectativas. Neste contexto, destacamos as rubricas que explicam uma parte significativa do resultado do exercício.

#### Margem Financeira:

- Juros de crédito a clientes: com uma queda de 2,03 milhões de euros para os 1,83 milhões de euros, revelam as dificuldades sentidas na atividade de concessão de crédito, quer em termos de crescimento de volume, quer em termos de margem;
- Juros de depósitos de clientes: com um crescimento de 1,35 milhões de euros para os 2,02 milhões de euros, refletem o forte incremento do volume de depósitos registado em 2017, situação que se tem vindo a alterar gradualmente, embora de forma controlada.

#### Produto Bancário:

- Ativos financeiros detidos para negociação: registaram um resultado negativo de 3,87 milhões de euros, consequência das acentuadas desvalorizações registadas nos mercados financeiros na generalidade das classes de ativos;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: assinalaram também um resultado negativo de 874 mil euros, igualmente resultante de alguns eventos negativos sobre os mercados de dívida, com destaque para a dívida pública italiana.

#### Gastos Gerais Administrativos:

- Custos com serviços de consultoria e auditoria: tiveram uma subida de 133,4 mil euros para 413,8 mil euros, o que reflete uma nova dinâmica transversal a todas as áreas, materializada em mais consultoria especializada;
- Custos com advogados: registaram um incremento de 34,7 mil euros para 130,1 mil euros, resultado de um esforço acrescido para resolver situações de incumprimento e de contencioso.

#### Imparidades e Provisões:

- Imparidade para crédito a clientes: registaram um aumento líquido de 4,69 milhões de euros. Resultado decorrente de um esforço dirigido a uma redução do peso líquido dos *NPL* na carteira de crédito.

#### Impostos:

- Impostos diferidos: registaram um valor de 1,86 milhões de euros, resultado da reversão parcial de impostos diferidos ativos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis.

#### Capital Próprio:

- Capital social: realizaram-se dois aumentos de capital, por entradas de dinheiro, em 2018. O primeiro foi realizado em 14 de setembro para um montante de 60.651.912 euros e o segundo teve lugar em 28 de dezembro elevando o capital para os 69.151.912 euros.

#### Rácios:

- Rácio *Common Equity Tier I Capital*: registou uma subida face ao ano anterior, situando-se no final do ano nos 19,6%;
- Total Capital Rácio: apresentou igualmente uma melhoria face ao ano anterior, elevando-se para os 21,5%.

## 12. Perspetivas da atividade futura

A atividade do Banco encontra-se atualmente ainda condicionada por alguns fatores setoriais e específicos, tais como o peso dos ativos não produtivos no balanço, a pressão sobre a margem financeira decorrente da persistência de um contexto de baixas taxas de juro utilizadas nos indexantes de operações de crédito, a elevada liquidez presente no sistema, desencadeando agressiva concorrência e distorção do binómio risco/rendibilidade em potenciais clientes para operações de crédito, a obsolescência e redundância dos canais tradicionais de distribuição, baseados na rede física de balcões/agências, a crescente dificuldade e complexidade para o consumidor diferenciar e descodificar produtos e serviços, a comoditização de certos produtos e serviços, pelos quais os consumidores estão pouco dispostos a pagar comissões de subscrição e de manutenção, entre outras condicionantes.

Apesar do elevado nível de concorrência que caracteriza atualmente o sector financeiro, a inovação tecnológica e a alteração dos padrões de acesso e consumo de produtos e serviços geraram novas oportunidades de negócio. Neste contexto, o Banco identificou diversas oportunidades, destacando as seguintes:

- Aproveitar o potencial disruptivo e inovador da digitalização, a qual é um importante criador de oportunidades para bancos de pequena e média dimensão, sem perder os atributos valorizados na relação com cliente, mas melhorando a sua experiência de utilização;
- Desenvolver parcerias na originação e distribuição de produtos e serviços de terceiros, alargando e especializando a oferta do Banco, favorecendo a criação de sinergias operacionais, com o objetivo de aumentar a escala e alargar o mercado de atuação, simultaneamente procurando custos de originação e distribuição mais reduzidos;
- Diversificar a carteira de crédito originado pelo Banco e de crédito originado por terceiros, de modo a aumentar a granularidade do balanço e a distribuição do risco por geografias, segmentos e classes de ativos, procurando uma melhoria do custo do risco e a otimização dos resultados, ponderados pelo consumo de capital;
- Reformular a proposta de valor nas diferentes vertentes de prestação de serviços financeiros, com recurso a parcerias especializadas, designadamente em gestão de ativos, intermediação financeira de produtos e mercado de capitais;
- Aumentar a relevância da presença no mercado, mediante a modernização e atualização da imagem de marca.

O Banco pretende realizar em 2019 uma parte substancial do caminho que representa o novo Plano Estratégico 2019-2021, o que implica responder adequadamente aos seguintes desafios:

- Recentrar o modelo de negócio, de modo a assegurar progressivamente um equilíbrio balanceado e sustentado entre margem financeira e comissões de produtos e serviços financeiros;
- Elevar a margem financeira a um patamar claramente superior aos custos operacionais;
- Otimizar o capital alocado, mediante uma gestão mais eficiente de ativos e passivos, que assegure igualmente a preservação de confortáveis níveis de liquidez;
- Diferenciar a oferta de produtos e serviços, com valor acrescentado e experiência de utilização para o cliente;
- Acelerar a resolução e limpeza do balanço em ativos não produtivos, para potenciar o crescimento do produto bancário;
- Investir em tecnologia e competências humanas para aumentar produtividade, reduzir custos e minimizar riscos operacionais;
- Implementar instrumentos e procedimentos automatizados, visando ainda maior rigor, consistência e fiabilidade da informação, que se traduzem em melhor qualidade do suporte à tomada de decisão;
- Reforçar o *governance* e o controlo interno: risco, *compliance*, planeamento e reporte.

No próximo triénio o Banco irá continuar a trabalhar no sentido de robustecer a sua solidez financeira, convicto de que irá ultrapassar as dificuldades que irão surgir e aproveitar as oportunidades identificadas para um banco com as suas características.

Para esse efeito, o Banco reorganizou-se, reforçou capitais, reduziu os ativos não produtivos e acelerou o investimento em capital humano e tecnologia, dotando-se dos meios e das competências adequadas para superar os desafios que a conjuntura e a nova estratégia irão seguramente originar.

### 13. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram fatos relevantes após o termo do exercício 2018.

### 14. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2018, o Banco Português de Gestão obteve um resultado líquido negativo depois de impostos de -14.015.509,71 euros.

O Conselho de Administração propõe que o prejuízo obtido no exercício seja levado a:

- Resultados transitados: - 14.015.509,71 euros;

## 15. Referências finais

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança que nele depositaram para a condução da atividade e a todos aqueles que colaboraram com o Banco durante o exercício de 2018, nomeadamente os seus Colaboradores, Órgãos Societários, Fornecedores e restantes *Stakeholders*.

Lisboa, 8 de março de 2019

### **Presidente**

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

### **Vice-Presidentes**

Mário José Brandão Ferreira

Mário Patinha Antão

### **Vogais**

Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz

Luís António Gomes Moreno

João Ricardo Chícharo Folque

Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

## 16. Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018

### Demonstrações Financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

#### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/dez/2018	31/dez/2017
Rendimentos de juros	5	3.827.294	3.919.829
Encargos por juros	5	(2.252.984)	(2.061.724)
<b>Margem financeira</b>		<b>1.574.310</b>	<b>1.858.105</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	354.477	231.218
Rendimentos de serviços e comissões	6	383.399	433.573
Encargos com serviços e comissões	6	(147.966)	(679.325)
Resultados em operações financeiras			
<i>Ativos e passivos ao justo valor através de resultados</i>	7	(3.865.423)	467.195
<i>Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	7	(874.090)	2.745.131
<i>Reavaliação cambial</i>	8	681.364	(1.368.673)
Alienação de outros ativos	9	(69.940)	(24.193)
Outros resultados de exploração	10	(250.132)	(172.140)
<b>Produto bancário</b>		<b>(2.214.001)</b>	<b>3.490.892</b>
Custos com o pessoal	11	(2.556.061)	(2.151.057)
Gastos gerais administrativos	12	(1.961.182)	(1.459.741)
Depreciações e amortizações	22,23,24	(170.732)	(241.794)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	(304.533)	23.327
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	21	(4.684.588)	1.753.089
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	18,21	109.145	(242.081)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	21	(346.937)	65.867
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>		<b>(12.128.889)</b>	<b>1.238.502</b>
Impostos		(1.886.620)	(430.858)
<i>Correntes</i>	13	(25.890)	(100.819)
<i>Diferidos</i>	13	(1.860.731)	(330.039)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>(14.015.510)</b>	<b>807.644</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(14.015.510)</b>	<b>807.644</b>
Ações em circulação		26.791.152	14.808.120
Resultado por ação básico e diluído (em Euros)		-523,14	0,05

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
Montantes expressos em Euros

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(14.015.510)</b>	<b>807.644</b>
<b>Outro Rendimento Integral:</b>		
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados		
.Variações no justo valor de activos		
Justo valor	757.486	(469.806)
Impacto fiscal	(219.681)	105.706
	<u>537.805</u>	<u>(364.100)</u>
<b>Total de Rendimento Integral do Exercício</b>	<b><u>(13.477.704)</u></b>	<b><u>443.544</u></b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Montantes expressos em Euros)

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	27.255.696	25.309.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	46.542.112	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	17	32.863.654	4.795.959
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	18	23.462.705	119.124.861
Ativos financeiros ao custo amortizado			
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>	19	300.000	300.000
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	20,21	47.970.894	57.742.797
Investimentos detidos até à maturidade	20	-	716.507
Ativos não correntes detidos para venda	21,22	9.021.007	9.217.530
Propriedades de investimento	22	856.604	1.015.682
Outros ativos tangíveis	21,23	1.759.055	1.928.659
Ativos intangíveis	24	172.811	12.462
Ativos por impostos correntes	25		
Ativos por impostos diferidos	13,25	4.044.015	6.288.861
Outros ativos	23,27	3.752.795	2.060.241
<b>Total do Ativo</b>		<u><u>198.001.349</u></u>	<u><u>252.926.026</u></u>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>Notas</b>	<b>31-12-2018</b>	<b>31-12-2017</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
<i>Recursos de bancos centrais</i>	28	27.500.000	27.500.000
<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	29	14.316.067	15.386.918
<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	30	127.362.964	183.198.786
<i>Outros passivos subordinados</i>	26	2.600.469	2.600.469
Provisões	21	502.986	154.155
Passivos por impostos correntes	25	33.557	106.206
Passivos por impostos diferidos	13,25	137.900	148.974
Outros passivos	27	1.010.492	1.029.553
<b>Total do Passivo</b>		<u><u>173.464.434</u></u>	<u><u>230.125.061</u></u>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	33	69.151.912	53.651.913
Prémios de emissão	33	223.334	9.235
Reservas por rendimento integral acumulado	34	462.645	(815.450)
Outras reservas e resultados transitados	34	(30.976.150)	(30.830.887)
(Ações próprias)	34	(309.316)	(21.490)
Resultado do exercício		<u>(14.015.510)</u>	<u>807.644</u>
<b>Total do Capital Próprio</b>		<u><u>24.536.915</u></u>	<u><u>22.800.966</u></u>
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>		<u><u>198.001.349</u></u>	<u><u>252.926.026</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Reserva de reavaliação de justo valor	Ações próprias	Resultado do exercício	Capitais próprios
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>53.651.913</b>	<b>9.235</b>	<b>296.359</b>	<b>(22.368.283)</b>	<b>(451.350)</b>	<b>(21.490)</b>	<b>(8.758.962)</b>	<b>22.357.422</b>
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2016	-	-	-	(8.758.962)	-	-	8.758.962	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral:								
Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(469.806)	-	-	(469.806)
Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor	-	-	-	-	105.706	-	-	105.706
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	807.644	807.644
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>53.651.913</b>	<b>9.235</b>	<b>296.359</b>	<b>(31.127.245)</b>	<b>(815.450)</b>	<b>(21.490)</b>	<b>807.644</b>	<b>22.800.966</b>
Aplicação IFRS9	-	-	-	(952.908)	740.290	-	-	(212.618)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>53.651.913</b>	<b>9.235</b>	<b>296.359</b>	<b>(32.080.153)</b>	<b>(75.160)</b>	<b>(21.490)</b>	<b>807.644</b>	<b>22.588.348</b>
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2017	-	-	80.764	726.880	-	-	(807.644)	0
Aumento de Capital	15.499.999	-	-	-	-	-	-	15.499.999
Aquisição ações próprias	-	214.098	-	0	-	(287.826)	-	(73.728)
Aplicação IFRS9	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral:								
Variações de justo valor de ativos financeiro através de capital próprio	-	-	-	-	757.486	-	-	757.486
Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor	-	-	-	-	(219.681)	-	-	(219.681)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(14.015.510)	(14.015.510)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>69.151.912</b>	<b>223.334</b>	<b>377.123</b>	<b>(31.353.273)</b>	<b>462.645</b>	<b>(309.316)</b>	<b>(14.015.510)</b>	<b>24.536.915</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
Montantes expressos em Euros

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/dez/2018</b>	<b>31/dez/2017</b>
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	4.005.756	4.250.575
Juros, comissões e outros custos pagos	(1.917.722)	(1.617.347)
Pagamento a empregados e a fornecedores	(4.517.243)	(3.758.372)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	(320.072)	(1.130.479)
<b>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</b>	<b>(2.749.280)</b>	<b>(2.255.623)</b>
(Aumentos) Diminuições de ativos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de capital próprios	64.670.168	(84.855.703)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	(2.247)
Créditos sobre clientes	5.097.115	(1.106.038)
Outros ativos	(1.838.292)	(119.091)
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(932.407)	(8.512.017)
Recursos de clientes	(56.336.370)	129.537.625
Outros passivos	329.771	(23.327)
	<b>10.989.986</b>	<b>34.919.201</b>
Pagamento de imposto sobre lucros	274.502	(86.099)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>	<b>8.515.207</b>	<b>32.577.480</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</b>		
(Aumento)/Diminuição de ativos tangíveis e intangíveis	(161.477)	(345.148)
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda	4.167	38.721
(Aumento)/Diminuição de Propriedades de investimento	57.820	570.000
Dividendos recebidos	354.477	231.218
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>	<b>254.987</b>	<b>494.792</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Distribuição de reservas a acionistas	-	-
Aumento de capital e Emissão de dívida titulada e subordinada	15.499.998,8	0
Juros de dívida titulada	(121.125)	(121.125)
Aquisição ações próprias	(73.728)	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>	<b>15.305.146</b>	<b>(121.125)</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>24.075.340</b>	<b>32.951.146</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>49.722.468</b>	<b>16.771.322</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>73.797.808</b>	<b>49.722.468</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 17. Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

*(Montantes expressos em Euros)*

### INTRODUÇÃO

O Banco Português de Gestão (BPG ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 29 de setembro de 2000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação fiscal 504655361, tendo iniciado a sua atividade em 26 de dezembro do mesmo ano.

A sede do Banco está localizada na Rua do Salitre, nº 167 em Lisboa, dispondo o Banco ainda, para o desenvolvimento da sua atividade, de um escritório de representação no Porto.

Constituído inicialmente com um capital social de € 18.000.000, no último trimestre de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000, diversificando a sua estrutura acionista, com a entrada, entre outros, de diversas entidades que integram o setor da Economia Social, como sejam Cooperativas de Habitação, Organizações Sindicais, Mutualidades, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Conforme aprovação na Assembleia Geral, anual, em 30 de março de 2011, nesse ano o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão, que se encontrava registado em outras reservas, elevando-se o capital social do Banco para € 36 651 915.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um novo aumento de capital, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, passando o capital social do Banco a ser nesta data de € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital:

O primeiro em 17 de junho, por entradas em dinheiro, através da emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914.

O segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 53.651.913. Este aumento de capital integrou-se numa operação combinada de substituição de capital Tier 2 (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital Tier 1 (emissão de novas ações).

Durante o exercício de 2018 o BPG procedeu a dois aumentos de capital:

O primeiro em 14 de setembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 5.072.463 ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 60.651.912.

O segundo em 28 de dezembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 6.910.569 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 69.151.912.

O Banco foi criado com uma vocação especial para a economia social, numa dupla ótica - por um lado, procurando soluções e oferecendo produtos e serviços financeiros para os agentes que atuam nesta área (IPSS, Misericórdias, Institutos, Autarquias, Fundações, Cooperativas, etc.) e, por outro lado, intervindo nos setores emergentes em termos de estruturação de serviços financeiros dos quais se destacam os setores da saúde, turismo, novas tecnologias e energias renováveis. A esta vocação inicial acrescentou-se a atividade de banca comercial, de gestão de patrimónios e de gestão da carteira própria do Banco.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2018 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 14/03/2019, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 28/03/2019.

#### **NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos registos contabilísticos e foram processadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia e em vigor a 1 de janeiro de 2018, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2015, de 30 de dezembro.

As alterações de políticas contabilísticas resultantes da aplicação da IFRS 9 foram, genericamente, aplicadas de forma retrospectiva, com exceção do seguinte: O Banco aplicou a exceção que permite a não reexpressão da informação comparativa de períodos anteriores no que respeita a alterações de classificação e mensuração (incluindo imparidade). As diferenças nos valores de balanço de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 são reconhecidos em Reservas e resultados Transitados, a 1 de janeiro de 2018.

As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, conforme previsto no IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam-se ao BPG enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Euro (€), sendo os montantes divulgados referidos à unidade daquela moeda.

Foram adotadas normas (novas ou revistas) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB) e interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (IFRIC), conforme as respetivas adoções por parte da União Europeia (UE).

Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2018:

**IFRS 15 Rédito de contratos com clientes** - Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações

existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a retribuição que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach ” ou a “ modified retrospective approach ”.

O impacto da implementação desta norma não é materialmente relevante.

### **Clarificações à IFRS 15:**

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (sales-based) e baseados na utilização (usage-based) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na full retrospective approach; e (b) modificações de contratos na transição.

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a “ full retrospective approach ” ou a “ modified retrospective approach ”.

## **IFRS 9 Instrumentos financeiros**

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

### Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

### Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

### Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perdas de crédito esperadas (PCE), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PCE aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 – Locações / IFRS 16 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PCE relativas a 12 meses ou ao longo da respetiva duração, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PCE ao longo da respetiva duração são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PCE deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

### Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, qualquer elemento “forward” de um contrato “forward” e qualquer
- “spread” de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva. É permitida a aplicação antecipada.

### **Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4**



As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

#### Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor o diferimento, por mais um ano, para a aplicação da IFRS 9 para as entidades seguradoras que se qualifiquem como tal. Esta proposta está relacionada com a proposta de alteração da data de entrada em vigor da IFRS 17 para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.
- A opção pela isenção deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta opção só pode ser revista em situações raras.
- As entidades que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

#### A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente, tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospectivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

#### **IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da retribuição**

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da

retribuição, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da retribuição.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da retribuição, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma entidade pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospectiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

- O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
- O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

## **IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2**

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

### Vesting conditions - os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

- As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar vesting conditions quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

### Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da entidade, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício ( vesting) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de net share settlement ).
- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações

liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de net share settlement .

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as entidades devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospectiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido.

**Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)**

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

**Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016**

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (uma outra melhoria relacionada com a IFRS 12 foi já efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017).

## **IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS**

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

## **IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento**

A melhoria veio clarificar que:

- Uma entidade que é uma entidade de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.
- Se uma entidade que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a entidade pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa- mãe.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Banco, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

## **IFRS 16 Locações**

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço ( on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “right-of-use ” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma foi endossada em 31 de outubro de 2017 e deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a full retrospective approach ” ou a “ modified retrospective approach ”.

O Banco encontra-se a desenvolver esforços no sentido de apurar o impacto da implementação da norma.

### **IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento**

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

## **Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9**

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

### Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração foi endossada em 22 de março de 2018 e é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as entidades a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

## **IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto**

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias

consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio, tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

### **Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures – Alterações à IAS 28**

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou joint venture, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

#### **IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta**

- As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
- Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
- Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.



### **IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta**

- Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
- Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

### **IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital**

- Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

### **IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização**

- A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
- As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

### **IFRS 17 Contratos de seguro**

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns



instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral que é suplementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação do prémio), principalmente para contratos de curta duração.

As principais características do novo modelo contabilístico dos contratos de seguro são as que se seguem:

- A mensuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajustamento de risco, mensurado em cada período de reporte (valor realizável dos fluxos de caixa);
- Uma Contractual Service Margin (CSM), margem contratual de serviço, que é igual e oposta a qualquer ganho inicial da realização dos fluxos de caixa de um grupo de contratos, representando os ganhos não apropriados dos contratos de seguro os quais serão reconhecidos em ganhos ou perdas durante o período de vigência do serviço (i.e. período de cobertura);
- Algumas alterações no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros são ajustadas contra a CSM e, desta forma, reconhecidas em ganhos ou perdas durante o período remanescente do serviço contratual;
- Os efeitos das alterações na taxa de desconto serão reportadas como ganhos ou perdas ou como outro rendimento integral, dependendo da política contabilística da entidade;
- A apresentação dos ganhos e dos gastos de seguros na Demonstração dos Resultados do Outro Rendimento Integral são baseados no conceito de serviços prestados durante o período;
- Os valores que o segurado irá receber, independentemente de ocorrer ou não um evento segurado (componentes de investimento não distintas), não são apresentados na demonstração de resultados, sendo reconhecidos diretamente no balanço;
- Os resultados dos serviços de seguro (receita obtida deduzida dos créditos emitidos) são apresentados separadamente dos ganhos ou perdas de seguros; e
- Divulgações extensas que forneçam informação sobre os valores reconhecidos de contratos de seguro e sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos mesmos.

A IFRS 17 é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo necessário apresentar os comparativos nesse ano. A aplicação antecipada é permitida desde que a entidade aplique também a IFRS 9 e a IFRS 15 na data ou na data anterior a que a entidade aplique a IFRS 17. O IASB decidiu por uma aplicação retrospectiva para a estimativa da CSM na data da transição. No entanto, se uma aplicação retrospectiva total, como definida na IAS 8 para um grupo de contratos de seguro, não for praticável a entidade tem de escolher uma das duas alternativas abaixo:

- Abordagem retrospectiva modificada – baseada em informação razoável e devidamente sustentada que esteja disponível sem que a entidade incorra em custos ou esforços excessivos, considerando algumas modificações à aplicação retrospectiva na sua total extensão, mantendo-se, no entanto, o objetivo de alcançar o melhor resultado possível na aplicação retrospectiva;
- Abordagem do justo valor – a CSM é determinada como a diferença positiva entre o justo valor determinado em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo justo valor e valor realizável dos fluxos de caixa (qualquer diferença negativa será reconhecida em resultados transitados na data de transição).

Se uma entidade não conseguir obter informação razoável e sustentada para aplicar a abordagem retrospectiva modificada, é obrigada a aplicar a abordagem do justo valor.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

### **Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3**

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

#### Requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial

A alteração vem clarificar que para ser considerado uma atividade empresarial, um conjunto integrado de atividades tem de incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, conjuntamente, contribuam significativamente para a criação de um output. Clarificam igualmente que uma atividade empresarial pode existir sem que inclua todos os inputs e todos os processos necessários para criar outputs. Isto é, os inputs e os processos aplicados a esses inputs “têm de ter a capacidade de contribuir para a criação de outputs” em vez “têm de ter a capacidade de criar outputs”.

#### Capacidade dos participantes de mercado de substituírem os elementos em falta

Antes da alteração, a IFRS 3 previa que uma atividade empresarial não tinha que incluir todos os inputs ou processos que o vendedor usava na operacionalização da atividade empresarial, “se os participantes de mercado forem capazes de adquirir a atividade empresarial e de continuar a produzir o processo produtivo, por exemplo, integrando a atividade empresarial com os seus próprios inputs e processos”. A referência a essa integração foi eliminada da norma e a avaliação passa a ser baseada no que foi adquirido no seu estado e condições atuais.

#### Avaliar se um processo adquirido é substantivo

As alterações vêm clarificar que se um conjunto de atividades e ativos não tem outputs na data de aquisição, um processo adquirido é considerado substantivo:

- Se for crítico para a capacidade de desenvolver e converter inputs adquiridos em outputs; e
- Se os inputs adquiridos incluírem quer uma força de trabalho organizada com as necessárias competências, conhecimentos, ou experiência em efetuar esse processo, quer outros inputs que essa força de trabalho organizada possa desenvolver ou converter em outputs.

Em contraste, se um conjunto de atividades e ativos adquiridos incluírem outputs na data de aquisição, um processo adquirido tem de ser considerado substantivo:

- Se for crítico para a capacidade de continuar a produzir outputs e os inputs adquiridos incluírem uma força de trabalho organizada com as necessárias competências, conhecimentos, ou experiência em efetuar esse processo; ou
- Se contribuir significativamente para a capacidade de continuar a produzir outputs e ou é considerado único ou escasso, ou não pode ser substituído sem custos significativos, sem um esforço significativo ou sem atrasos significativos na capacidade de continuar a produzir outputs.

#### Estreitar a definição de outputs

As alterações estreitaram a definição de outputs colocando o foco em bens ou serviços fornecidos aos clientes, retorno de investimento (tais como dividendos ou juros) ou outro rendimento obtido das atividades ordinárias. A definição de atividade empresarial presente no Apêndice A da IFRS 3 foi alterada em conformidade.

#### Teste opcional à concentração

As alterações introduzem um teste opcional ao justo valor da concentração para permitir uma avaliação simplificada se um determinado conjunto de atividades adquiridas não são uma atividade empresarial. As entidades podem optar por aplicar este teste transação a transação. O teste é cumprido se substancialmente todos os justos valores dos ativos brutos adquiridos estão concentrados num único ativo identificável ou num grupo similar de ativos identificáveis. Se o teste não for cumprido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste numa determinada transação, uma avaliação detalhada terá de ser realizada aplicando os requisitos normais da IFRS 3.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto – mencionada anteriormente no Ponto II deste documento).

#### **Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8**

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

### Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

### Novo nível de materialidade (“threshold”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

### Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Nota: Esta alteração impacta igualmente o IFRS Practice Statement 2: Efetuar julgamentos sobre a materialidade, o qual foi divulgado no documento IFRS Update emitido em relação a 31 de dezembro de 2017.

## **IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano**

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

### Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requiere que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
  - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
  - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano. Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o cortes ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada, a qual deverá ser divulgada.

### **A estrutura conceptual para o reporte financeiro**

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 - Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

### **IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas**

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os

movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Não existem normas já endossadas que entrem apenas em vigor após 2018 e cuja aplicação antecipada não seja permitida.

### **Comparabilidade da informação**

O Banco adotou pela primeira vez em 01 de janeiro de 2018 a IFRS 9 “Instrumentos financeiros. A IFRS 9 introduz novos requisitos no que respeita à (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas e (iii) contabilidade de cobertura. As principais variações foram:

ATIVO	31/12/2017	Classificação	Mensuração	1/1/2018
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25.309.787			25.309.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24.412.681			24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	4.795.959	62.604.785		67.400.744
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-			-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	119.124.861	(62.604.785)		56.520.076
Ativos financeiros ao custo amortizado	-			-
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>	-			-
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	-		4.470	4.470
Investimentos detidos até à maturidade	716.507			716.507
Derivados de cobertura	-			-
Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	-			-
Investimentos em associadas	-			-
Propriedades de investimento	1.015.682			1.015.682
Outros ativos tangíveis	1.928.659			1.928.659
Ativos intangíveis	12.462			12.462
Ativos por impostos diferidos	6.288.861	(260.057)		6.028.804
Outros ativos	2.060.241		(19.430)	2.040.811
Ativos não correntes detidos para venda	9.217.530			9.217.530
Total do Ativo	194.883.229	(260.057)	(14.960)	194.608.212

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31-12-2017	Classificação	Mensuração	1/1/2018
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-			-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-			-
<i>Recursos de bancos centrais</i>	-			-
<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	-			-
<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	-			-
<i>Responsabilidades representadas por títulos</i>	-			-
<i>Outros passivos subordinados</i>	-			-
Derivados de cobertura	-			-
Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	-			-
Provisões	-		44.298	44.298
Passivos por impostos	255.180	(106.698)		148.482
Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	-			-
Outros passivos	-			-
Total do Passivo	255.180	(106.698)	44.298	192.780
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	-			-
Prémios de emissão	-			-
Outros instrumentos de capital	-			-
Reservas por rendimento integral acumulado	-	528.238	212.052	740.290
Outras reservas e resultados transitados	807.644			807.644
<i>Impacto IFRS9</i>	-	(681.597)	(271.311)	(952.908)
(Ações próprias)	-			-
Total do Capital Próprio	807.644	(153.359)	(59.259)	595.026
Total do Passivo e do Capital Próprio	1.062.824	(260.057)	(14.960)	787.806

Os impactos apurados resultam maioritariamente do reconhecimento de perdas de crédito esperadas, da reavaliação de instrumentos de capital próprio ao seu justo valor e das alterações de classificação de ativos financeiros por via do modelo de negócio do Banco.

## NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 2.1. Instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue três critérios:



- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVPL”).

O Banco avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

### **2.1.1. Crédito a Clientes**

O crédito abrange os créditos concedidos pelo Banco e correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação

financeira mobiliária e imobiliária, empréstimos sindicados bem como os créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas), que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que, em geral, corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos, que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito), são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pro - rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos a clientes só deixam de ser reconhecidos no balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou quando forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento e classifica em vencidos os juros não liquidados na data do seu vencimento.

Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (*“write-off”*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões e imparidade estejam constituídas pelo valor total do crédito. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

### **2.1.2. Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva por rendimento integral” até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantem em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

### **2.1.2. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados**

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação.

Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram nesta categoria inclui o montante de juros corridos não cobrados.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” mais representativo, dentro do intervalo “bid-ask” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

### **2.1.3. Imparidade**

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) ou em Stage 3 (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber, descontados à taxa de juro original efetiva dos instrumentos financeiros.

#### Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3.

#### Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de “impaired”. Para esses ativos, o Banco procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada para um horizonte temporal entre os 4 e o 6 anos consoante a natureza do imóvel e o cenário de recuperação assumido pelo Banco.

#### Aumento significativo do risco de crédito

O Banco monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

O Banco atribui ratings internos e externos para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações e do cliente e são consideradas nas decisões de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

O Banco calcula a imparidade das suas carteiras de ativos financeiros através de um processo de análise individual, considerando em termos gerais aquele que é o entendimento do Banco de Portugal quanto aos critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas espelhado na carta circular CC/2018/00000062.”

#### **2.1.4. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados da seguinte forma:

- inicialmente, pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação;
- subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transação e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é desreconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

#### **2.1.5. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis**

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos associados, registados em resultados ao longo da vida das operações.

#### **2.2. Outros passivos subordinados**

As emissões de obrigações do Banco estão registadas na rubrica de Outros passivos subordinados.

Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transação, sendo devidamente valorizadas ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva.

### **2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação, enquanto os ativos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

#### **a) Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia, divulgados pela Bloomberg, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

#### **b) Posição cambial a prazo**

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores

em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

#### **2.4. Imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio**

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. Em alguns casos onde o mutuário apresenta evidência de dificuldades no cumprimento das suas obrigações para com o Banco, este pode negociar com o devedor a entrega de bens móveis ou imóveis – geralmente aqueles que estão a garantir os empréstimos – para liquidação total ou parcial das responsabilidades em questão.

Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos, o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco, inicialmente, tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação, com exceção de situações pontuais em que determinou transferir esses imóveis para uso próprio.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados. As mais-valias potenciais nestes ativos não são reconhecidas no balanço.

As avaliações são efetuadas por peritos avaliadores independentes registados junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários.

O Banco classificou os imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio nas seguintes categorias:

##### **2.4.1. Ativos não correntes detidos para venda**

De acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, são classificados nesta categoria os ativos não correntes ou grupos de ativos e passivos a alienar, sempre que seja expetável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), e estes ativos ou grupos para alienação se encontrem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Os imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, recebidos por recuperação de crédito, são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação em pagamento, acrescido dos custos inerentes à transação.



Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- o ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Estes ativos não são amortizados e os custos de manutenção associados são registados em resultados.

#### **2.4.2. Propriedades de Investimento**

São classificados nesta categoria, de acordo com a IAS 40 – Propriedades de Investimento os ativos que o Banco recebeu em reembolso de crédito próprio, que não se encontram disponíveis para venda e não sendo a sua venda altamente provável no curto prazo, não cumprem as condições para serem classificados como ativos não correntes detidos para venda. Alguns destes imóveis encontram-se arrendados.

Os imóveis são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação, acrescidos dos custos inerentes à transação. Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados.

São reconhecidos nos resultados os rendimentos das rendas e os gastos operacionais diretos de manutenção.

Estes ativos são depreciados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada e de acordo com a legislação em vigor.

#### **2.4.3. Imóveis de serviço próprio**

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui uma fração, integrada em prédios de habitação, dotada de licença de utilização para fins comerciais e que dispõe das condições adequadas à satisfação de necessidades do Banco para o desenvolvimento das suas atividades correntes.

Localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, e afastada da atual localização do Banco, destina-se a infraestrutura alternativa, dando satisfação nesta componente ao Plano de continuidade de negócio, para utilização em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui também duas outras frações situadas na Chamusca e na Costa de Caparica, onde se faz o arquivo de documentação do Banco que, conforme estipulado legalmente, este deve manter por um período alargado.



## 2.5. Ativos tangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil	
Imóveis	10 - 50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes com ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do ativo, deduzido de custos de venda, e o seu valor de uso.

### Ativos tangíveis adquiridos em Locação Financeira

Os ativos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no ativo imobilizado e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à

amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

## **2.6. Ativos intangíveis**

Esta rubrica, compreende essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação de *software* adquirido, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos. O Banco não capitaliza os custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

## **2.7. Provisões**

### **Provisões**

As provisões são constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Banco.

São reconhecidas provisões quando:

- o Banco tem uma obrigação presente, legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades;
- seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido;
- quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização pelas obrigações para as quais foram constituídas ou nos casos em que estas deixem de se verificar.

## **2.8. Reconhecimento de juros**

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira).

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para determinação da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que respeita à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo relevados em contas extrapatrimoniais, e reconhecidos quando efetivamente recebidos.

## **2.9. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de “*Corporate Finance*” são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros ativos, independentemente de serem de imediato faturados, quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

## **2.10. Benefícios aos empregados**

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário, o Banco não tem qualquer responsabilidade relativamente a pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

O Banco pode atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais, sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objetivos de negócio previstos para o período. Este benefício é atribuído por deliberação do Conselho de Administração, que nesse período pode prever uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga nesse mesmo exercício.

## **2.11. Impostos sobre os lucros e contribuição sobre o setor bancário**

### **2.11.1. Impostos sobre os lucros**

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais e também ao regime de contribuição sobre o setor bancário.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável, resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais e correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável, utilizando a taxa de imposto aprovada, que em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, era de 21% acrescida da derrama municipal que pode ascender até 1,5%, calculada sobre o lucro tributável e da derrama estadual.

A taxa aplicável à derrama estadual é de 3% sobre a parte do lucro tributável, superior a € 1,5 M e até € 7,5 M, sujeito e não isento de IRC, de 5% para valores em excesso de € 7,5 M e até € 35M e de 7% para valores superiores a € 35 M.

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, bem como os créditos e os prejuízos fiscais reportáveis, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas na data do balanço.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a mesma que a utilizada no cálculo dos impostos correntes.

A dedução em IRC dos prejuízos fiscais apurados num determinado período de tributação é feita a lucros tributáveis de períodos de tributação seguintes, conforme quadro abaixo:

Período de tributação em que o prejuízo é apurado	Período de dedução (número de anos)	Período de tributação limite para a dedução do prejuízo
2012	5	2017
2013	5	2018
2014	12	2026
2015	12	2027
2016	12	2028
2017	5	2022
2018	5	2023

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

O regime fiscal das imparidades para crédito aplicado em 2018 pelo Banco respeitou ao regime que esteve em vigor para 2017 e que foi prolongado por via da publicação do Decreto-Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de dezembro.

### 2.11.2. Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, do Orçamento do Estado, de 31 de dezembro, e Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, alterada pela Portaria n.º 77/2012, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário.

A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

a) O passivo médio anual apurado em balanço, deduzido dos fundos próprios de base (*tier 1*) e complementares (*tier 2*) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

Ao passivo apurado são deduzidos:

- Elementos que, segundo as normas, aplicáveis de contabilidade, sejam reconhecidos como capitais próprios;
- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;

- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas;
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujas posições em risco se compensem mutuamente.

Pela Portaria nº 176-A/2015, (alteração à Portaria nº 64/2014), as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores foram de 0,110% e 0,00030%, respetivamente em 2018 e 2017, em função do valor apurado.

A contribuição paga no exercício encontra-se registada na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados.

## **2.12. Valores recebidos em depósito**

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e, caso não exista cotação, ao valor nominal.

## **2.13. Ações próprias**

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação.

## **2.14. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de início da aplicação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

## **2.15. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

## **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pelo Banco com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro.

Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos. Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

## **Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos**

O Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados pelo custo amortizado.

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos o justo valor dos instrumentos financeiros não cotados é estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, assim como pela obtenção de preços junto de contraparte independente, que dependem dos pressupostos utilizados.

## **Perdas por imparidade**

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 2.1.3. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados.

## **NOTA 3 – GESTÃO DOS RISCOS**

### **Políticas de gestão dos riscos**

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos inerentes à atividade económica que prossegue, uns mais relevantes do que outros, em função da exposição decorrente da sua dimensão, estrutura orgânica e sistémica adotadas e natureza das operações e negócios efetuados.

As políticas de gestão e controlo destes riscos encontram-se descritas em capítulo próprio (Gestão de riscos) incluído no Relatório de Gestão. Em complemento a essa divulgação, seguidamente se dá conta dos principais procedimentos de controlo adotados, bem como da avaliação efetuada aos níveis de exposição observada em relação às categorias de risco com potencial impacto material mais significativo.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da atividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, risco país, de mercado, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *compliance* são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objetivos e orientações estabelecidos é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir, com rigor e tempestividade, da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-ativa.

### **3.1 Risco de crédito**

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A atividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, está centrada no espaço nacional (Continente e Ilhas) – exceção feita a alguns clientes onde a localização do investimento e das garantias reais oferecidas remetem para uma localização fora do espaço doméstico - o que limita a possibilidade de redução do risco pela via da diversificação geográfica; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de crédito presentes ao órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos no Regulamento de Crédito do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado.

Após a aprovação, o desempenho do crédito é monitorizado regularmente, visando a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm como objetivo antecipar as possíveis situações de delinquência, de forma a instituição atuar sobre estes casos com a maior celeridade possível, sabendo que deste fator resultará uma maior probabilidade de recuperação da dívida.

O Banco estrutura também os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos. A ponderação dos riscos de concentração está igualmente presente nos critérios de análise do risco de crédito, designadamente quanto ao risco de concentração setorial.



O Banco procede com regularidade à análise da qualidade da carteira de crédito quer na perspetiva de avaliação do cliente quer na avaliação da concentração de responsabilidades por grupo económico.

As operações de crédito são acompanhadas continuamente pelos órgãos responsáveis no sentido de prevenir a sua degradação, renegociando, se for caso disso, algumas das condições acordadas aquando da concessão de crédito, designadamente procurando o reforço das garantias recebidas em colateral.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respetivo risco assenta, em larga medida, na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a ocorrência de situações de probabilidade de perdas relativamente à carteira de crédito, títulos das carteiras de ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI) e outros créditos por valores a receber (*loans and receivables*) e ainda da carteira de *receivables*, dando origem à quantificação da imparidade, a qual é igualmente objeto de parecer pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos do competente reporte ao Banco de Portugal.

### **Metodologia de cálculo da imparidade da carteira de crédito e de títulos**

O Aviso 5/2015 veio definir novas políticas contabilísticas a utilizar no apuramento da imparidade, obrigando o Banco a classificar a mensuração do crédito concedido e outras contas a receber e a calcular a imparidade de acordo com os critérios de referência e princípios divulgados pelo Banco de Portugal na Carta Circular n.º 00000062/2018, de 14 de novembro de 2018, com efeitos a partir de 15 de novembro de 2018.

Até dezembro de 2017, o Banco aplicava as metodologias previstas pelas IAS 39 e 37 de forma a determinar a imparidade de crédito.

Desde janeiro de 2018, o Banco Português de Gestão passou a aplicar a IFRS 9 – de acordo com a determinação da carta circular do Banco de Portugal nº CC/2017/19 de 21 de julho, que veio substituir a IAS 39, introduzindo alterações importantes a outras normas e incluindo novas regras e princípios nomeadamente: i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; ii) Metodologia de Imparidade; iii) Contabilidade de cobertura (Hedge) e; iv) Derivados embutidos.

A norma IFRS 9 introduz as seguintes alterações ao nível da classificação e mensuração de ativos financeiros:

- 1) Introdução de um novo modelo de classificação e mensuração baseado: i) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos ativos financeiros (numa perspetiva de portfolio); e ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPI – *solely payments of principal and interest*) de cada ativo financeiro;
- 2) Diferentes categorias para diferentes tipos de ativos financeiros consoantes o modelo de negócio da entidade;

3) Restrições mais limitadas quanto à possibilidade de reconhecer instrumentos de capital ao custo de aquisição.

O modelo subjacente ao cálculo de Imparidades passou a ser um modelo de perdas esperadas, em alternativa ao modelo anterior, baseado em perdas incorridas. A IFRS 9 pretende, adicionalmente, fortalecer a cultura de gestão de risco, designadamente no processo de acompanhamento da carteira de crédito.

Descrição do Modelo de Imparidade:

Para as diversas classes de ativos e para cada operação são obtidos os ratings tanto na data de originação da operação como na data de referência para o cálculo. Atualmente o Banco utiliza um *rating* que é atribuído internamente de acordo com critérios definidos e um *rating* atribuído por entidades externas. O *rating* final atribuído à operação é apurado de acordo com os critérios definidos em Basileia.

Cada operação é segmentada em diferentes “estados” (*stages*). A classificação das operações nas diferentes *stages* é determinada tendo em conta uma multiplicidade de indícios, e que resultaram por último em diferentes probabilidades de incumprimento para cada operação.

Abaixo são indicados de forma não exaustiva, alguns dos indícios de computam para a atribuição das diferentes *stages*:

- “Stage 3”:

- Clientes em processo de insolvência;
- Clientes em contencioso;
- Créditos com *rating* “CCC” ou inferior;
- Créditos com atrasos superiores a 90 dias;
- Outra informação depreciativa.

- “Stage 2”:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Créditos com atrasos entre 30 e 90 dias;
- Clientes em incumprimento na CRC;
- Clientes com inibição de uso de cheques.
- Outra informação depreciativa.

- “Stage 1”:

- Sem indícios identificados.

- *POCI*;

Tratam-se de operações que na originação do crédito não tinham qualquer *rating*, tinham um *rating* de “CCC” ou inferior ou á data da aplicação de medidas de reestruturação estavam em incumprimento.

Com base no *rating* da operação e dos critérios quantitativos e qualitativos acima referidos é atribuída a cada operação uma determinada probabilidade de incumprimento (PD). Esta PD pode ser calculada para 12 meses, quando a operação se encontra em “stage 1” ou “lifetime” quando em “stage 2” ou POCl com indícios de imparidade. Por último no caso de créditos em “stage 3” ou “POCl em incumprimento” aplica-se uma PD de 100%.

Para apuramento da perda dado o incumprimentos (LGD), o Banco considera as premissas da carta circular nº CC/2018/00000062. Para as exposições mais significativas o Banco realiza avaliações com periodicidade inferior a 1 ano.

No caso dos ativos de natureza extrapatrimonial o banco para apuramento da posição em risco, aplica para apuramento da exposição patrimonial um *cash conversion factor* (CCF), de acordo com o risco da operação.

De seguida apresenta-se um conjunto de informação relativa à qualidade da carteira de crédito de acordo com diversos critérios de segmentação:

- Caracterização setorial;
- Caracterização por tipologia de crédito;
- Caracterização por tipologia de clientes;
- Detalhe do valor dos colaterais associados à carteira de crédito;

#### 1 - (Q1) - CARTEIRA DE CRÉDITO E IMPARIDADE ASSOCIADA

Segmento	Exposição em 31-12-2018						Imparidade em 31-12-2018		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Empresas	55.451.583	35.997.520	-	11.530.284	19.454.062	14.806.929	17.620.788	3.413.341	14.207.447
Administração Central e Regional	4.627.261	4.627.261	-	-	-	-	4.351	4.351	-
Entidades sem Fins Lucrativos	13.577.548	8.973.904	-	1.677.946	4.603.644	1.807.358	4.025.116	8.419	4.016.697
Particulares	2.466.199	1.107.282	-	1.005.427	1.358.918	-	1.920.043	561.126	1.358.918
Habituação do Mutuário	923.985	923.695	-	71.828	290	-	36.039	36.039	-
<b>Total</b>	<b>77.046.576</b>	<b>51.629.662</b>	<b>-</b>	<b>14.285.486</b>	<b>25.416.914</b>	<b>16.614.287</b>	<b>23.606.337</b>	<b>4.023.275</b>	<b>19.583.062</b>

#### 1 - (Q2) - CARTEIRA DE CRÉDITO E IMPARIDADE ASSOCIADA

Segmento	Exposição em 31-12-2017						Imparidade em 31-12-2017		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Empresas	45.495.180	31.305.542	-	16.933.674	14.189.638	10.707.416	13.956.351	4.833.156	9.123.195
Administração Central e Regional	6.747.436	6.747.436	-	-	-	-	288	288	-
Entidades sem Fins Lucrativos	15.212.216	10.932.237	-	1.828.897	4.279.979	1.644.670	2.438.223	11.179	2.427.044
Particulares	2.576.232	1.218.103	-	1.107.409	1.358.129	-	2.328.581	970.491	1.358.090
Habituação do Mutuário	1.243.630	1.243.335	-	74.709	295	-	3.740	3.740	-
<b>Total</b>	<b>71.274.695</b>	<b>51.446.655</b>	<b>-</b>	<b>19.944.689</b>	<b>19.828.041</b>	<b>12.352.086</b>	<b>18.727.183</b>	<b>5.818.854</b>	<b>12.908.329</b>

#### 2 - (Q1) - DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

Segmento	Exposição Total	Da Exposição Total em 31-12-2018				Da Imparidade Total em 31-12-2018				
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total	Dias de atraso		
		Dias de atraso < 30			Dias de atraso			Dias de atraso		
		SEM INDÍCIOS	COM INDÍCIOS	SUB-TOTAL	<= 90	> 90		<= 30	entre 31 - 89	>= 90
Empresas	55.451.583	22.018.545	7.927.351	29.945.895	741.251	18.712.811	17.620.788	4.154.521	-	13.466.267
Administração Central e Regional	4.627.261	4.627.261	-	4.627.261	-	-	4.351	4.351	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos	13.577.548	6.865.384	37.942	6.903.327	185.633	4.418.011	4.025.116	32.976	-	3.992.139
Particulares	2.466.199	1.046.925	60.357	1.107.282	27.030	1.331.887	1.920.043	588.156	-	1.331.887
Habituação do Mutuário	923.985	923.695	-	923.695	290	-	36.039	36.039	-	-
Total	77.046.576	35.481.810	8.025.650	43.507.460	954.204	24.462.710	23.606.337	4.816.043	-	18.790.294

## 2 - (Q2) - DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

Segmento	Da Exposição Total em 31-12-2017				Crédito em incumprimento		Da Imparidade Total em 31-12-2017			
	Crédito em cumprimento									
	Dias de atraso < 30				Dias de atraso		Imparidade Total			
	Exposição Total	SEM INDÍCIOS	COM INDÍCIOS	SUB-TOTAL	<= 90	> 90	<= 30	entre 31 - 89	>= 90	
Empresas	45.495.180	19.106.203	12.199.339	31.305.542	8.545	14.181.093	13.956.351	1.725.124	-	12.231.227
Administração Central e Regional	6.747.436	6.747.436	-	6.747.436	-	-	288	288	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos	15.212.216	9.546.171	1.386.066	10.932.237	-	4.279.979	2.438.223	11.179	-	2.427.044
Particulares	2.703.053	1.344.924	-	1.344.924	38	1.358.090	2.328.581	970.491	-	1.358.090
Habituação do Mutuário	1.116.810	1.116.515	-	1.116.515	295	-	3.740	3.740	-	-
<b>Total</b>	<b>71.274.695</b>	<b>37.861.250</b>	<b>13.585.405</b>	<b>51.446.655</b>	<b>8.879</b>	<b>19.819.162</b>	<b>18.727.183</b>	<b>2.710.822</b>	<b>-</b>	<b>16.016.362</b>

## 3 - DETALHE DA CARTEIRA POR SEGMENTO E POR ANO DE PRODUÇÃO

ANO DE PRODUÇÃO	EMPRESAS			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL			ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS			PARTICULARES			HABITAÇÃO		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
<b>2007 e anteriores</b>	15	3.117.034	1.159.372	-	-	-	4	200.999	131.033	1	8.840	8.840	7	282.953	-
2008	4	4.570.512	716.263	-	-	-	-	-	-	1	20.000	20.000	-	-	-
2009	2	5.173.897	1.081.201	-	-	-	3	4.114.320	2.208.584	-	-	-	-	-	-
2010	6	6.440.414	3.345.079	-	-	-	1	208.265	-	1	61.500	61.500	1	68.462	-
2011	4	1.373.644	1.098.102	-	-	-	1	2.673	2.339	3	84.270	17.363	1	75.296	-
2012	1	141.176	141.176	-	-	-	5	1.500.452	87.462	-	-	-	2	169.209	-
2013	3	8.025.112	1.400.000	1	695.652	137	5	5.936.535	-	2	2.350.387	2.214.360	2	276.607	-
2014	5	1.802.830	-	1	1.500.000	-	6	1.791.874	14	2	83.474	(0)	3	172.767	3.740
2015	5	9.133.715	4.572.576	-	-	-	1	1.125.000	-	1	58.220	9	1	71.516	-
2016	4	1.597.016	433.210	-	-	-	-	-	-	1	28.952	-	-	-	-
2017	12	4.119.829	9.370	2	4.551.784	151	4	332.098	8.791	1	7.409	6.509	-	-	-
2018	21	5.281.726	80.346	-	-	-	2	84.095	436	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>50.776.906</b>	<b>14.036.697</b>	<b>4</b>	<b>6.747.436</b>	<b>288</b>	<b>32</b>	<b>15.296.311</b>	<b>2.438.659</b>	<b>13</b>	<b>2.703.053</b>	<b>2.328.581</b>	<b>17</b>	<b>1.116.810</b>	<b>3.740</b>

## 4 - (Q1) - DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE POR SEGMENTO EM 31-12-2018

TIPO	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação individual</b>	55.451.583	17.620.788	4.627.261	4.351	13.577.548	4.025.116	2.466.199	1.920.043	923.985	36.039	77.046.576	23.606.337
<b>Total</b>	<b>55.451.583</b>	<b>17.620.788</b>	<b>4.627.261</b>	<b>4.351</b>	<b>13.577.548</b>	<b>4.025.116</b>	<b>2.466.199</b>	<b>1.920.043</b>	<b>923.985</b>	<b>36.039</b>	<b>77.046.576</b>	<b>23.606.337</b>

## 4 - (Q2) - DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE POR SEGMENTO EM 31-12-2017

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
<b>Avaliação individual</b>	45.495.180	13.956.351	6.747.436	288	15.212.216	2.438.223	2.703.053	2.332.317	1.116.810	4	71.274.695	18.727.184
<b>Total</b>	<b>45.495.180</b>	<b>13.956.351</b>	<b>6.747.436</b>	<b>288</b>	<b>15.212.216</b>	<b>2.438.223</b>	<b>2.703.053</b>	<b>2.332.317</b>	<b>1.116.810</b>	<b>4</b>	<b>71.274.695</b>	<b>18.727.184</b>

## 5 - (Q1) - DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2018

ACTIVIDADE ECONÓMICA	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Indústrias transformadoras	11.020.632	3.134.046	-	-	-	-	-	-	-	-	11.020.632	3.134.046
Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol.	480.456	7.072	1.289.859	4.351	-	-	-	-	-	-	1.770.316	11.423
Construção	22.690.647	12.210.415	-	-	2.725.542	2.319.603	-	-	-	-	25.416.189	14.530.018
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motociclos	2.222.738	242.112	-	-	1.961.095	1.611.750	-	-	-	-	4.183.833	1.853.863
Alojamento, restauração e similares	2.590.962	865.562	-	-	-	-	-	-	-	-	2.590.962	865.562
Atividades de informação e comunicação	595.586	595.586	-	-	-	-	-	-	-	-	595.586	595.586
Atividades financeiras e de seguros	6.857.060	136.363	-	-	-	-	-	-	-	-	6.857.060	136.363
Atividades imobiliárias	768.649	354.267	-	-	-	-	-	-	-	-	768.649	354.267
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.382.786	11.172	3.337.402	-	-	-	-	-	-	-	9.720.188	11.172
Atividades administrativas e serviços de apoio	310.150	40.193	-	-	-	-	-	-	-	-	310.150	40.193
Atividades de saúde humana e apoio social	1.531.916	24.000	-	-	7.451.629	91.725	-	-	-	-	8.983.545	115.725
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	1.175.431	532	-	-	-	-	1.175.431	532
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	263.852	1.506	-	-	-	-	263.852	1.506
Particulares	-	-	-	-	-	-	2.466.199	1.920.043	923.985	36.039	3.390.184	1.956.082
<b>Total</b>	<b>55.451.583</b>	<b>17.620.788</b>	<b>4.627.261</b>	<b>4.351</b>	<b>13.577.548</b>	<b>4.025.116</b>	<b>2.466.199</b>	<b>1.920.043</b>	<b>923.985</b>	<b>36.039</b>	<b>77.046.576</b>	<b>23.606.337</b>

**5 - (Q2) - DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2017**

ACTIVIDADE ECONÓMICA	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Agricultura e produção animal combinadas	250.000	38	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000	38
Indústrias transformadoras	8.046.976	1.202.296	-	-	-	-	-	-	-	-	8.046.976	1.202.296
Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol.	-	-	1.471.162	288	-	-	-	-	-	-	1.471.162	288
Construção	21.929.657	11.226.868	-	-	2.525.750	2.317.485	-	-	-	-	24.455.406	13.544.353
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motociclos	892.765	186.857	-	-	1.927.834	22.097	-	-	-	-	2.820.599	208.955
Alojamento, restauração e similares	2.337.029	351.479	-	-	-	-	-	-	-	-	2.337.029	351.479
Atividades imobiliárias	749.344	321.260	-	-	-	-	-	-	-	-	749.344	321.260
Atividades de informação e comunicação	595.586	595.586	-	-	-	-	-	-	-	-	595.586	595.586
Atividades financeiras e de seguros	2.568.329	51.749	-	-	-	-	-	-	-	-	2.568.329	51.749
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.110.573	2.574	5.276.274	-	-	-	-	-	-	-	10.386.847	2.574
Atividades de serviços de apoio	159.378	16.893	-	-	-	-	-	-	-	-	159.378	16.893
Atividades de saúde humana e apoio social	2.855.544	751	-	-	9.391.932	89.836	-	-	-	-	12.247.476	90.587
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	1.175.000	25	-	-	-	-	1.175.000	25
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	191.701	8.780	-	-	-	-	191.701	8.780
Particulares	-	-	-	-	-	-	2.703.053	2.328.577	1.116.810	3.740	3.819.862	2.332.318
<b>Total</b>	<b>45.495.180</b>	<b>13.956.351</b>	<b>6.747.436</b>	<b>288</b>	<b>15.212.216</b>	<b>2.438.223</b>	<b>2.703.053</b>	<b>2.328.577</b>	<b>1.116.810</b>	<b>3.740</b>	<b>71.274.695</b>	<b>18.727.180</b>

**6 - (Q1) - DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2018**

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	PARTICULARES		HABITAÇÃO
	Imóveis	Colaterais	Imóveis	Imóveis	Imóveis	Colaterais	Imóveis
<b>JUSTO VALOR</b>	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante
< 0,5 M€	1.125.338	850.000	899.000	945.900	-	-	-
>= 0,5M€ e < 1M€	2.438.135	-	-	1.496.900	-	-	-
>= 1M€ e < 5M€	12.003.491	5.550.000	-	25.564.237	-	-	-
>= 5M€ e < 10M€	-	-	-	5.865.553	-	-	-
> 10M€	-	32.553.800	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.566.964</b>	<b>38.953.800</b>	<b>899.000</b>	<b>33.872.590</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**6 - (Q2) - DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2017**

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	PARTICULARES		HABITAÇÃO
	Imóveis	Colaterais	Imóveis	Imóveis	Imóveis	Colaterais	Imóveis
<b>JUSTO VALOR</b>	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante
< 0,5 M€	668.800	400.000	-	1.404.228	298.820	-	2.654.020
>= 0,5M€ e < 1M€	2.149.512	-	899.000	995.400	-	701.024	-
>= 1M€ e < 5M€	9.018.800	10.008.650	-	21.862.260	-	-	-
>= 5M€ e < 10M€	5.874.858	-	-	8.058.000	-	-	-
> 10M€	10.238.000	32.553.800	-	10.093.000	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27.949.970</b>	<b>42.962.450</b>	<b>899.000</b>	<b>42.412.888</b>	<b>298.820</b>	<b>701.024</b>	<b>2.654.020</b>

**7 - (Q1) - RÁCIO LOAN TO VALUE (LTV) POR SEGMENTOS**

<b>Segmento/Rácio</b>	<b>31/12/2018</b>			<b>dos quais:</b>
	<b>Crédito em cumprimento</b>	<b>Crédito em incumprimento</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Construção</b>
<b>Empresas</b>				
Sem colateral associado	10.250.228	3.409.126	3.681.474	
< 60%	3.381.050	440.123	-	2.119.696
>= 60% e < 80%	1.507.916	-	-	-
>= 80% e < 100%	2.883.614	-	-	-
>= 100%	16.752.143	15.605.103	13.975.353	20.570.951
<b>Administração Central e Regional</b>				
Sem colateral associado	-	-	-	
< 60%	-	-	-	-
>= 60% e < 80%	-	-	-	-
>= 80% e < 100%	3.337.402	-	-	-
>= 100%	1.289.859	-	4.351	-
<b>Entidades sem Fins Lucrativos</b>				
Sem colateral associado	447.077	2.427.044	2.433.913	
< 60%	6.532.740	1.494.340	687	2.725.542
>= 60% e < 80%	-	-	863	-
>= 80% e < 100%	2.883.614	-	-	-
>= 100%	1.256.737	682.260	1.589.653	-
<b>Particulares</b>				
Sem colateral associado	1.107.282	1.358.918	1.920.043	
< 60%	-	-	-	-
>= 60% e < 80%	-	-	-	-
>= 80% e < 100%	-	-	-	-
>= 100%	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>51.629.662</b>	<b>25.416.914</b>	<b>23.606.337</b>	<b>25.416.189</b>

**7 - (Q2) - RÁCIO LOAN TO VALUE (LTV) POR SEGMENTOS**

<b>Segmento/Rácio</b>	<b>31/12/2017</b>			<b>dos quais:</b>
	<b>Crédito em cumprimento</b>	<b>Crédito em incumprimento</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Construção</b>
<b>Empresas</b>				
Sem colateral associado	2.818.611	746.185	704.295	558.164
< 60%	1.706.649	754.339	790.659	357.529
> = 60% e < 80%	6.000.000	320.250	1.400.000	6.320.250
> = 80% e < 100%	5.394.762	-	1.027.929	-
> = 100%	-	4.032.423	3.187.847	4.032.423
<b>Administração Central e Regional</b>				
> = 100%	1.471.162	-	288	-
<b>Entidades sem Fins Lucrativos</b>				
Sem colateral associado	150.673	24.558	26.971	999
< 60%	5.914.175	1.852.935	-	208.265
> = 60% e < 80%	2.888.774	-	-	-
> = 100%	1.928.616	-	-	-
<b>Particulares</b>				
<b>Sem colateral associado</b>	52.475	1.296.629	1.296.590	-
< 60%	627.944	-	3.736	-
> = 60% e < 80%	513.358	295	4	-
> = 80% e < 100%	102.033	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29.569.231</b>	<b>9.027.613</b>	<b>8.438.320</b>	<b>11.477.629</b>

Os imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito são avaliados presencialmente, e a avaliação é feita por peritos avaliadores externos ao Banco, devidamente credenciados e que obrigatoriamente devem visitar o imóvel. O objetivo destas avaliações é determinar o valor de mercado do imóvel.

Para a determinação do valor de mercado de um imóvel é possível recorrer a dois métodos de avaliação: “Método de mercado” e “Método do rendimento”.

Os quadros abaixo mostram a exposição dos imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativo	31/12/2018			31/12/2017		
	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
<b>Terreno</b>	<b>47</b>	<b>8.178.319</b>	<b>7.322.229</b>	<b>47</b>	<b>8.156.488</b>	<b>7.399.779</b>
Urbano	42	5.143.345	4.454.000	41	5.110.244	4.609.481
Rural	5	3.034.974	2.868.229	6	3.046.244	2.790.298
<b>Edifícios construídos</b>	<b>21</b>	<b>5.327.335</b>	<b>4.162.146</b>	<b>24</b>	<b>5.390.984</b>	<b>4.596.310</b>
Comerciais	8	2.762.290	1.973.344	9	2.789.782	2.179.070
Habitação	-	-	-	1	33.051	33.051
Outros	13	2.565.045	2.188.802	14	2.568.151	2.384.190
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>13.505.655</b>	<b>11.484.375</b>	<b>71</b>	<b>13.547.471</b>	<b>11.996.089</b>

Tempo decorrido desde a dação/execução	31/12/2018					31/12/2017				
	>= 2,5 anos					>= 2,5 anos e				
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	e < 5 anos	>= 5 anos	Total	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
<b>Terreno</b>	-	-	<b>622.148</b>	<b>4.419.475</b>	<b>8.178.319</b>	-	<b>3.122.123</b>	<b>2.519.145</b>	<b>2.515.220</b>	<b>8.156.488</b>
Urbano	-	3.136.696	376.919	1.629.729	5.143.345	-	3.122.123	361.498	1.626.623	5.110.244
Rural	-	-	245.229	2.789.745	3.034.974	-	-	2.157.647	888.597	3.046.244
<b>Edifícios construídos</b>	-	-	-	<b>5.327.335</b>	<b>5.327.335</b>	-	-	-	<b>2.822.832</b>	<b>5.390.984</b>
Comerciais	-	-	-	2.762.290	2.762.290	-	-	-	2.789.782	2.789.782
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	33.051	33.051
Outros	-	-	-	2.565.045	2.565.045	-	-	-	2.568.151	2.568.151
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>622.148</b>	<b>9.746.810</b>	<b>13.505.655</b>	<b>0</b>	<b>3.122.123</b>	<b>2.519.145</b>	<b>5.338.052</b>	<b>13.547.471</b>

A qualidade de crédito dos ativos financeiros do Banco, avaliada de acordo com as notações de *rating* disponíveis, bem como a exposição ao risco de crédito por instrumento financeiro, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, podem ser analisadas nos quadros que se seguem:



**31 de dezembro de 2018**

<b>Tipo de instrumento financeiro</b>	<b>Origem</b>	<b>Rating Grade Class (ii)</b>	<b>Exposição bruta</b>	<b>Provisões e Imparidade</b>	<b>Exposição líquida</b>
Patrimoniais					
Disponibilidades em bancos centrais	n/d	n/d	27.255.696	-	27.255.696
Disponibilidades em instituições de crédito	n/d	n/d	46.542.112	-	46.542.112
Ativos financeiros detidos para negociação	n/d	n/d	2.599.629	-	2.599.629
	Rating externo	A+ a BBB+	11.080.762	-	11.080.762
		BBB a BBB-	15.129.871	-	15.129.871
		BB+ a C	4.053.392	-	4.053.392
			<b>32.863.654</b>	<b>-</b>	<b>32.863.654</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	n/d	n/d	4.320.503	-	4.320.503
	Rating externo	A+ a BBB+	969.850	-	969.850
		BBB a BBB-	18.172.352	-	18.172.352
			<b>23.462.705</b>	<b>-</b>	<b>23.462.705</b>
Aplicações em instituições de crédito	n/d	n/d	300.000	-	300.000
Crédito a Clientes (i)	n/d	n/d	71.435.927	(23.465.032)	47.970.895
Ativos detidos até à maturidade	Rating externo	BB	6.553.399	(6.553.399)	0
			<b>6.553.399</b>	<b>(6.553.399)</b>	<b>0</b>
Devedores e outras aplicações	n/d	n/d	2.692.938	(2.493.488)	199.451
			<b>2.692.938</b>	<b>(2.493.488)</b>	<b>199.451</b>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	n/d	n/d	8.201.109	(167.123)	8.033.986
Linhas de crédito	n/d	n/d	1.267.640	-	1.267.640
			<b>9.468.749</b>	<b>(167.123)</b>	<b>9.301.627</b>

**31 de dezembro de 2017**

<b>Tipo de instrumento financeiro</b>	<b>Origem</b>	<b>Rating Grade Class (ii)</b>	<b>Exposição bruta</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Exposição líquida</b>
Patrimoniais					
Disponibilidades em bancos centrais	n/d	n/d	25.309.787	-	25.309.787
Disponibilidades em instituições de crédito	n/d	n/d	24.412.681	-	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	n/d	n/d	2.666.236	-	2.496.794
			2.129.723	-	2.271.760
			<b>4.795.959</b>	<b>-</b>	<b>4.768.554</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	Rating externo	A+ a BBB+	12.429.274	-	12.429.274
		BBB a BBB-	30.085.872	-	30.085.872
		BB+ a BB-	45.247.408	-	45.247.408
		n/d	32.018.585	(656.278)	31.362.307
			<b>119.781.139</b>	<b>(656.278)</b>	<b>119.124.861</b>
Aplicações em instituições de crédito	n/d	n/d	300.000	-	300.000
Crédito a Clientes (i)	n/d	n/d	76.472.205	(18.729.408)	57.742.797
Ativos detidos até à maturidade	Rating externo	BB	7.269.906	(6.553.399)	716.507
			<b>84.042.111</b>	<b>(25.282.807)</b>	<b>58.759.304</b>
Devedores e outras aplicações	n/d	n/d	3.055.875	(2.489.580)	566.295
			<b>3.055.875</b>	<b>(2.489.580)</b>	<b>566.295</b>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	n/d	n/d	8.553.538	(65.847)	8.487.691
Linhas de crédito	n/d	n/d	1.504.892	-	1.504.892
			<b>10.058.430</b>	<b>(65.847)</b>	<b>9.992.583</b>

(i) esta rubrica inclui: crédito a clientes, vencendo e vencido e juros a receber;

(ii) estas notações provêm de três agências de rating: Standard & Poors, Moody's e Fitch.

Os quadros acima representam o pior cenário (*worst case*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pois não foram tidos em consideração os colaterais detidos.

A ventilação setorial desta carteira evidencia a presença numa multiplicidade de setores de atividade, com especial relevância para o setor da construção (41% da carteira de crédito) e Indústrias Transformadoras (20% da carteira de crédito).

Decorrente da política de prudência adotada pelo Banco resulta a elevada proporção de créditos concedidos que se encontram apoiados em garantias reais, normalmente representadas por primeiras hipotecas de imóveis.

Em cúmulo com as garantias reais e na generalidade dos casos onde estas sejam dispensadas, os créditos são, em regra, colateralizados por garantias pessoais (fianças, avales, livranças) que conferem a qualidade exigida no processo de concessão de crédito.

### 3.2 Risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, cotações) surge na medida em que o Banco pode deter na sua carteira instrumentos financeiros cujo valor pode ser afetado por variações das condições de mercado, que possam surgir como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por fatores específicos do próprio instrumento, quer por fatores que possam afetar todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado inerente às carteiras de valores mobiliários detidas pelo BPG é objeto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de ativos, tipo de moeda, emitente, VaR (value at risk e percentagem de impacto em capital), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

A carteira de valores mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição por segmentos de mercado e área geográfica:

Ventilação Sectorial da Carteira de Valores Mobiliários a 31 de Dezembro										
	Obrigações/Papel Comercial		Ações		Unidades Participação /FM		Total por Sector		Total por Sector %	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Administração Pública	36.263.653	72.384.682	-	-	-	-	36.263.653	72.384.682	61,55%	56,08%
Actividades financeiras e de seguros	10.147.448	10.529.422	-	11.962.091	3.918	7.504.255	10.151.366	29.995.768	17,23%	23,24%
Energia	3.660.024	5.311.963	-	377.486	-	-	3.660.024	5.689.449	6,21%	4,41%
Telecomunicações	-	954.865	-	324.228	-	-	0	1.279.093	0,00%	0,99%
Comércio por grosso e a retalho	1.008.928	1.762.123	-	1.283.717	-	-	1.008.928	3.045.840	1,71%	2,36%
Transportes	-	1.025.533	-	126.246	-	-	0	1.151.779	0,00%	0,89%
Indústrias Extra e Transf. Diversas	2.026.617	8.520.006	-	3.051.980	-	-	2.026.617	11.571.986	3,44%	8,97%
Actividades imobiliárias e Construção	-	-	-	145.766	-	-	0	145.766	0,00%	0,11%
Diversos	5.804.714	3.803.871	-	-	-	-	5.804.714	3.803.871	9,85%	2,95%
<b>Total</b>	<b>58.911.385</b>	<b>104.292.465</b>	<b>0</b>	<b>17.271.514</b>	<b>3.918</b>	<b>7.504.255</b>	<b>58.915.303</b>	<b>129.068.234</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

	Obrigações		Ações		Unidades Participação /FM		Total por Sector		Total por Sector	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Administração Pública	72.384.682	17.266.000	-	-	-	-	72.384.682	17.266.000	56%	39%
Actividades financeiras e de	10.529.422	5.591.974	11.962.091	3.797.074	7.504.255	4.275.982	29.995.768	13.665.030	23%	31%
Energia	5.311.963	5.310.184	377.486	-	-	-	5.689.449	5.310.184	4%	12%
Telecomunicações	954.865	-	-	-	-	-	1.279.093	-	1%	0%
Comércio por grosso e a retalho	-	-	1.283.717	113.152	-	-	3.045.840	113.152	2%	0%
Transportes	1.025.533	5.058.874	126.246	-	-	-	1.151.779	5.058.874	1%	11%
Indústrias Extra e Transf. Di	8.520.006	-	3.051.980	50.000	-	-	11.571.986	1.541.398	9%	3%
Atividades imobiliárias e Cc	-	-	145.766	7.277	-	-	145.766	7.277	0%	0%
Diversos	-	-	-	224.791	-	-	3.803.871	1.338.199	3%	3%
<b>Total</b>	<b>104.292.465</b>	<b>35.831.838</b>	<b>17.271.514</b>	<b>4.192.294</b>	<b>7.504.255</b>	<b>4.275.982</b>	<b>129.068.234</b>	<b>44.300.115</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

#### Ventilação Geográfica da Carteira de Valores Mobiliários pelos Principais Mercados a 31 de Dezembro

	Zona Euro		USA		Outros Mercados		Total	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Obrigações	56.322.441	95.718.003	-	510.952	-	3.632.603	56.322.441	99.861.558
Papel Comercial	2.588.943	4.430.907	-	-	-	-	2.588.943	4.430.907
Ações	0	15.976.616	-	736.622	-	558.276	0	17.271.514
Unidades Participação	3.918	6.495.107	-	-	-	1.009.149	3.918	7.504.255
<b>Total por mercado</b>	<b>58.915.303</b>	<b>122.620.632</b>	<b>0</b>	<b>1.247.575</b>	<b>0</b>	<b>5.200.027</b>	<b>58.915.303</b>	<b>129.068.234</b>
<b>Total por mercado (%)</b>	<b>100,00%</b>	<b>95,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,97%</b>	<b>0,00%</b>	<b>4,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### Ventilação Geográfica da Carteira de Valores Mobiliários pelos Principais Mercados a 31 de Dezembro (i)

	Zona Euro		USA		Outros Mercados		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações	95.718.003	30.853.314	510.952	-	-	-	99.861.558	32.363.455
Papel Comercial	4.430.907	3.468.384	-	-	-	-	4.430.907	3.468.384
Ações	15.976.616	1.632.539	736.622	1.936.887	558.276	622.869	17.271.514	4.192.294
Unidades Participação	6.495.107	835.726	-	0	1.009.149	-	7.504.255	4.275.982
<b>Total por mercado</b>	<b>122.620.632</b>	<b>36.789.962</b>	<b>1.247.575</b>	<b>3.447.028</b>	<b>5.200.027</b>	<b>4.063.125</b>	<b>129.068.234</b>	<b>44.300.115</b>
<b>Total por mercado (%)</b>	<b>95,00%</b>	<b>83,05%</b>	<b>0,97%</b>	<b>7,78%</b>	<b>4,03%</b>	<b>9,17%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

## Análise de sensibilidade ao risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, preço das ações, preço de mercadorias e *spread*) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou de operações da taxa de juro ou da taxa de câmbio.

A diversificação dos investimentos incluídos na carteira própria do Banco, quer no que se refere à ventilação regional e setorial, quer no que respeita à natureza dos instrumentos financeiros, tem sido um dos principais instrumentos de gestão do risco do mercado.

Esta política de diversificação das aplicações em múltiplos mercados e instrumentos financeiros continuou a ter expressão nos segmentos de maior risco através do investimento em instrumentos que replicam índices representativos da globalidade de determinados mercados (vg, os índices *DAX*, *CAC*, *S&P*, *Dow Jones*), ou ainda através de ETF compósitos (vg. Mercados Emergentes) proporcionando um amortecimento das volatilidades que estariam associadas aos valores mobiliários que individualmente integram esses índices.

Por outro lado, na gestão das carteiras de valores mobiliários de renda fixa, procedeu-se ao reforço da presença de emitentes da zona euro, particularmente de Portugal, sem prejuízo da manutenção de algum grau de exposição a emitentes de países considerados “core”, tendo em vista um melhor balanceamento dos riscos de mercado.

O modelo VaR (*Value at Risk*) em uso continua a ser uma das mais importantes ferramentas para a estimação da sensibilidade da carteira de títulos ao risco de mercado, proporcionando indicações que posteriormente se incorporam no processo de decisões de investimento e de desinvestimento a que a gestão da carteira própria se subordina.

### **3.4 Risco Cambial**

O Risco de câmbio surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre moedas, sempre que existam posições nessas moedas. As posições em moeda diferente do EUR, resultado da atividade corrente do Banco, assumem um carácter de reduzida relevância, visto que o banco possui uma exposição a moeda estrangeira incluída na carteira bancária e em particular a USD inferior a 5% do valor de exposição do ativo ou passivo.

Com referência a 31/12/2018 o banco não possuía incluída na carteira de negociação, qualquer exposição a moeda estrangeira.

Em acréscimo ao acima referido o banco opta ainda por cobrir o seu risco cambial a USD, através de uma posição registada em extrapatrimonial num *forward* cambial do Eur/USD.

O contravalor em euros dos elementos do ativo e do passivo, expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, decompõe-se como segue:

**31 de dezembro de 2018**

	<b>BRL</b>	<b>USD</b>	<b>CHF</b>	<b>CVE</b>	<b>EUR</b>	<b>Total</b>
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.100	7.604	-	136	27.246.856	27.255.696
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	82.100	57.299	6.471	46.396.242	46.542.112
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	32.863.654	32.863.654
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	-	-	-	23.462.705	23.462.705
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	300.000	300.000
Crédito a clientes	-	5.332.186	-	-	42.638.709	47.970.894
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	0	0
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	9.021.007	9.021.007
Propriedades de investimento	-	-	-	-	856.604	856.604
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	1.759.055	1.759.055
Activos intangíveis	-	-	-	-	172.811	172.811
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	4.044.015	4.044.015
Outros activos	-	1.098.152	-	-	2.654.643	3.752.795
<b>Total Ativo</b>	<b>1.100</b>	<b>6.520.042</b>	<b>57.299</b>	<b>6.607</b>	<b>191.416.301</b>	<b>198.001.349</b>
	<b>BRL</b>	<b>USD</b>	<b>CHF</b>	<b>CVE</b>	<b>EUR</b>	<b>Total</b>
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	27.500.000	27.500.000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	14.316.067	14.316.067
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	60	-	-	127.362.904	127.362.964
Provisões	-	-	-	-	502.986	502.986
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	33.557	33.557
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	137.900	137.900
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	2.600.469	2.600.469
Outros passivos	472,00	2.622	-	-	1.007.398	1.010.492
<b>Total Passivo</b>	<b>472,00</b>	<b>2.682</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>173.461.281</b>	<b>173.464.434</b>
Capital	-	-	-	-	69.151.912	69.151.912
Prémios de emissão	-	-	-	-	223.334	223.334
Ações próprias	-	-	-	-	(309.316)	(309.316)
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	462.645	462.645
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(30.976.150)	(30.976.150)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(14.015.510)	(14.015.510)
<b>Total Passivo + Capital Próprio</b>	<b>472,00</b>	<b>2.682</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>197.998.195</b>	<b>198.001.349</b>
<b>Posição líquida em Balanço</b>	<b>628</b>	<b>6.517.360</b>	<b>57.299</b>	<b>6.607</b>	<b>(6.581.895)</b>	
<b>Rubricas extrapatrimoniais</b>						
Futuros de cotações	-	-	-	-	8.994.700	-
Futuros de divisas	-	6.662.317	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017

Contravalor em euros dos saldos em moeda estrangeira						
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.228	8.065	-	136	25.300.358	25.309.787
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	26.820	55.148	6.471	24.324.242	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.839.426	-	-	2.956.533	4.795.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	776.042	-	-	118.348.819	119.124.861
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	300.000	300.000
Créditos a clientes	-	3.723.389	-	-	54.019.408	57.742.797
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	716.507	716.507
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	9.217.530	9.217.530
Propriedades de investimento	-	-	-	-	1.015.682	1.015.682
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	1.928.659	1.928.659
Ativos intangíveis	-	-	-	-	12.462	12.462
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	6.288.861	6.288.861
Outros ativos	-	108.092	-	-	1.952.149	2.060.241
<b>Total Ativo</b>	<b>1.228</b>	<b>6.481.835</b>	<b>55.148</b>	<b>6.607</b>	<b>246.381.208</b>	<b>252.926.025</b>
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	27.500.000	27.500.000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.391.863	-	-	8.995.055	15.386.918
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	63	-	-	183.198.723	183.198.786
Provisões	-	-	-	-	154.155	154.155
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	106.206	106.206
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	148.974	148.974
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	2.600.469	2.600.469
Outros passivos	-	47.759	-	-	981.794	1.029.553
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>6.439.686</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>223.685.375</b>	<b>230.125.061</b>
Capital	-	-	-	-	53.651.913	53.651.913
Prémios de emissão	-	-	-	-	9.235	9.235
Ações próprios	-	-	-	-	(21.490)	(21.490)
Reservas de reavaliação	-	(60.767)	-	-	(754.683)	(815.450)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(30.830.887)	(30.830.887)
Resultado do exercício	-	-	-	-	807.644	807.644
<b>Total Passivo + Capital Próprio</b>	<b>-</b>	<b>6.378.919</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>246.547.108</b>	<b>252.926.026</b>
<b>Posição líquida em Balanço</b>	<b>1.228</b>	<b>102.916</b>	<b>55.148</b>	<b>6.607</b>	<b>(165.900)</b>	
<b>Rubricas extrapatrimoniais</b>						
Futuros de cotações	-	575.300	-	-	14.561.100	-
Futuros de divisas	-	144.660	-	-	-	-

### 3.5 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro respeita ao efeito que os movimentos das taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco.

Este risco resulta dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos ativos, passivos e posições fora de balanço, face a alterações de taxas. Desta forma o risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com periodicidade no mínimo trimestral o banco produz informação de gestão sobre o acompanhamento deste risco e que é analisado em sede do comité ALCO. Nesse fórum são analisadas as conclusões relativamente ao impacto que uma variação da *yield curve*, pode representar quer na margem financeira, quer nos fundos próprios da instituição. Procurando manter uma perspetiva *forward looking* e equacionando diversos cenários para a evolução das taxas de juro do mercado avalia-se a necessidade de tomar medidas com vista a mitigação deste risco.

Até Dezembro de 2018 o banco utilizava para monitorização do risco de taxa de juro uma metodologia baseada na construção de Gap's tendo por base diferentes dimensões do balanço (tipo de produto, tipo de carteira, por exposição cambial, datas de reapreciação de taxa, por maturidade residual, taxas médias, prazos médios e.t.c). A partir de Dezembro, inclusive e para efeitos de report deste tipo de risco, o banco passará a adotar uma das metodologias previstas na instrução 34/2018 de 26/12/2018 do Banco de Portugal.

As tabelas abaixo apresentam a sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco com exposição ao risco de taxa de juro, refletindo os valores contabilísticos distribuídos de acordo com as datas fixadas para a próxima revisão de taxas:

31/12/2018									
Rúbrica	1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	mais de 3 anos	Sem Rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	27.255.696	27.255.696
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	46.542.112	46.542.112
Aplicações em instituições de crédito	-	300.000	-	-	-	-	-	-	300.000
Crédito a clientes	9.108.083	23.204.278	13.007.713	49.240	-	-	-	-	45.369.314
Activos financeiros detidos para negociação (FVTPL)	-	1.487.861	502.233	-	-	-	30.869.642	3.918	32.863.654
Activos financeiros Justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)	-	-	2.646.753	-	-	-	20.815.952	-	23.462.705
Ativos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>9.108.083</b>	<b>24.992.140</b>	<b>16.156.699</b>	<b>49.240</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.685.594</b>	<b>73.801.726</b>	<b>175.793.482</b>
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	-	9.500.000	9.500.000	-	-	27.500.000
Recursos de instituições de crédito	5.688.440	3.688.440	520.000	4.500.000	-	-	-	-	14.396.880
Recursos de clientes	7.170.253	26.788.558	61.425.394	12.922.706	19.320.470	-	-	-	127.627.380
	<b>12.858.693</b>	<b>38.976.998</b>	<b>61.945.394</b>	<b>17.422.706</b>	<b>28.820.470</b>	<b>9.500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>169.524.260</b>
GAP de taxa de juro	<b>(3.750.610)</b>	<b>(13.984.859)</b>	<b>(45.788.695)</b>	<b>(17.373.465)</b>	<b>(28.820.470)</b>	<b>(9.500.000)</b>	<b>51.685.594</b>	<b>73.801.726</b>	<b>6.269.221</b>
GAP de taxa de juro acumulado	<b>(3.750.610)</b>	<b>(17.735.469)</b>	<b>(63.524.164)</b>	<b>(80.897.629)</b>	<b>(109.718.099)</b>	<b>(119.218.099)</b>	<b>(67.532.505)</b>	<b>6.269.221</b>	

31/12/2017

Rúbrica	1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	mais de 3 anos	Sem Rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	25 309 787	25 309 787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	24 412 681	24 412 681
Aplicações em instituições de crédito	-	-	300 000	-	-	-	-	-	300 000
Crédito a clientes	17 303 862	18 902 124	14 171 903	328 000	5 173 897	-	-	-	55 879 787
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	367 352	-	-	-	2 298 884	2 129 724	4 795 959
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	2 284 454	954 865	5 480 936	11 428 699	76 327 582	21 462 420	117 938 956
Ativos detidos até à maturidade	-	-	699 524	-	-	-	-	-	699 524
	<b>17 303 862</b>	<b>18 902 124</b>	<b>17 823 233</b>	<b>1 282 865</b>	<b>10 654 833</b>	<b>11 428 699</b>	<b>78 626 466</b>	<b>73 314 612</b>	<b>229 336 694</b>
Recursos de bancos centrais	-	8 500 000	-	-	-	-	19 000 000	-	27 500 000
Recursos de instituições de crédito	-	4 000 000	1 520 000	435 000	3 500 000	5 500 000	-	431 918	15 386 918
Recursos de clientes	10 669 700	27 286 500	36 454 204	56 603 092	30 157 620	17 821 600	-	4 206 070	183 198 786
	<b>10 669 700</b>	<b>39 786 500</b>	<b>37 974 204</b>	<b>57 038 092</b>	<b>33 657 620</b>	<b>23 321 600</b>	<b>19 000 000</b>	<b>4 637 988</b>	<b>226 085 704</b>
GAP de taxa de juro	<b>6 634 162</b>	<b>(20 884 376)</b>	<b>(20 150 971)</b>	<b>(55 755 227)</b>	<b>(23 002 786)</b>	<b>(11 892 901)</b>	<b>59 626 466</b>	<b>68 676 624</b>	<b>3 250 990</b>
GAP de taxa de juro acumulado	<b>6 634 162</b>	<b>(14 250 214)</b>	<b>(34 401 185)</b>	<b>(90 156 412)</b>	<b>(113 159 198)</b>	<b>(125 052 100)</b>	<b>(65 425 634)</b>	<b>3 250 990</b>	

### 3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco potencial de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento, perante a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação do seu *gap* de liquidez.

O Banco dispõe de uma *Stand By Facilities/Contratos* de Financiamento a que pode recorrer, sem restrições, quando entenda útil ou necessário e que está assegurada a sua renovação.

Atenta a recomendação do Banco de Portugal (carta circular de 01/10/2008) de observância dos princípios e recomendações emanadas do CEBS e do BCBS e tendo em conta o Princípio 2 (estabelecimento de um nível de tolerância para o risco de liquidez), o Conselho de Administração/ALCO considera que a utilização das facilidades de crédito que se encontram contratadas, enquanto compromissos não revogáveis de instituições de crédito da praça, de primeira importância, constituem uma fonte de financiamento para efeitos de gestão do risco de liquidez.

No que respeita à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações. Os quadros seguintes apresentam essa posição para os ativos e passivos financeiros.

De seguida apresentam-se os mapas preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez.

A situação a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:



	3 meses a 1				
	À vista	até 3 meses	ano	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	27.255.696	-	-	-	27.255.696
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.542.112	-	-	-	46.542.112
Aplicações em instituições de crédito	-	300.000	-	-	300.000
Crédito a clientes	3.229.107	4.504.931	18.829.230	21.407.626	47.970.894
Ativos financeiros detidos para negociação	-	127.556	143.350	32.592.749	32.863.654
Títulos detidos até à maturidade	-	-	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	43.817	117.362	23.301.525	23.462.705
	<b>77.026.916</b>	<b>4.976.303</b>	<b>19.089.942</b>	<b>77.301.900</b>	<b>178.395.061</b>
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	19.000.000	27.500.000
Recursos de instituições de crédito	188.440	4.520.000	1.000.000	8.607.627	14.316.067
Recursos de clientes	10.487.647	21.134.173	75.493.639	20.247.504	127.362.965
	<b>10.676.087</b>	<b>34.154.173</b>	<b>76.493.639</b>	<b>47.855.131</b>	<b>169.179.032</b>
GAP de Liquidez	<b>66.350.828</b>	<b>(29.177.870)</b>	<b>(57.403.697)</b>	<b>29.446.770</b>	<b>9.216.030</b>
GAP de Liquidez acumulado	<b>66.350.828</b>	<b>37.172.958</b>	<b>(20.230.739)</b>	<b>9.216.031</b>	

	3 meses a 1				
	À vista	até 3 meses	ano	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25.309.787	-	-	-	25.309.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24.412.681	-	-	-	24.412.681
Aplicações em instituições de crédito	0	300.000	-	-	300.000
Crédito a clientes	671.070	1.793.584	9.681.881	42.586.084	54.732.619
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2.129.724	27.406	2.638.830	4.795.959
Títulos detidos até à maturidade	-	-	16.983	699.524	716.507
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	22.861.473	648.371	95.615.017	119.124.861
	<b>50.393.538</b>	<b>27.084.781</b>	<b>10.374.641</b>	<b>141.539.455</b>	<b>229.392.415</b>
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	19.000.000	27.500.000
Recursos de instituições de crédito	310.847	4.020.000	-	11.056.071	15.386.918
Recursos de clientes	2.784.561	9.622.110	27.917.189	142.874.925	183.198.786
	<b>3.095.408</b>	<b>22.142.110</b>	<b>27.917.189</b>	<b>172.930.997</b>	<b>226.085.705</b>
GAP de Liquidez	<b>47.298.130</b>	<b>4.942.671</b>	<b>(17.542.548)</b>	<b>(31.391.541)</b>	<b>3.306.710</b>
GAP de Liquidez acumulado	<b>47.298.130</b>	<b>52.240.801</b>	<b>34.698.252</b>	<b>3.306.711</b>	

De notar que a carteira de obrigações governamentais da zona euro, dada a sua elevada liquidez em mercado, constitui um instrumento adicional de gestão do risco de liquidez, dando assim corpo a recomendações e orientações que, nessa matéria, têm sido emitidas pelos órgãos competentes de supervisão do setor financeiro, a nível nacional e internacional.

Os quadros acima apresentam os ativos e passivos financeiros pelos respetivos intervalos de maturidade relevantes, tendo por base as maturidades residuais no final do mês de dezembro de 2018 e de dezembro de 2017.

Os montantes apresentados correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados, que incluem valores de capital e juros futuros não corridos até 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

### 3.7 Risco Operacional

Os riscos operacionais são os que podem resultar em prejuízos inesperados devido a falhas humanas de análise e de processamento das operações, falhas nos procedimentos internos de controlo e nos sistemas de informação ou devido a causas externas.

A gestão do risco operacional assenta sobretudo na formação/qualidade dos recursos humanos e na organização adequada dos mesmos: segregação de funções, definição de

responsabilidades e procedimentos assim como nas ações de supervisão da auditoria interna e externa.

O Banco tem implementado um *Disaster Recovery Plan (DRP)*, para os sistemas e infraestruturas de comunicações que inclui um conjunto de diretivas, processos e tecnologias que garantem a viabilidade do negócio em caso de desastre. O objetivo do *DRP* é permitir que o Banco sobreviva a um desastre e que possa restabelecer as operações de negócio e o ambiente de processamento ao nível da área de sistemas de informação num espaço de tempo razoável de forma a não haver rutura.

Este *Plano* assenta na utilização do serviço de Recuperação de Negócio disponibilizado pela Companhia IBM Portuguesa, SA., e que contempla a utilização de um Centro Informático no Porto ou em Alfragide como centro alternativo, ao abrigo do contrato celebrado entre o BPG e esta Entidade.

Semestralmente, é realizado um exercício de *DRP*.

Da gestão do Plano de continuidade do negócio, no que respeita a infraestruturas alternativas, considerou-se dar utilização a uma fração integrada em prédio habitacional, recebida em dação em cumprimento de crédito próprio, localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, dispondo das condições de espaço adequadas à satisfação das necessidades do Banco para o desenvolvimento da sua atividade corrente, em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

De acordo com o Método do Indicador Básico em uso pelo Banco, os requisitos de fundos próprios associados ao risco operacional cifravam-se em 2018 no montante de € 530.776, o que se compara com o requisito de € 790.600 determinado para 2017.

### **3.8 Risco de Compliance**

Traduz-se na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, decorrentes de violações ou desconformidades no cumprimento das obrigações legais, regulamentos, contratos, códigos de conduta e princípios éticos ou práticas instituídas, que poderão resultar em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio ou na impossibilidade de exigir cumprimento de obrigações contratuais.

A função de *Compliance* tem por objeto o acompanhamento e avaliação da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados no cumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, a verificação da não violação das regras de conduta e de relacionamento com clientes, estabelecidas para as atividades da instituição.

Neste âmbito é dado especial relevo ao correto enquadramento das decisões e identificação de eventuais desajustamentos regulamentares, identificando medidas suscetíveis de reduzirem os riscos.

#### NOTA 4 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Sempre que não esteja disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, os instrumentos de capital encontram-se reconhecidos ao custo histórico.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

##### Nível 1 – cotações em mercado ativo

Esta categoria, para além dos títulos cotados em Bolsas de Valores, inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados ativos (*bids*) divulgados através de plataformas de negociação, tendo em conta a liquidez (quantidade de contribuidores) e profundidade do ativo (tipo de contribuidor). A classificação como *mercado ativo* é efetuada de forma automática, desde que os instrumentos financeiros estejam cotados por mais do que dez contribuidores de mercado, sendo pelo menos cinco com ofertas firmes e exista uma cotação multi-contribuída (preço formado por várias ofertas firmes de contribuidores disponíveis no mercado).

##### Nível 2 – técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, incluindo preços observáveis no mercado para ativos financeiros em que se tenham observado reduções significativas no volume de transações, ou instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (*bids* indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

##### Nível 3 – técnicas de valorização utilizando principalmente *inputs* não baseados em dados observáveis em mercado

Os ativos financeiros são classificados no nível 3 caso uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:

- Os títulos não cotados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar, como por exemplo:

- avaliação com base no *Net Asset Value* actualizado e divulgado pelas respetivas sociedades gestoras;
- avaliação com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
- títulos valorizados através de preços de compra indicativos, baseados em modelos teóricos, divulgados por terceiros e considerados fidedignos.

No caso de ações não cotadas, o justo valor é estimado com base na análise da posição financeira e resultados do emitente, perfil de risco e de valorizações de mercado ou transações para empresas com características idênticas.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registada alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes ativos à data de referência das demonstrações financeiras são taxas de mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos contabilizados ao custo amortizado:

- Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais: esta rubrica é constituída por notas e moedas e depósitos à ordem; atendendo-se ao curto prazo destes ativos, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito: são constituídas por depósitos à ordem, e, dado que são ativos de curto prazo, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Ativos financeiros detidos para negociação: esta categoria inclui os ativos financeiros valorizados com base em preços de mercados ativos, cujo objetivo é a venda no curto prazo. O valor por que se encontram registados é o justo valor;
- Aplicações e recursos de Instituições de Crédito: são constituídos maioritariamente por aplicações e tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxas variáveis, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Títulos detidos até à maturidade: são títulos da dívida pública portuguesa, registados ao custo amortizado, e cujo justo valor à cotação de mercado é de € 716.507 em 31 de dezembro de 2017;
- Recursos de clientes e outros empréstimos: os recursos de clientes representam os valores captados junto de clientes, e constituídos por depósitos à ordem e depósitos de curto prazo, normalmente com prazo inferior a um ano, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado; os outros empréstimos respeitam aos valores de mercado acrescidos de juros corridos, relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.

- Recursos de Bancos Centrais e outras instituições: constituídos essencialmente por tomadas junto do Euro Sistema e que o Banco considera como justo valor o valor de balanço.
  - Crédito a clientes e Outras aplicações: o crédito a Clientes não representativo de valores mobiliários – é constituído por crédito concedido a clientes, na sua maioria com taxa de juro variável, indexado a taxas de mercado, pelo que o Banco considera que o valor de balanço é próximo do justo valor; as Outras aplicações correspondem aos valores de mercado acrescidos de juros corridos relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.
  - Outros ativos e passivos financeiros: referem-se a operações de curto prazo, pelo que o seu valor de balanço é próximo do justo valor.

Decorrente do acima exposto, consideramos que estes ativos e passivos financeiros se encontram no nível 1 em termos de hierarquia do justo valor.

Em 31 de dezembro de 2018 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Demonstração de Resultados				Capital Próprio
	(Perdas)/Ganhos (Líquidos)	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Rendim./Despesas de comissões (Líquidos)	Reserva de Reavaliação
<b>Ativos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito	-	154.962	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	(2.816.885)	1.021.053	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendime	(874.090)	824.700	-	-	537.805
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de Crédito	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes e Outras contas a Receber	-	1.826.565	-	80.849	-
Instrumentos derivados de negociação	(1.048.538)	-	-	-	-
Outros ativos	-	14	-	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>(4.739.513)</b>	<b>3.827.293</b>	<b>-</b>	<b>80.849</b>	<b>537.805</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	98.881	-	-
Recursos de clientes	-	-	2.024.741	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-	8.238	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	121.125	-	-
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.252.984</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2017 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	(Perdas)/Ganhos (Líquidos)	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Rendim./Despesas de comissões (Líquidos)	Reserva de Reavaliação
<b>Ativos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	467.195	24.693	-	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	2.745.131	1.834.524	-	-	364.100
Investimentos detidos até à maturidade	-	33.397	-	-	-
Aplicações em instituições de Crédito	-	0	-	-	-
Crédito a Clientes e Outras contas a Receber	-	2.027.107	-	67.466	-
Instrumentos derivados de negociação	(219.164)	-	-	-	-
Outros ativos	-	108	-	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>2.993.162</b>	<b>3.919.829</b>	<b>-</b>	<b>67.466</b>	<b>364.100</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	574.891	-	-
Recursos de clientes	-	-	1.354.952	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-	10.757	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	121.125	-	-
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.061.724</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

No quadro abaixo são apresentados os Ativos e Passivos Financeiros do Banco que em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 se mensuravam ao justo valor, baseando-se na hierarquia que reflete o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os níveis definidos pelo IFRS 7 e IFRS13:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR</b>								
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Instrumentos de dívida	32.859.736	-	-	32.859.736	2.129.724	-	-	2.129.724
Instrumentos de capital	3.918	-	-	3.918	2.666.236	-	-	2.666.236
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Instrumentos de dívida	23.462.705	-	-	23.462.705	96.478.815	-	-	96.478.815
Instrumentos de capital	-	-	-	-	22.646.045	-	-	22.646.045
<b>Total de ativos mensurados ao justo valor</b>	<b>56.326.359</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56.326.359</b>	<b>123.920.820</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.920.820</b>

Os instrumentos de capital, classificados ao justo valor através de outro rendimento integral, são valorizados com base em avaliações, que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado. Decorrente destas avaliações o Banco considera que estes ativos financeiros se encontram no nível 1 em termos de hierarquia do justo valor.

## NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	154.962	-
Juros de crédito a Clientes	1.826.565	2.027.107
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	1.021.053	24.694
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	810.057	1.834.524
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	14.643	33.397
Outros juros e rendimentos similares	14	108
	<u><b>3.827.294</b></u>	<u><b>3.919.829</b></u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De outras Instituições de Crédito	98.881	574.891
De depósitos de Clientes	2.024.741	1.354.952
De passivos subordinados	121.125	121.125
Outros juros e encargos similares	8.238	10.757
	<u><b>2.252.984</b></u>	<u><b>2.061.724</b></u>
<b>Margem financeira</b>	<u><b>1.574.310</b></u>	<u><b>1.858.105</b></u>
<b>Rendimentos de Instrumentos de Capital</b>	<u><b>354.477</b></u>	<u><b>231.218</b></u>

## NOTA 6 - RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Comissões recebidas:</b>		
Garantias prestadas	95.056	77.717
Por gestão de ativos	53.659	54.942
Por serviços bancários prestados	158.602	206.117
Compromissos assumidos perante terceiros	53.659	54.942
Operações realizadas por conta de terceiros	21.554	38.468
Outras	869	1.388
	<u><b>383.399</b></u>	<u><b>433.573</b></u>
<b>Comissões pagas :</b>		
Compromissos assumidos por terceiros	15.833	95.431
Custódia de carteira	9.958	4.221
Por serviços bancários prestados por terceiros	58.146	60.660
Operações realizadas por terceiros	61.817	63.916
Outros	2.212	455.097
	<u><b>147.966</b></u>	<u><b>679.325</b></u>
<b>Comissões líquidas</b>	<u><b>235.433</b></u>	<u><b>(245.752)</b></u>

## NOTA 7 – RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	(86.203)	12.070
Instrumentos de capital	(22.802)	11.963
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	(2.364.209)	(34.992)
Instrumentos de capital	(343.671)	697.319
Instrumentos financeiros derivados	(1.048.538)	(219.164)
	<u><b>(3.865.423)</b></u>	<u><b>467.195</b></u>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	(426.178)	898.927
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	(447.912)	681.001
Instrumentos de capital	-	1.165.204
	<u><b>(874.090)</b></u>	<u><b>2.745.131</b></u>

## NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O quadro abaixo reflete o resultado da reavaliação cambial das posições do Banco expressas em moeda diferente do Euro:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Ganhos em diferenças cambiais</b>		
Na posição à vista	6.052.671	3.883.311
<b>Perdas em diferenças cambiais</b>		
Na posição à vista	5.371.307	5.251.984
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>	<u><b>681.364</b></u>	<u><b>(1.368.673)</b></u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.



## NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Os resultados de alienação de outros ativos não financeiros apresentam-se conforme segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Ganhos em ativos não financeiros</b>		
Propriedades de investimento	9.601	54.796
Outros ativos tangíveis	-	30.150
	<u><b>9.601</b></u>	<u><b>84.946</b></u>
<b>Perdas em ativos não financeiros</b>		
Ativos não correntes detidos para venda	55.166	89.025
Propriedades de investimento	11.106	18.021
Outros ativos tangíveis	13.269	2.092
	<u><b>79.541</b></u>	<u><b>109.139</b></u>
	<u><b>(69.940)</b></u>	<u><b>(24.193)</b></u>

## NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os outros resultados de exploração decompõem-se conforme segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Outros rendimentos e receitas operacionais</b>		
Recuperação de crédito	1.019	6.942
Ajustes cálculo pró-rata IVA	15.024	-
Reembolso de despesas com avaliações e vistoria	3.049	8.588
<b>Outras receitas operacionais</b>	70.006	74.347
Arrendamento de imóveis	49.885	57.872
Ganhos em operações de empréstimo de títulos	829	1
Outros rendimentos operacionais	19.292	16.473
	<u><b>89.098</b></u>	<u><b>89.877</b></u>
<b>Outros encargos e gastos operacionais</b>		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	235	110
Contribuições para o Fundo de Resolução	49.123	32.012
Contribuições para o Sistema Indemnização ao Investidor	3.000	3.000
Outros impostos	7.723	6.871
Ajustes cálculo pró-rata IVA	-	7.161
<b>Outros gastos operacionais</b>	279.149	212.862
Perdas em operações de empréstimo de títulos	149	-
Contribuição para o setor bancário	129.274	111.991
Outros	149.727	100.870
	<u><b>339.230</b></u>	<u><b>262.016</b></u>
	<u><b>(250.132)</b></u>	<u><b>(172.140)</b></u>

## NOTA 11 - CUSTOS COM PESSOAL

### 11.1 Custos com pessoal

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização</b>	<b>295.717</b>	<b>297.286</b>
Órgãos de gestão		
Conselho de Administração	285.417	291.086
Remunerações de base	285.417	256.801
Remunerações extraordinárias	0	34.286
Órgãos de fiscalização		
Conselho Fiscal	10.300	6.200
<b>Remuneração de empregados</b>	<b>1.583.695</b>	<b>1.370.372</b>
Remunerações de base	1.583.695	1.370.372
Remunerações extraordinárias	-	-
<b>Encargos sociais obrigatórios</b>	<b>440.417</b>	<b>386.401</b>
<b>Outros custos com o pessoal</b>	<b>236.232</b>	<b>96.998</b>
	<u><b>2.556.061</b></u>	<u><b>2.151.057</b></u>

O Banco obriga-se mediante contratos individuais de trabalho com os seus colaboradores ao pagamento de uma remuneração fixa mensal, a que acrescem subsídios de férias e de Natal, do mesmo montante e ainda subsídio de almoço, nos termos da legislação geral aplicável, não se encontrando prevista em caso algum a obrigação de pagamento de remunerações variáveis.

### 11.2 Responsabilidades com pensões e outros benefícios

O Banco não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de Segurança Social.

### 11.3 Remunerações processadas aos Membros dos Órgãos Estatutários (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e colaboradores exercendo funções de controlo

Os quadros abaixo refletem o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização e administração, de forma agregada e individual, e pelos colaboradores exercendo as funções de controlo (auditoria interna, *compliance* e gestão de risco), de forma agregada em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

31/dez/2018      31/dez/2017

**Remuneração agregada dos órgãos de administração e de  
fiscalização e dos colaboradores com funções de controlo**

<b>Órgãos de gestão</b>	<b>285.417</b>	<b>256.801</b>
Conselho de Administração e Comissão Executiva	285.417	256.801
<b>Órgão de fiscalização</b>	<b>10.300</b>	<b>6.200</b>
Conselho Fiscal	10.300	6.200
<b>Funções de controlo interno (a)</b>	<b>129.572</b>	<b>113.573</b>
	<b>425.289</b>	<b>376.574</b>

**Remuneração individual dos órgãos de administração e de  
fiscalização**

31/dez/2018      31/dez/2017

<b>Órgãos de gestão</b>	<b>285.417</b>	<b>256.801</b>
<b>Conselho de Administração</b>	<b>285.417</b>	<b>256.801</b>
<b>Membros sem pelouros executivos atribuídos</b>		
Vogal - Dr. Luis António Gomes Moreno	10.750	9.460
Presidente - Dr. Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino	-	-
Vice Presidente - Dr. Mário José Brandão Ferreira	-	-
Vogal - Dr. Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz	-	-
<b>Comissão Executiva</b>		
Presidente da Comissão Executiva - Prf. Mario Patinha Antão	152.383	128.029
Administrador - Dr. João Ricardo Chicharo Folque	122.283	119.312
<b>Órgão de fiscalização</b>	<b>10.300</b>	<b>6.200</b>
<b>Conselho Fiscal</b>	<b>10.300</b>	<b>6.200</b>
Presidente - Dr. Manuel Pinto Barbosa	4.000	2.700
Membro Efetivo - Dr. Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva	3.500	2.250
Membro Efetivo - Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos	2.800	1.250
	<b>295.717</b>	<b>263.001</b>

(a) Além dos colaboradores exercendo as funções de controlo interno não foram identificados outros colaboradores que cumpram os critérios definidos no nº 2 do artigo nº 1 do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal;

O número efetivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 32 – Efetivo de trabalhadores.

Os saldos sobre operações efetuadas com os elementos da Administração e da Direção do Banco encontram-se divulgados na Nota 35 – Transações com entidades relacionadas.

## NOTA 12 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os custos incorridos com fornecimentos e serviços de terceiros são conforme segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Com fornecimentos</b>		
Água, energia e combustíveis	38.431	40.436
Material de consumo corrente	28.918	29.597
Outros fornecimentos de terceiros	5.070	4.685
<b>Com serviços</b>		
Rendas e alugueres	383.411	380.400
Conservação e reparação	31.733	31.184
Comunicações	281.652	144.928
Consultoria e auditoria	413.799	133.382
Deslocações e estadas	11.094	16.774
Segurança e vigilância	91.202	77.356
Avenças e honorários	6.510	22.847
Avaliadores externos	7.018	16.690
Publicidade	1.380	2.731
Seguros	7.394	7.436
Advogados	130.139	34.684
Formação de pessoal	8.931	6.862
Bancos de dados	44.985	35.142
Transportes	4.475	4.164
Judiciais, contencioso e notariado	5.236	4.084
Outros serviços de terceiros	459.805	466.360
	<u>1.961.182</u>	<u>1.459.741</u>

Os honorários faturados em 2018 e 2017, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artigo 66-A do CSC, detalha-se como se segue:

<b>Honorários do revisor oficial de contas</b>	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
Ernest & Young Audit & Associados-SROC SA		
Serviços de revisão legal de contas	61.500	43.050
Outros serviços de garantia de fiabilidade	20.910	60.270
	<u>82.410</u>	<u>103.320</u>

## NOTA 13 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas municipal e estadual. O pagamento/recebimento de impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, ou durante o período em que seja possível deduzir prejuízos fiscais ou crédito de imposto até 12 anos, contado a partir do exercício a que respeitam, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Administração Fiscal poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que

seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer liquidação, que possa resultar de eventuais revisões pela Administração Fiscal, aos exercícios acima referidos, seja significativa no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

A Lei do Orçamento do Estado, Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, no seu artigo 141º, veio aprovar uma contribuição sobre o setor bancário que não é elegível como custo fiscal. No dia 30 de março de 2011, foram publicadas as condições de aplicabilidade da nova contribuição sobre o setor bancário, através da Portaria nº 121/2011. Pela Portaria nº 176-A/2015, o Banco registou no exercício de 2018 um encargo de € 129.274 e no exercício de 2017 um encargo de € 111.991, registada em Outros resultados de exploração (Nota 10 – Outros resultados de exploração).

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal efetivamente verificada nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	31/dez/2018		31/dez/2017	
	% Carga fiscal	Valor	% Carga fiscal	Valor
Lucro (Prejuízo) antes de impostos		<b>(12.128.889)</b>		<b>1.238.502</b>
IRC	0,0%	-	4,5%	55.409
Derrama	0,0%	-	0,3%	3.958
Tributação autónoma	-0,2%	25.890	3,3%	41.452
Imposto corrente	<b>-0,2%</b>	<b>25.890</b>	<b>8,1%</b>	<b>100.819</b>
Diferimento comissões de crédito	0,0%	11	0,0%	39
Prejuízos fiscais reportáveis	-22,5%	2.722.991	23,8%	294.998
Provisões não aceites fiscalmente	7,1%	(862.271)	2,8%	35.002
Imposto diferido	<b>-15,3%</b>	<b>1.860.731</b>	<b>26,6%</b>	<b>(330.039)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>-15,6%</b>	<b>1.886.621</b>	<b>34,8%</b>	<b>(430.858)</b>

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31/dez/2018	31/dez/2017
IRC	21%	21%
Derrama	1,5%(a)	1,5%(a)
	<b>22,5%</b>	<b>22,5%</b>

(a) - Taxa média ponderada dos municípios de Lisboa e Porto

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados no balanço é como segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Impostos diferidos</b>		
Ativos	4.044.015	6.288.861
Passivos	(137.900)	(148.974)
	<u><b>3.906.116</b></u>	<u><b>6.139.887</b></u>
<b>Registados por contrapartida de :</b>		
Resultados transitados	5.903.144	6.233.183
Reserva de reavaliação de justo valor	(136.297)	236.744
Resultado do exercício	(1.860.731)	(330.039)
	<u><b>3.906.116</b></u>	<u><b>6.139.887</b></u>

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente, para prazos que variam entre quatro e doze anos.

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco efetuou a avaliação da capacidade de recuperação tendo por base as projeções financeiras vertidas no “Plano Estratégico e de Sustentabilidade 2019-2021”. Esta avaliação levou à anulação de impostos diferidos ativos gerados por prejuízos fiscais, reconhecidos em exercícios anteriores no montante de Eur 2.722.991 no final de 2018.

Os impostos diferidos reconhecidos em balanço, resultados e reservas nos exercícios de 2018 e 2017, teve as seguintes origens:

Descrição	Saldo em 31/dez/2017	Ajuste IFRS9	Saldo em 1/jan/2018	Resultados Constituição	Anulação	Reservas	Saldo em 31/dez/2018
Comissões de crédito	(14)		(14)		(11)		(25)
Títulos justo valor OCI JVP	236.744	(158.520)	78.223			(191.366)	(113.143)
Prejuízos fiscais reportáveis	4.995.699		4.995.699		(2.722.991)		2.272.708
Imparidade não aceite fiscalmente (Títulos)	-		-			(23.154)	(23.154)
Provisões não aceites fiscalmente	907.459		907.459	862.271			1.769.730
	<u><b>6.139.887</b></u>	<u><b>(158.520)</b></u>	<u><b>5.981.367</b></u>	<u><b>862.271</b></u>	<u><b>(2.723.002)</b></u>	<u><b>(214.520)</b></u>	<u><b>3.906.116</b></u>

## NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta os Ativos e Passivos Financeiros do Banco de acordo com as categorias definidas na IFRS 9, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente:

CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS				31/12/2018
RUBRICAS DE BALANÇO	Mensurado ao justo valor	Mensurado ao custo amortizado	Imparidade	TOTAL
<b>Ativos</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	-	27.255.696	-	27.255.696
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	46.542.112	-	46.542.112
Ativos financeiros detidos para negociação	32.863.654	-	-	32.863.654
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendim	23.462.705	-	-	23.462.705
Aplicações em instituições de crédito	-	300.000	-	300.000
Crédito a Clientes	-	77.989.326	(30.018.432)	47.970.894
<b>Total de Ativos</b>	<b>56.326.359</b>	<b>152.087.134</b>	<b>(30.018.432)</b>	<b>178.395.061</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de bancos centrais	-	27.500.000	-	27.500.000
Recursos de outras instituições de crédito	-	14.316.067	-	14.316.067
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	127.362.964	-	127.362.964
Outros passivos subordinados	-	2.600.469	-	2.600.469
<b>Total de Passivos</b>	<b>-</b>	<b>171.779.500</b>	<b>-</b>	<b>171.779.500</b>

CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS				31/12/2017
RUBRICAS DE BALANÇO	Mensurado ao justo valor	Mensurado ao custo amortizado	Imparidade	TOTAL
<b>Ativos</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	-	25.309.787	-	25.309.787
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	24.412.681	-	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	4.795.959	-	-	4.795.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	120.437.417	-	(656.278)	119.781.139
Aplicações em instituições de crédito	-	300.000	-	300.000
Crédito a Clientes	-	76.472.205	(18.729.408)	57.742.797
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.269.906	(6.553.399)	716.507
<b>Total de Ativos</b>	<b>125.233.376</b>	<b>133.764.579</b>	<b>(25.939.085)</b>	<b>233.058.871</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de bancos centrais	-	27.500.000	-	27.500.000
Recursos de outras instituições de crédito	-	15.386.918	-	15.386.918
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	183.198.786	-	183.198.786
Outros passivos subordinados	-	2.600.469	-	2.600.469
<b>Total de Passivos</b>	<b>-</b>	<b>228.686.173</b>	<b>-</b>	<b>228.686.173</b>

## NOTA 15 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/dez/2018	31/dez/2017
Caixa	15.563	21.748
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	27.085.171	25.288.039
Juros a receber	154.962	-
	<b>27.255.696</b>	<b>25.309.787</b>

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de Reservas Mínimas do Eurosistema e para cumprimento do rácio de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio*.

O montante das responsabilidades incluídas na base de incidência, que obrigam à manutenção de reservas, corresponde a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluídos os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao mesmo regime de constituição de reservas mínimas.

#### NOTA 16 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As disponibilidades à vista sobre instituições de crédito têm a seguinte composição:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	46.535.641	24.406.210
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	6.471	6.471
	<u>46.542.112</u>	<u>24.412.681</u>

#### NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição da carteira de negociação, por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

<b>Ativos financeiros detidos para negociação 31/12/2018</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor de Aquisição (eur)</b>	<b>Valor de Balanço Justo Valor</b>
<b>Instrumentos de dívida</b>			
<b>Emitidos por residentes</b>			
De dívida soberana	6.000.000	6.195.420	6.242.139
De outros residentes			
Dívida não subordinada	5.000.000	4.995.146	5.126.685
<b>Emitidos por não residentes</b>			
De dívida soberana	12.000.000	11.962.302	11.849.163
De outros não residentes			
Dívida não subordinada	9.700.000	9.902.039	9.641.750
<b>Instrumentos de dívida</b>			
<b>Emitidos por residentes</b>			
Unidades de participação	3.676	3.848	3.918
		<u>33.058.755</u>	<u>32.863.654</u>

As unidades de participação detidas são referentes ao fundo de compensação de trabalho.



Ativos financeiros detidos para negociação 31/12/2017	Quantidade	Valor de Aquisição (eur)	Valor de Balanço Justo Valor
<b>Instrumentos de capital</b>			
<b>Emitidos por não residentes</b>			
Exchange Traded Funds (ETF's)	83.157	1.789.003	2.129.724
<b>Instrumentos de dívida</b>			
<b>Emitidos por residentes</b>			
De Dívida Soberana	355.000	355.000	367.352
<b>Emitidos por não residentes</b>			
De Dívida Soberana	2.000.000	2.306.760	2.298.884
		<b>4.450.763</b>	<b>4.795.959</b>

## Instrumentos financeiros derivados

A composição dos instrumentos financeiros derivados de negociação é como segue:

Instrumentos derivados de negociação	31/dez/2018			31/dez/2017		
	Nocional	Valor de balanço		Nocional	Valor de balanço	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
<b>Contratos de futuros</b>						
Futuros de divisas	6.662.317	307.743	-	2.497.400	110.616	-
Futuros de tx juro	8.994.700	150.480	-	16.105.854	263.044	-
		<b>458.223</b>	<b>-</b>		<b>373.659</b>	<b>-</b>

O Banco transaciona instrumentos financeiros derivados, essencialmente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro e sobre títulos de dívida. Estas transações são efetuadas em mercados organizados. A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados.

À data do Balanço, o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para março de 2019 (Nota 27 – Outros ativos e passivos).

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para março de 2018 (Nota 27 – Outros ativos e passivos).

O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os instrumentos financeiros derivados teriam se fossem transacionados no mercado à data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida na rubrica de outros ativos e tem impacto imediato em resultados (Nota 27 – Outros ativos e passivos).

## NOTA 18 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

A composição da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, pode ser analisada como segue:

Outros ativos financeiros JV através rend. Integral	31/12/2018				
	Custo de aquisição	Juro a receber	Reserva justo valor	imparidade	Valor balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>					
<b>Emitidos por residentes</b>					
<b>Obrigações</b>					
De dívida soberana	12.946.279	115.160	262.258	(35.972)	13.287.724
De outros residentes					
Dívida não subordinada	4.213.754	22.603	136.676	(52.529)	4.320.503
<b>Emitidos por não residentes</b>					
De Dívida Soberana	4.669.317	15.877	212.747	(13.314)	4.884.627
De outros não residentes					
Dívida não subordinada	969.320	7.540	(5.917)	(1.093)	969.850
	<b>22.798.669</b>	<b>161.179</b>	<b>605.764</b>	<b>(102.907)</b>	<b>23.462.705</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2017				
	Custo de aquisição	Juro a receber	Reserva justo valor	Imparidade	Valor balanço
<b>Instrumentos de capital</b>					
<b>Emitidos por residentes</b>					
<b>Ao custo histórico</b>					
Ações	650.000	-	-	650.000	-
<b>Ao justo valor</b>					
Unidades de Participação	202.245	-	(27.183)	-	175.063
<b>Emitidos por não residentes</b>					
<b>Ao custo histórico</b>					
Ações	6.278	-	-	6.278	-
<b>Ao justo valor</b>					
Unidades de Participação	23.115.653	-	(642.390)	-	22.473.263
	<b>23.974.177</b>	<b>-</b>	<b>(669.573)</b>	<b>656.278</b>	<b>22.648.326</b>
<b>Instrumentos de dívida</b>					
<b>Emitidos por residentes</b>					
<b>Obrigações</b>					
De Dívida Soberana	40.934.111	892.862	(394.694)	-	41.432.279
Outras Obrigações	9.727.421	38.600	277.165	-	10.043.186
<b>Emitidos por não residentes</b>					
De Dívida Soberana	27.738.803	99.078	(251.238)	-	27.586.643
Outras Obrigações	17.205.159	223.123	(13.854)	-	17.414.428
	<b>95.605.494</b>	<b>1.253.662</b>	<b>(382.621)</b>	<b>-</b>	<b>96.476.535</b>
	<b>119.579.670</b>	<b>1.253.662</b>	<b>(1.052.193)</b>	<b>656.278</b>	<b>119.124.861</b>

As rubricas de dívida soberana apresentavam as seguintes características:

Outros ativos financeiros JV através rend. Integral	31/12/2018				
	Custo de aquisição	Juro a receber	Reserva justo valor	imparidade	Valor balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>					
De dívida pública Portuguesa	12.946.279	115.160	262.258	(35.972)	13.287.724
De dívida pública Italiana	4.669.317	15.877	212.747	(13.314)	4.884.627
	<b>17.615.596</b>	<b>131.037</b>	<b>475.005</b>	<b>(49.286)</b>	<b>18.172.351</b>

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2017			
	Custo de aquisição	Juro a receber	Reserva justo valor	Valor balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>				
De dívida pública Portuguesa	40.934.111	892.862	(394.694)	41.432.279
De Dívida Pública Belga	5.224.150	21.041	(48.400)	5.196.791
De Dívida Pública Italiana	10.009.703	13.187	(160.203)	9.862.687
De Dívida Pública Francesa	3.450.863	40.686	(43.223)	3.448.326
De Dívida Pública Grega	2.048	0	(473)	1.575
De Dívida Pública Espanhola	9.052.040	24.164	1.060	9.077.264
	<b>68.672.914</b>	<b>991.940</b>	<b>(645.932)</b>	<b>69.018.922</b>

As rubricas de instrumentos de capital apresentavam o seguinte detalhe:

Outros ativos financeiros JV através rend. Integral	31/12/2018				
	Quantidade	Participação no capital social (%)	Valor Nominal	Custo de aquisição	Valor balanço
<b>Instrumentos de capital</b>					
<b>Ao justo valor</b>					
Ações					
Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.	10.000	10,00%	5	50.000	0
J. D. Alvarez	600.000	25,00%	1	600.000	0
Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.	4.333.333	25,00%	0,75	6.278	0
				<b>656.278</b>	<b>0</b>

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2017					
	Quantidade	Participação no capital social (%)	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
<b>Instrumentos de capital</b>						
<b>Ao custo histórico</b>						
Ações						
Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.	10.000	10,00%	5	50.000	50.000	0
J. D. Alvarez	600.000	25,00%	1	600.000	600.000	0
Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.	4.333.333	25,00%	0,75	6.278	6.278	0
				<b>656.278</b>	<b>656.278</b>	<b>0</b>

A participação do Banco na Sociedade Aquapura, Hotel, Villas & SPA., Ceará, enquadrou-se no desenvolvimento de um projeto turístico, no Ceará, Brasil, de médio prazo. Em 2011 foram realizados suprimentos nesta Sociedade, no montante de € 1 258 800, que o Banco provisionou na totalidade em 2015 (Nota 27 – Outros ativos e passivos).

## NOTA 19 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

	31/dez/2018	31/dez/2017
<b>Aplicações em IC's no país</b>		
Depósitos a Prazo	-	-
até 1 ano	300.000	300.000
Juros a receber	-	-
	<b>300.000</b>	<b>300.000</b>

Durante os exercícios de 2018 e 2017 esta aplicação indexada à Euribor não teve remuneração devido às taxas negativas deste indexante.

## **NOTA 20 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - CRÉDITO CONCEDIDO E OUTROS SALDOS A RECEBER AO CUSTO AMORTIZADO**

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Crédito não representativo de valores mobiliários</b>		
<b>Crédito interno</b>		
<b>Empresas e administração pública</b>		
Empréstimos	25.243.655	31.173.004
Créditos em conta corrente	5.892.059	5.250.864
Operações de locação financeira	-	1.318.611
Outros créditos	830.276	310.500
<b>Particulares</b>		
Crédito à habitação	802.823	1.116.515
Crédito conta corrente	137.000	148.000
Outros créditos	9.692.556	12.129.161
	<u><b>42.598.370</b></u>	<u><b>51.446.655</b></u>
<b>Crédito ao exterior</b>		
<b>Empresas e administração pública</b>		
Empréstimos	-	-
Créditos em conta corrente	-	-
<b>Particulares</b>		
Outros créditos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros e comissões a receber	830.120	762.681
	<u><b>830.120</b></u>	<u><b>762.681</b></u>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 90 dias	25.416.914	19.828.041
	<u><b>25.416.914</b></u>	<u><b>19.828.041</b></u>
<b>Outros Créditos e valores a receber - Titulados (Nota 22)</b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	2.600.000	4.450.000
Juros e comissões a receber	(9.477)	(15.171)
	<u><b>2.590.523</b></u>	<u><b>4.434.829</b></u>
<b>Total bruto</b>	<u><b>71.435.927</b></u>	<u><b>76.472.205</b></u>
<b>Provisões e Imparidade (Nota 24)</b>		
Provisões para créditos e juros vencidos e imparidade	(23.465.032)	(18.729.408)
	<u><b>(23.465.032)</b></u>	<u><b>(18.729.408)</b></u>
<b>Total Líquido</b>	<u><b>47.970.894</b></u>	<u><b>57.742.797</b></u>

As taxas de juro médias aplicáveis ao crédito concedido durante os exercícios de 2018 e 2017 foram respetivamente de 2,46% e de 2,71%.

O movimento ocorrido nas provisões/imparidades nos exercícios de 2018 e de 2017 é apresentado na Nota 21 - Imparidade e Provisões.

Os juros corridos a receber relativos aos créditos concedidos estão incluídos no valor da carteira em juros e comissões a receber.

No âmbito da sua atividade de concessão de crédito o Banco recebe, entre outras, as seguintes garantias reais (colaterais):

- hipotecas sobre habitação própria;
- hipotecas sobre imóveis e terrenos;
- depósito de valores;
- penhor de valores mobiliários.

O justo valor dos colaterais recebidos é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. Por exemplo, os imóveis recebidos em garantia são avaliados por entidades avaliadoras externas e independentes.

A 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as garantias reais recebidas (hipotecas de imóveis e terrenos, depósitos de valores, penhor de valores mobiliários e penhor mercantil) pelo Banco ascendem, respetivamente, a € 89.104.371 e a € 91.880.005 (Nota 31 - Contas Extrapatrimoniais).

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber (titulados), por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

Outros créditos e valores a receber (Titulados)	Quantidade Montante	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço 31/12/2018
<b>Instrumentos de dívida</b>				
<b>Emitidos por residentes</b>				
Outros residentes				
Dívida não subordinada				
Papel Comercial				
INAPA 02/19 2E	2.000.000	1	1.958.538	1.988.943
LUZSAU 1.5 0519	350.000	1	350.000	350.452
SCA 2.9 02/19	250.000	1	250.000	251.128
<b>Total</b>			<b>2.558.538</b>	<b>2.590.523</b>

Outros créditos e valores a receber (Titulados)	Quantidade Montante	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço 31/12/2017
<b>Instrumentos de dívida</b>				
<b>Emitidos por residentes</b>				
<b>Outros residentes</b>				
<b>Dívida não subordinada</b>				
<b>Papel Comercial</b>				
CABAV 3.4 01/18	500.000	1	500.000	500.142
INAPA 02/18 2ª Emissão	1.250.000	1	1.222.774	1.243.003
SONAE IND. 2018	500.000	1	500.000	500.222
SUCO 2,5 01/18	500.000	1	500.000	501.597
ETE 02/18 2ª Emissão	1.700.000	1	1.651.989	1.689.865
<b>Total</b>			<b>4.374.763</b>	<b>4.434.829</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição do saldo de outros valores ao custo amortizado, pode ser analisada como segue:

Outros valores ao custo amortizado	31/dez/2018	31/12/2017*
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
De Dívida Pública Portuguesa	-	699.524
Juros a receber	-	16.983
	<b>-</b>	<b>716.507</b>
<b>Instrumentos de dívida - vencidos</b>		
<b>Emitidos por não residentes</b>		
De outros não residentes	6.500.000	6.500.000
Juros a receber	53.399	53.399
	<b>6.553.399</b>	<b>6.553.399</b>
<b>Imparidade para instrumentos de dívida</b>		
De outros não residentes	(6.553.399)	(6.553.399)
	<b>(6.553.399)</b>	<b>(6.553.399)</b>
	<b>-</b>	<b>716.507</b>

\*Em 31 de Dezembro de 2017 os saldos apresentado estavam classificados com ativos financeiros detidos até à maturidade.

A composição desta carteira pode ser analisada como segue:

	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Balanço Custo amortizado	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor líquido balanço 31/12/2018
<b>Instrumentos de dívida</b>						
<b>Emitidos por não residentes</b>						
De outros não residentes						
<b>Obrigações</b>						
Espirito Santo Financiere 3.25 09/2014						
Capital	6.500.000	1	6.500.000	6.500.000	6.500.000	-
Juros a receber			53.399	-	53.399	-
			<b>6.553.399</b>	<b>6.500.000</b>	<b>6.553.399</b>	<b>-</b>

Activos financeiros detidos até à maturidade	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Balanço Custo amortizado	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor líquido balanço 31/12/2017	Prazo Residual
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
De Dívida Publica Portuguesa							
Obrigações do Tesouro							
(i) PGB 4,45 06/18	70.000.000	0,01	716.507	680.706	-	716.507	1 a 5 anos
			716.507	680.706	-	716.507	
Instrumentos de dívida							
Emitidos por não residentes							
De outros não residentes							
Obrigações							
Espírito Santo Financiere 3.25 09/2014							
Capital	6.500.000	1	6.500.000	6.500.000	6.500.000	-	
Juros a receber			53.399	-	53.399	-	
			6.553.399	6.500.000	6.553.399	-	

À data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco detinha na sua carteira uma exposição ao Grupo BES, sob a forma de papel comercial de curto prazo, no montante de € 6.500.000. Dada a insolvência do emitente, este título encontra-se provisionado a 100%.

## NOTA 21 – IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas imparidades registadas nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	Saldo em 31/dez/2017	Ajuste IFRS9	Saldo em 1/jan/2018	Aumentos	Reposições/ Reversões	Ajus por dif cambiais	Saldo em 31/dez/2018
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>25.282.808</b>	<b>(4.470)</b>	<b>25.278.338</b>	<b>9.349.081</b>	<b>(4.664.493)</b>	<b>55.506</b>	<b>30.018.432</b>
Crédito a clientes	18.727.183	(35.128)	18.692.056	9.228.633	(4.536.981)	55.506	23.439.214
Outros créditos e valores a receber	2.225	30.658	32.883	120.448	(127.512)	-	25.818
Investimentos ao custo amortizado	6.553.399	-	6.553.399	-	-	-	6.553.399
<b>Imparidade para outros ativos</b>	<b>3.406.864</b>	<b>19.430</b>	<b>3.426.294</b>	<b>601.242</b>	<b>(254.305)</b>	<b>24.700</b>	<b>3.797.931</b>
Ativos não correntes detidos para venda	768.066	-	768.066	365.054	(172.698)	-	960.423
Propriedades de investimento	166.168	-	166.168	114.962	(13.704)	-	267.426
Outros ativos	2.465.600	19.430	2.485.030	46.746	(62.988)	24.700	2.493.488
Ativos tangíveis	7.030	-	7.030	74.480	(4.915)	-	76.595
<b>Provisões passivas</b>	<b>154.155</b>	<b>44.298</b>	<b>198.453</b>	<b>308.543</b>	<b>(4.009)</b>	-	<b>502.986</b>
Imparidade para garantias e comp assumidos	65.667	44.298	109.966	61.166	(4.009)	-	167.123
Provisões para outros riscos	88.487	-	88.487	247.376	-	-	335.864
<b>Reservas de reavaliação</b>	-	<b>212.052</b>	<b>212.052</b>	<b>401.265</b>	<b>(510.410)</b>	-	<b>102.907</b>
	<b>28.843.827</b>	<b>271.311</b>	<b>29.115.137</b>	<b>10.660.130</b>	<b>(5.433.217)</b>	<b>80.206</b>	<b>34.422.256</b>

	Saldo em 31/dez/2016	Aumentos	Reposições/ Reversões	Ajus por dif câmbiais	Saldo em 31/dez/2017
<b>Imparidade para crédito</b>	<b>20.637.214</b>	<b>5.467.927</b>	<b>(7.221.016)</b>	<b>(154.717)</b>	<b>18.729.408</b>
Crédito a clientes	20.602.214	5.466.127	(7.186.441)	(154.717)	18.727.183
Outros créditos e valores a receber	35.000	1.800	(34.575)	-	2.225
<b>Imparidade para títulos</b>	<b>6.553.399</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.553.399</b>
Investimentos detidos até à maturidade	6.553.399	-	-	-	6.553.399
<b>Imparidade para outros ativos</b>	<b>3.492.382</b>	<b>9.965</b>	<b>(75.832)</b>	<b>(19.651)</b>	<b>3.406.864</b>
Ativos não correntes detidos para venda	814.116	5.503	(51.553)	-	768.066
Propriedades de investimento	179.872	-	(13.704)	-	166.168
Outros ativos	2.486.449	4.461	(5.660)	(19.651)	2.465.600
Ativos tangíveis	11.945	-	(4.915)	-	7.030
<b>Provisões passivas</b>	<b>177.482</b>	<b>10.162</b>	<b>(33.489)</b>	<b>-</b>	<b>154.155</b>
Imparidade para garantias e com assumidos	88.995	10.162	(33.489)	-	65.667
Provisões para outros riscos	88.487	-	-	-	88.487
	<b>30.860.477</b>	<b>5.488.053</b>	<b>(7.330.337)</b>	<b>(174.368)</b>	<b>28.843.827</b>

## NOTA 22 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco classifica em Ativos não correntes detidos para venda e em Propriedades de investimento, os bens imobiliários recebidos de clientes em processos de dação em cumprimento, em função da disponibilidade que estes apresentam para que possam ser alienados no imediato.

Para os imóveis em que não existe impedimento imediato e legal de venda, estes são classificados na categoria de Ativos não correntes disponíveis para venda. O Banco tem como finalidade a venda no curto prazo destes imóveis e para isso tem contratado com empresa especializada serviços relativamente a planos de vendas ativos e publicitados, a preços razoáveis em relação ao justo valor corrente de mercado, existindo empenhamento na alienação.

Estes imóveis são registados pelo valor da dação, correspondente à dívida.

O Banco regista as Propriedades de Investimento pelo método do custo, que inclui o valor acordado no contrato de dação correspondente ao valor da dívida, acrescido dos custos inerentes à transação. Os custos subsequentes de manutenção são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Estes ativos são depreciados pelo método de quotas constantes e utilizando taxas de acordo com a sua especificidade, comerciais e administrativos ou industriais.

Alguns destes imóveis encontram-se arrendados pelo que até à alienação as rendas recebidas constituem proveito do Banco, sendo registadas em resultados.

A decomposição dos imóveis recebidos em dação em pagamento, registados em ativos não correntes detidos para venda, pode ser analisada no quadro abaixo:



Ativos recebidos por dação em pagamento	Saldo em 31-12-2017			Entradas /Dações	Vendas / transferências	Provisões, imparidade e amortizações	Saldo em 31-12-2018		
	Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido				Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido
Ativos não correntes detidos para venda	9.985.596	(768.066)	9.217.530		(44.320)	(192.356)	9.981.429	(960.423)	9.021.007
Propriedades de investimento	1.282.855	(267.173)	1.015.682		(37.650)	(121.428)	1.245.206	(388.601)	856.604
	<b>11.268.451</b>	<b>(1.035.239)</b>	<b>10.233.212</b>	<b>-</b>	<b>(81.970)</b>	<b>(313.784)</b>	<b>11.226.635</b>	<b>(1.349.024)</b>	<b>9.877.611</b>

Ativos recebidos por dação em pagamento	Saldo em 31-12-2016			Entradas /Dações	Vendas / transferências	Provisões, imparidade e amortizações	Saldo em 31-12-2017		
	Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido				Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido
Ativos não correntes detidos para venda	10.027.928	(814.116)	9.213.812		(42.332)	46.049	9.985.596	(768.066)	9.217.530
Propriedades de investimento	2.049.030	(486.733)	1.562.297		(766.175)	219.560	1.282.855	(267.173)	1.015.682
	<b>12.076.958</b>	<b>(1.300.848)</b>	<b>10.776.109</b>	<b>-</b>	<b>(808.507)</b>	<b>265.609</b>	<b>11.268.451</b>	<b>(1.035.240)</b>	<b>10.233.212</b>

No corrente exercício o Banco alienou alguns imóveis recebidos em dação em pagamento de crédito, pelo valor de € 81.970.

De acordo com os requisitos legais o Banco avalia se existe evidência de que estes ativos possam apresentar sinais de imparidade, obtendo para o efeito avaliações aos imóveis que são efetuadas por peritos independentes.

Para os imóveis que apresentam uma desvalorização de valor significativo no seu valor de mercado, abaixo do custo de aquisição, são reconhecidas perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2018 para as propriedades de investimento estão constituídas imparidades no valor de € 267.426. As amortizações acumuladas ascendem a € 121.175, que incluem as do exercício, no montante de € 23.621.

## NOTA 23 - ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos tangíveis registados nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	Saldo em 31/Dez/2017		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates, Transferências e Imparidade	Valor líquido em 31/dez/2018
	Valor	Imparidade				
	bruto	e amortizações acumuladas				
<b>Outros ativos tangíveis</b>						
Imóveis de serviço próprio-Edifícios	2.279.020	(516.142)	-	(86.549)	(69.565)	1.606.764
Obras em edifícios arrendados	134.646	(115.216)	-	(7.882)		11.547
Equipamento	653.552	(621.195)	63.063	(16.507)	(415)	78.499
Imobilizado em locação financeira	122.923	(8.929)	-	(28.820)	(22.929)	62.244
Outras imobilizações corpóreas	1.912	(1.912)	-	-		-
	<b>3.192.054</b>	<b>(1.263.395)</b>	<b>63.063</b>	<b>(139.758)</b>	<b>(92.909)</b>	<b>1.759.055</b>
	Saldo em 31/Dez/2016		Aquisições (i)	Amortizações do exercício	Abates/ Transferências	Valor líquido em 31/dez/2017
	Valor	Imparidade				
	bruto	e amortizações acumuladas				
<b>Outros ativos tangíveis</b>						
Imóveis de serviço próprio-Edifícios	2.279.020	(434.508)		(86.549)	4.915	1.762.878
Obras em edifícios arrendados	134.646	(106.050)		(9.167)		19.429
Equipamento	729.936	(682.689)	4.507	(19.397)		32.358
Imobilizado em locação financeira	164.167	(164.167)	134.214	(9.557)	(10.663)	113.994
Outras imobilizações corpóreas	1.912	(1.912)		-		-
	<b>3.309.681</b>	<b>(1.389.326)</b>	<b>138.721</b>	<b>(124.669)</b>	<b>(5.748)</b>	<b>1.928.658</b>

## NOTA 24 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis registados nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	Saldo em 31/dez/2017				Valor
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	líquido em 31/dez/2018
Ativos intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	1.268.747	(1.256.285)	-	(7.353)	5.109
	<u>1.268.747</u>	<u>(1.256.285)</u>	<u>-</u>	<u>(7.353)</u>	<u>5.109</u>
Ativos intangíveis em curso					
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	-	-	167.702	-	167.702
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>167.702</u>	<u>-</u>	<u>167.702</u>
	<u>1.268.747</u>	<u>(1.256.285)</u>	<u>167.702</u>	<u>(7.353)</u>	<u>172.811</u>
	Saldo em 31/dez/2016				Valor
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	líquido em 31/dez/2017
Ativos intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	1.264.129	(1.175.927)	4.618	(80.358)	12.462
	<u>1.264.129</u>	<u>(1.175.927)</u>	<u>4.618</u>	<u>(80.358)</u>	<u>12.462</u>
Ativos intangíveis em curso					
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.264.129</u>	<u>(1.175.927)</u>	<u>4.618</u>	<u>(80.358)</u>	<u>12.462</u>

## NOTA 25 - IMPOSTOS ATIVOS E PASSIVOS

A origem dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos pode ser vista no quadro que se segue:

	<u>31/dez/2018</u>		<u>31/dez/2017</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
<b>Impostos Correntes</b>				
IRC a recuperar/pagar dentro de 12 meses	-	33.557	-	106.206
IRC a recuperar/pagar após mais de 12 meses	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>33.557</u>	<u>-</u>	<u>106.206</u>
<b>Impostos diferidos</b>				
Comissões do crédito	-	26	-	14
Títulos disponíveis para venda	1.577	114.720	385.703	148.959
Prejuízos fiscais reportáveis	2.272.708	-	4.995.699	-
Imparidade não aceite fiscalmente (Títulos)	-	23.154	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	1.769.730	-	907.459	-
	<u>4.044.015</u>	<u>137.900</u>	<u>6.288.861</u>	<u>148.974</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Impostos diferidos ativos</b>		
a recuperar dentro de 12 meses	1.577	385.703
a recuperar após mais de 12 meses	4.042.438	5.903.158
	<u>4.044.015</u>	<u>6.288.861</u>
<b>Impostos diferidos passivos</b>		
a pagar dentro de 12 meses	137.900	148.959
a pagar após mais de 12 meses	-	-
	<u>137.900</u>	<u>148.959</u>

## NOTA 26 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
Empréstimo obrigacionista	2.550.000	2.550.000
Juros a pagar	50.469	50.469
	<u>2.600.469</u>	<u>2.600.469</u>

Em 22 de dezembro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado até ao montante de 7,5 milhões de euros. A emissão ocorreu e foi subscrita, em 30 de janeiro de 2015, no valor total de 6,5 milhões de euros. O Banco é a entidade emitente e o agente pagador.

Em outubro de 2016 o Banco efetuou um reembolso antecipado de parte desta emissão de obrigações subordinadas, no valor de 3,95 milhões de euros. Esta operação inseriu-se numa operação combinada de substituição de capital *Tier 2* por capital *Tier 1*, que incluiu um aumento de capital no montante de 4,0 Milhões de euros.

As características do empréstimo obrigacionista foram as seguintes:

---

Data de emissão                      30-jan-15

Data de maturidade	30-jan-23
Reembolso	Integral na data de vencimento
Modalidade de colocação	Oferta particular
Utilização dos proventos da emissão	O produto líquido da emissão será utilizado no financiamento da atividade corrente do emitente, integrando os Fundos Próprios de Nível 2 do emitente
Cláusula de subordinação	Reembolso é assegurado após a satisfação integral de todos os créditos não subordinados
Pagamento de juros	Semestral
Taxa de juro	4,75% (anual)
Admissão à negociação	Não será solicitada a admissão à negociação das obrigações emitidas
Código ISIN	PTBPGBOM001

## NOTA 27 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Devedores, outras aplicações e outros ativos</b>		
Outras disponibilidades	2.333.746	439.575
Devedores diversos	65.119	423.619
Suprimentos	1.258.800	1.258.800
Devedores por operações sobre futuros (Nota 17)	458.223	373.659
Aplicações diversas	321.020	319.813
Setor Público e administrativo	97.671	95.102
Devedores - vencidos	847.243	883.687
<b>Rendimentos a receber</b>		
De devedores de outras aplicações	521.777	497.077
Por serviços prestados - Guarda de valores	25.440	23.021
Por serviços prestados - Gestão de ativos	-	71.970
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Recursos de clientes	81.703	-
Seguros	7.361	6.308
Contratos de manutenção	148.488	39.218
Associadas a operações de crédito	12.944	17.365
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	66.749	76.625
<b>Total de outros ativos (bruto)</b>	<b>6.246.283</b>	<b>4.525.840</b>
Imparidade (Nota 21)	(2.493.488)	(2.465.600)
<b>Total de outros ativos (líquido)</b>	<b>3.752.795</b>	<b>2.060.241</b>

Os suprimentos foram realizados à Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA., entidade em que o Banco detém uma participação de 25% (Nota 18 – Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). O banco registou em 2015 perdas por imparidade para a totalidade dos suprimentos.

A decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Outros Passivos</b>		
Credores de imobilizado em regime de locação financeira	64.532	104.174
Outros credores	188.864	78.508
Setor público administrativo		
IVA a pagar	1.083	8.524
Retenção na fonte	92.707	88.586
Contribuição para a Segurança Social	49.928	45.300
Cobranças por conta de terceiros	39	41
<b>Outros encargos a pagar</b>		
De recursos alheios	3.802	3.802
De custos administrativos	322.646	273.903
Outros	53.621	160.425
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Gestão de créditos	-	869
Garantias prestadas	35.092	33.617
Compromissos irrevogáveis	2.708	8.990
Outras comissões de crédito	130.022	175.049
Outras	3.899	3.653
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	61.551	44.114
	<u>1.010.492</u>	<u>1.029.553</u>

Os suprimentos foram realizados à Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA., entidade em que o Banco detém uma participação de 25% (Nota 18 – Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). O banco registou em 2015 perdas por imparidade para a totalidade dos suprimentos.

## **NOTA 28 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Recursos de Bancos Centrais</b>		
Recursos do Banco de Portugal		
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	8.500.000	8.500.000
Recursos a médio e longo prazo		
superior a 1 ano e 9 meses	19.000.000	19.000.000
	<u>27.500.000</u>	<u>27.500.000</u>

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 o Banco tomou fundos junto do Euro Sistema, dando como colateral uma parcela da sua carteira de títulos elegíveis para esse fim (Nota 31 – Contas extrapatrimoniais).

Em 2018 o BCE para os recursos de médio e longo prazo aplicou uma taxa negativa de 0,4% e em 2017 a taxa média de juro aplicada a estes recursos foi de 0%(zero).

## **NOTA 29 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Depósitos</b>	<b>5.789.483</b>	<b>5.859.252</b>
À ordem	188.440	185.847
A prazo		
até 3 meses	-	-
de 2 meses a 1 ano	5.520.000	5.455.000
Juros a pagar	81.043	218.405
<b>Empréstimos</b>	<b>8.526.584</b>	<b>9.527.666</b>
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	-	-
de 3 meses a 1 ano	8.500.000	9.500.000
Juros a pagar	26.584	27.666
	<u>14.316.067</u>	<u>15.386.918</u>

As taxas de juro médias aplicáveis a estes recursos durante os exercícios de 2018 e 2017 foram respetivamente de 0,66% e 1,09%.

## **NOTA 30 - RECURSOS DE CLIENTES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Recursos de residentes</b>		
Depósitos à ordem	5.542.463	3.395.375
Depósitos a prazo		
até 3 meses	25.495.670	8.050.200
3 meses a 2 anos	39.949.136	57.703.698
Juros a pagar	123.549	159.560
Cheques e ordens a pagar	176	176
Outros	6.442	-
	<u><b>71.117.436</b></u>	<u><b>69.309.009</b></u>
<b>Recursos de não residentes</b>		
Depósitos à ordem	2.570	3.711
Depósitos a prazo		
até 3 meses	1.314.219	
3 meses a 2 anos	53.468.057	95.417.218
superior a 2 anos	276.875	17.821.600
Juros a pagar	1.183.807	647.248
	<u><b>56.245.528</b></u>	<u><b>113.889.777</b></u>
<b>Total Recursos de Clientes</b>	<u><b>127.362.964</b></u>	<u><b>183.198.786</b></u>

O BPG celebrou em abril de 2017 um acordo de parceria com a ‘fintech’ alemã Raisin, GMBH e o MHB Bank AG.

A parceria visa a cooperação entre as partes, permitindo a clientes Pessoas Singulares do mercado alemão e austríaco aceder à oferta de Depósitos a Prazo, entre os 6 meses e os 3 anos, até ao limite máximo de 100.000 euros por depositante, na plataforma eletrónica gerida pela Raisin, sendo todo o processo de KYC/AML e CDD servido pelo MHB.

A oferta encontra-se regulada nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 39.º da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, do artigo 13.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 926/2014 da Comissão, de 27 de agosto de 2014 e do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu, de 16 de abril de 2014, tendo sido comunicada às autoridades de supervisão competentes dos Estados-Membro de acolhimento e ao Banco Central Europeu.

As taxas de juro médias aplicáveis aos recursos captados junto de clientes durante os exercícios de 2018 e 2017 foram, respetivamente, de 1,21 % e 1,35%.

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso dos depósitos constituídos junto das instituições de crédito que nele participam, na eventualidade de estes se tornarem indisponíveis. Nesse âmbito, o Fundo garante o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, juros incluídos dos depósitos abrangidos pela garantia do Fundo, e contados até à data em

que se verificar a indisponibilidade dos depósitos, de acordo com determinadas condições, até ao limite máximo de 100.000 euros por depositante e por instituição.

### NOTA 31 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/dez/2018	31/dez/2017
Garantias e avales	8.201.109	8.553.538
<b>Activos dados em garantia</b>		
<b>Penhor de Títulos - "Pool de activos do Sistema Europeu de Bancos Centrais"</b>	<b>34.055.050</b>	<b>35.421.830</b>
BATSLN 1 5/2022		1.023.040
BGB 0.8 06/25		3.105.450
BTPS 0.95 01/03/23	1.947.500	-
BTPS 1,6 06/26	4.771.000	1.969.900
DB 1.5 01/2022	1.965.480	-
ENIIM 1.5 02/26	1.991.060	1.540.995
FRTR 2.25 2024		3.407.640
IRISH 0.9 05/28	1.994.040	-
MS 1 12/2022		510.555
PGB 2.2 10/22	9.699.030	1.083.870
PGB 2.125 10/28	6.215.940	
PGB 4.125 2027	3.000.650	4.735.960
PGB 4.75 06/19		5.350.800
PGB 4.45 06/2018		612.570
PGB 4.80 06/2020		10.050.300
REESM 1.25 03/27	497.750	-
RYAID 1.125 23		1.016.410
SAUK 1.125 3/25	1.972.600	1.014.340
Fundo de Garantia de Depósitos	<b>86.214</b>	<b>81.676</b>
PGB 2.2 10/2022	86.214	81.676
Sistema de Indemnização aos Investidores	<b>21.553</b>	<b>21.677</b>
PGB 2.2 10/2022	21.553	21.677
	<b>34.162.817</b>	<b>35.525.183</b>
<b>Outros Activos</b>		
Depósito a Prazo	<b>300.000</b>	<b>300.000</b>



	<b>31-dez-2018</b>	<b>31-dez-2017</b>
Compromissos Perante Terceiros		
Compromissos Irrevogáveis		
Responsabilidades a prazo de contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	26.775	26.775
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	27.996	27.996
	<b>54.771</b>	<b>54.771</b>
Compromissos Revogáveis		
Linhas de Crédito Revogáveis	389.699	628.756
Compromissos Bancários revogáveis	877.941	876.136
	<b>1.267.640</b>	<b>1.504.892</b>
	<b>1.322.411</b>	<b>1.559.663</b>
Operações cambiais e instrumentos derivados		
Futuros	15.657.017	18.603.254
Opções	-	-
	<b>15.657.017</b>	<b>18.603.254</b>
Responsabilidade por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	104.680.159	125.396.655
Valores administrados pelo BPG:	<b>18.622.031</b>	<b>19.128.659</b>
Activos cedidos em operações de cessão de crédito	4.427.022	5.626.009
Gestão de patrimónios	14.195.009	13.502.650
	<b>123.302.190</b>	<b>144.525.313</b>
Total	<b>177.744.434</b>	<b>200.513.413</b>

Os ativos dados em garantia correspondem (i) ao penhor de títulos, a preços de mercado, elegíveis como garantia, para a “Pool de ativos do Sistema Europeu de Bancos Centrais”, no âmbito da tomada de fundos junto do Banco Central Europeu (BCE), (ii) e para garantia do crédito intra - diário, (iii) aos títulos dados em penhor ao Banco de Portugal, para garantia das responsabilidades para com o Fundo de Garantia de Depósitos e Sistema de Indemnização aos Investidores, (iv) e a um depósito constituído junto de Instituição financeira nacional, como garantia pela representação do Banco na participação da vertente SEPA (*Single Euro Payments Area*), *Credit Transfer Scheme* relativo aos pagamentos transfronteiros em euros.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. O montante da contribuição anual encontra-se em outros resultados de exploração (Nota 10 – Outros resultados de exploração).

O saldo da rubrica de responsabilidades de contribuição para com o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) corresponde ao compromisso irrevogável que o Banco assumiu, por força de lei, de entregar àquele Fundo, caso este o solicite, as parcelas não realizadas de contribuições anuais.

O saldo da rubrica de responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os compromissos assumidos por terceiros têm a seguinte composição:

	<b>31-dez-2018</b>	<b>31-dez-2017</b>
Garantias Recebidas		
Garantias e avals - residentes	6.727.722	11.489.509
Fianças	1.905.000	2.105.001
Garantias reais		
Títulos	41.783.032	42.558.750
Valores imobiliários	40.252.535	43.167.714
Depósitos	6.525.000	6.153.536
Outras	543.804	4
	<b>97.737.094</b>	<b>105.474.515</b>
Compromissos Assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	10.000.000	11.992.512
Subscrição de títulos	-	-
	<b>10.000.000</b>	<b>11.992.512</b>
Serviços prestados por terceiros		
Guarda de Valores	92.824.931	161.594.412
	<b>92.824.931</b>	<b>161.594.412</b>
Total	<b>200.562.025</b>	<b>279.061.440</b>

O justo valor dos colaterais recebidos em garantia do crédito a clientes é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. No caso dos imóveis recebidos em garantia são feitas avaliações por avaliadores externos.

## NOTA 32 - EFETIVO DE TRABALHADORES

O efetivo de trabalhadores remunerados, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Banco em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, era o seguinte:

	<b>31-dez-2018</b>	<b>31-dez-2017</b>
Conselho de Administração	2	2
Direção	13	10
Enquadramento	7	7
Secretariado	3	3
Específicas/Técnicas	15	14
Outras Funções	1	1
	<b>41</b>	<b>37</b>

## NOTA 33 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social do BPG era de € 69.151.911,83 e estava representado por 26.791.152 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

A estrutura acionista do Banco pode ser analisada no quadro que segue:

	Número de ações		%	
	31-dez-2018	31-dez-2017	31-dez-2018	31-dez-2017
Fundação Oriente	24.272.231	12.466.408	90,60%	84,19%
STDP - SGPS	928.909	791.368	3,47%	5,34%
Fundação Stanley Ho	263.894	263.894	0,99%	1,78%
Carlos A.P.V. Monjardino	185.645	149.414	0,69%	1,01%
Outros	1.140.473	1.137.036	4,26%	7,68%
<b>Total</b>	<b>26.791.152</b>	<b>14.808.120</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O Banco foi constituído em 2000 com um capital social de € 18.000.000. No final de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000.

Conforme aprovado na Assembleia Geral Anual, de 30 de março de 2011, o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão no valor de € 1.651.915, que se encontrava registado em outras reservas, representativo de um aumento de 330.383 novas ações, cifrando-se nesta data o capital social do Banco em € 36.651.915.

No exercício de 2011 o Banco adquiriu 4 298 ações próprias, resultado de um contrato de dação em pagamento de dívida de terceiros. O valor destas ações encontra-se registado a deduzir ao capital próprio do Banco. Estas ações foram adquiridas ao valor unitário de € 3,50, do que resultou um prémio de emissão pela variação entre o valor nominal e o valor de aquisição no montante de € 6.447, o qual se encontra registado na rubrica de Prémios de emissão.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um aumento de capital por entradas em dinheiro, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, passando nesta data o capital social do Banco para € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital, por entradas de dinheiro, o primeiro em 17 de junho pela emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas, sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914,27; e o segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 53.651.913,20 (cinquenta e três milhões, seiscientos e cinquenta e um mil, novecentos e treze euros e vinte cêntimos). O segundo aumento de capital de 2016 fez parte de uma operação combinada de substituição de capital *Tier 2* (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital *Tier 1* (emissão de novas ações).

Durante o exercício de 2018 o BPG procedeu a dois aumentos de capital, por entradas de dinheiro, o primeiro em 14 de setembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 5.072.463 ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 60.651.912. O segundo em 28 de dezembro, por entradas em dinheiro, através da emissão de 6.910.569 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 69.151.912.

O Banco dispõe de fundos próprios nos montantes e composições indicados nos quadros constantes em infra, os quais são alocados em diferentes proporções às atividades e

diversas áreas de negócio desenvolvidas pela Instituição, assegurando a sua continuidade e crescimento.

Os fundos próprios de base do Banco são constituídos pelo somatório do Capital, Prémios de emissão, Outras Reservas e Resultados Transitados (os resultados do exercício em curso só são considerados quando certificados), deduzidos do somatório dos Ativos Intangíveis e dos Impostos Diferidos Ativos que estejam associados a provisões para riscos gerais de crédito, na medida em que estas provisões sejam elegíveis como elemento positivo dos fundos próprios complementares.

Os fundos próprios complementares correspondem ao excesso entre as provisões constituídas para riscos gerais de crédito e as provisões económicas que para essa mesma carteira foram determinadas.

A CRD IV/CRR, *Capital Requirements Directive IV/Capital Requirements Regulation* (Diretiva 2013/36 EU e o Regulamento EU 575/2013), exige requisitos de Fundos Próprios de Pilar 1, de 4,5%, 6% e 8% para Cet 1, tier1 e fundos próprios totais, respetivamente.

No âmbito do SREP (Supervisory Review and Evaluation Process), o Banco de Portugal notificou o BPG sobre a necessidade do cumprimento, em base individual, de um requisito total de fundos próprios (TSCR) de 13,5% e de um requisito global de capital (OCR) de 15,375%. O OCR inclui requisitos mínimos de fundos próprios totais de 8%, a respeitar permanentemente, em conformidade com o nº 1 do artigo 92º do Regulamento (EU) Nº 575/2013, e um requisito específico de fundos próprios de 5,5%, a respeitar permanentemente, determinado ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do nº 1 do artigo 116º e da alínea a) do nº 2, das alíneas a), b), c) e e) do nº 3 e do nº 4 do artigo 116º-C do RGICSF.

A Instituição encontra-se também sujeita ao requisito global de capital (OCR), nos termos em que o mesmo é definido no Capítulo 1.2 do Título 1 das Orientações da EBA/GL/2014/13, que inclui para além do TSCR, o requisito combinado de reservas, conforme definido na alínea g) do nº 2 do artigo 138º do RGICSF.

O requisito combinado de reservas é constituído por:

Reserva de conservação de fundos próprios – que tem por objetivo acomodar perdas subjacentes a um cenário potencialmente adverso, permitindo às instituições manter um fluxo de financiamento estável à economia real.

Reserva contracíclica – baseada na avaliação global de um conjunto de indicadores financeiros e macroeconómicos é aplicada às exposições de crédito ao setor privado não financeiro nacional. Para o quarto trimestre de 2018 o Banco de Portugal determinou a sua manutenção em 0% do montante total das posições em risco.

Reserva sistémica (“reserva de O-SII”) – este requisito pode ser aplicado a todo o setor financeiro ou a partes desse setor. É de aplicação a instituições de crédito e empresas de investimento que tenham sido identificadas como instituições de importância

sistémica global (“G-SII”) ou Outras instituições de importância sistémica (“O-SII”), tal como definido nos requisitos da Parte VIII do Regulamento (UE) n.º 575.

Desde março de 2013 os fundos próprios são apurados de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, e incluem os fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e de nível 2 (*Tier 2*).

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a metodologia da CRD IV/CRR são os seguintes:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
Capital	69.151.912	53.651.913
Prémios de emissão	223.334	9.235
Reservas por rendimento integral acumulado	462.645	(815.450)
Outras reservas e resultados transitados	(30.976.150)	(30.830.887)
(Ações próprias)	(309.316)	(21.490)
Resultado do exercício	(14.015.510)	807.644
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b><u>24.536.915</u></b>	<b><u>22.800.966</u></b>
Ajustamento transitórios	43.051	1.152.857
Ajustamento avaliação prudente	-56.326	
Ativos intangíveis	-172.811	-12.462
Impostos ativos diferidos	-2.272.708	-4.995.699
<b>Deduções</b>	<b><u>-2.458.795</u></b>	<b><u>-3.855.304</u></b>
<b>Common Equity Tier 1</b>	<b><u>22.078.119</u></b>	<b><u>18.945.662</u></b>
<b>Tier 1</b>	<b><u>22.078.119</u></b>	<b><u>18.945.662</u></b>
Empréstimo subordinado	2.082.174	2.550.000
Deduções		(977.603)
<b>Tier 2</b>	<b><u>2.082.174</u></b>	<b><u>1.572.397</u></b>
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b><u>24.160.293</u></b>	<b><u>20.518.059</u></b>
<b>RWA's</b>	<b><u>112.460.946</u></b>	<b><u>112.560.354</u></b>
<b>Common Equity Tier 1</b>	<b>19,63%</b>	<b>16,83%</b>
<b>Tier 1</b>	<b>19,63%</b>	<b>16,83%</b>
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b>21,48%</b>	<b>18,23%</b>

#### NOTA 34 – RESERVAS DE REAValiaÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor através de outro rendimento integral de outros ativos financeiro		
Instrumentos de dívida (Nota 18)	605.764	(382.586)
Instrumentos de capital (Nota 18)	(6.822)	(669.608)
	<u><b>598.942</b></u>	<u><b>(1.052.193)</b></u>
<b>Reservas por impostos diferidos</b>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor através de outro rendimento integral de outros ativos financeiro		
	(136.297)	236.744
	<u><b>(136.297)</b></u>	<u><b>236.744</b></u>
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva legal	377.123	296.359
Outras reservas (i)	2.349.846	1.622.967
Resultados transitados	(33.703.120)	(32.750.212)
	<u><b>(30.976.150)</b></u>	<u><b>(30.830.887)</b></u>
	<u><b>(30.513.505)</b></u>	<u><b>(31.646.337)</b></u>

(i) As Outras reservas incluem uma Reserva indisponível, em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais.

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

### Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos.

Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### **NOTA 35 - TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades relacionadas, do universo da Fundação Oriente, e outros acionistas com participação qualificada, apresentam-se como segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Crédito a Clientes</b>		
Mundigere, SGPS	104.643	156.964
Soc. das Termas Monchique II	1.499.999	1.499.999
Universe Lusófono - Inv. Imobiliários, S.A.	9.893.780	9.327.963
	<u><b>11.498.422</b></u>	<u><b>10.984.927</b></u>
<b>Juros a receber</b>		
Mundigere, SGPS	1.721	2.581
Soc. das Termas Monchique II	7.917	1.667
Universe Lusófono - Inv. Imobiliários, S.A.	-	6.674
	<u><b>9.637</b></u>	<u><b>10.922</b></u>
<b>Comissões a receber</b>		
Fundação Oriente	3.510	23.937
Fundação Stanley Ho	5.531	22.243
STDP, SGPS	5.528	17.458
	<u><b>14.570</b></u>	<u><b>63.638</b></u>
<b>Total de ativo</b>	<u><b>11.522.629</b></u>	<u><b>11.059.487</b></u>
<b>Passivo</b>		
<b>Recursos de clientes</b>		
Domorient	57.746	30.139
Fundação Oriente	4.010.333	5.066.699
Fundação Stanley Ho	906.335	1.579.615
Marinas Barlavento	19.044	39
Mundigere, SGPS	5.451	33.937
Regis Hóteis	89.577	5.551
Soc. das Termas Monchique II	235	891
STDP, SGPS	1.535.485	10.832.512
Universe Lusófono - Inv. Imobiliários, S.A.	1.421	1.460
	<u><b>6.625.626</b></u>	<u><b>17.550.842</b></u>
<b>Outros Passivos Subordinados</b>		
Fundação Oriente	1.800.000	1.800.000
STDP, SGPS	600.000	600.000
	<u><b>2.400.000</b></u>	<u><b>2.400.000</b></u>
<b>Juros a pagar</b>		
<b>De Recursos de clientes</b>		
Domorient	12	9
Fundação Oriente	7.900	11.634
Fundação Stanley Ho	1.046	4.458
STDP, SGPS	826	19.792
	<u><b>9.784</b></u>	<u><b>35.894</b></u>
<b>Juros a pagar</b>		
<b>De Outros passivos subordinados</b>		
Fundação Oriente	35.625	35.625
STDP, SGPS	11.875	11.876
	<u><b>47.500</b></u>	<u><b>47.501</b></u>
<b>Total passivo</b>	<u><b>9.082.909</b></u>	<u><b>20.034.237</b></u>

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>		
<b>Garantias Prestadas</b>		
Fundação Stanley Ho	84.095	-
Marinas Barlavento	18.640	-
Soc. das Termas Monchique II	-	52.501
	<u><b>102.735</b></u>	<u><b>52.501</b></u>
<b>Compromissos revogáveis</b>		
Soc. das Termas Monchique II	1	1
	<u><b>1</b></u>	<u><b>1</b></u>
<b>Valores administrados pela Instituição</b>		
Fundação Oriente	3.067.968	2.780.250
Fundação Stanley Ho	4.776.795	3.786.091
STDP, SGPS	4.807.568	4.624.698
	<u><b>12.652.332</b></u>	<u><b>11.191.039</b></u>
<b>Total extrapatrimoniais</b>	<u><b>12.755.068</b></u>	<u><b>11.243.541</b></u>

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Custos</b>		
<b>Juros e custos equiparados</b>		
<b>De Recursos de clientes</b>		
Domorient	31	83
Fundação Oriente	31.801	78.051
Fundação Stanley Ho	2.128	40.705
STDP, SGPS	44.712	127.449
<b>De Outros passivos subordinados</b>		
Fundação Oriente	85.500	85.500
STDP, SGPS	28.500	28.500
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>		
Fundação Oriente	272.253	274.183
	<u><b>464.924</b></u>	<u><b>634.471</b></u>

<b>Proveitos</b>		
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
Mundigere, SGPS	4.979	9.716
Soc. das Termas Monchique II	76.678	76.587
Universe Lusófono - Inv. Imobiliários, S.A.	78.966	144.713
	<u><b>160.623</b></u>	<u><b>231.016</b></u>
<b>Outras comissões</b>		
Domorient	120	120
Fundação Oriente	18.048	45.294
Fundação Stanley Ho	33.281	39.442
Marinas Barlavento	856	-
Regis Hóteis	390	564
Soc. das Termas Monchique II	471	3.163
STDP, SGPS	34.533	31.800
Universe Lusófono - Inv. Imobiliários, S.A.	1.073	-
	<u><b>88.771</b></u>	<u><b>120.384</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>249.395</b></u>	<u><b>351.400</b></u>



Resumem-se como segue os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos às transações verificadas com os elementos da Administração e Direção do Banco:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Crédito a Clientes</b>		
Direção	84.222	183.253
	<u>84.222</u>	<u>183.253</u>
<b>Juros a receber</b>		
Direção	18	22
	<u>18</u>	<u>22</u>
<b>Comissões a receber</b>		
Administração	1.279	293
	<u>1.279</u>	<u>293</u>
<b>Total de ativo</b>	<u>85.519</u>	<u>183.568</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Recursos de clientes</b>		
Administração	9.839	201
Direção	48	293
	<u>9.887</u>	<u>494</u>
	<u>31/dez/2018</u>	<u>30/jun/2016</u>
<b>Proveitos</b>		
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
Direção	1.293	1.698
	<u>1.293</u>	<u>1.698</u>
<b>Outras comissões</b>		
Administração	5.172	7.656
Direção	1	-
	<u>5.173</u>	<u>7.656</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades participadas, nas quais o Banco não exerce quaisquer posições na gestão ou nas tomadas de decisão, resume-se como segue:

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Crédito Concedido</b>		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. a)	4.604.315	4.604.315
J.D.Alvarez, SGPS,SA	247.060	220.865
	<u>4.851.375</u>	<u>4.825.180</u>
<b>Outros Ativos</b>		
<b>Suprimentos</b>		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. a)	1.258.000	1.258.000
	<u>1.258.000</u>	<u>1.258.000</u>
<b>Juros a receber</b>		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. a)	-	-
J.D.Alvarez, SGPS,SA	637	2.482
	<u>637</u>	<u>2.482</u>
<b>Total de ativo</b>	<u>6.110.013</u>	<u>6.085.662</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Recursos de Participadas</b>		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	620	575
	<u>620</u>	<u>575</u>
<b>Total passivo</b>	<u>620</u>	<u>575</u>
	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Extrapatrimoniais</b>		
<b>Compromissos revogáveis</b>		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	42.940	69.135
	<u>42.940</u>	<u>69.135</u>
<b>Total extrapatrimoniais</b>	<u>42.940</u>	<u>69.135</u>

(a) O Banco realizou no segundo semestre de 2011, suprimentos à Aquapura Hotel Villas & Spa Ceará, Ltda, no valor de Eur 1.258.800. Este valor encontra-se totalmente provisionado.

	<u>31/dez/2018</u>	<u>31/dez/2017</u>
<b>Proveitos</b>		
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	8.732	8.060
	<u>8.732</u>	<u>8.060</u>
<b>Outras comissões</b>		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	-	25
	<u>-</u>	<u>25</u>

### NOTA 36 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui, de acordo com a política definida na Nota 2.14, as seguintes componentes:

	<u>31-dez-2018</u>	<u>31-dez-2017</u>
Caixa	15.563	21.748
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	27.085.171	25.288.039
Disponibilidades sobre instituições de crédito	46.697.074	24.412.681
	<u>73.797.808</u>	<u>49.722.468</u>

### NOTA 37 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pela Fundação Oriente, através do método da equivalência patrimonial.

As contas desta Instituição podem ser obtidas diretamente na sua Sede situada no Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte - 1350-352 Lisboa.

### NOTA 38 – CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

1. No âmbito das suas atividades, o Banco tem em curso um processo judicial colocado por um ex-cliente, por factos ocorridos em 2006, e cujo montante máximo reclamado ascende a cerca de € 335.863,59, adicionado dos juros de mora a serem aplicados desde a data de entrada em juízo. Em 29 de setembro de 2016, o Tribunal da Comarca de Lisboa condenou o Banco ao pagamento da quantia de € 294.957,24 e respetivos juros remuneratórios, bem como das custas do processo. Em novembro de 2017, o Banco apresentou recurso, pedindo a nulidade da sentença, a revogação da decisão e, consequentemente, a absolvição. Em junho de 2018, existiu um acórdão desfavorável e o Banco recorreu para o supremo tribunal de justiça.

#### 2. Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:

- Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
- Contribuições iniciais das instituições participantes;
- Contribuições periódicas das instituições participantes;
- Importâncias provenientes de empréstimos;
- Rendimentos de aplicações de recursos;
- Liberalidades; e
- Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições periódicas, que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos.

A instrução do Banco de Portugal nº 20/2017 de 19 de dezembro fixa a taxa base a vigorar em 2018 para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução em 0,0459%.

A contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a € 42.122 milhares de euros e a Contribuição para o Setor Bancário cifrou-se em € 129.274.

### **3. Medida de Resolução do Banco Espírito Santo, SA.**

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

No âmbito deste processo, o Fundo de Resolução realizou uma entrada de capital no Novo Banco de 4.900 milhões de euros, passando a ser o único acionista. Desse montante, 3.900 milhões resultaram de um empréstimo concedido pelo Estado Português, 700 milhões foram concedidos por um sindicato bancário, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão e o restante corresponde a recursos financeiros do próprio Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Recentemente, em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:

- i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;
- ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade *BES Finance*, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
- iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões

futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

- iv) Em 20 de fevereiro de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado a *Lone Star* como potencial investidor para a compra do Novo Banco e em 31 de março efetuou um comunicado informando ter selecionado esta empresa para a conclusão do processo de venda do Novo Banco. Nos termos do acordo, a *Lone Star* irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de € 1.000 milhões, dos quais € 750 milhões no momento da conclusão da operação e os restantes € 250 milhões no prazo de até 3 anos. Desta forma, a *Lone Star* passará a deter 75 % e o Fundo de Resolução 25 % do capital do Novo Banco.

#### **4. Medida de Resolução do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.**

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público, do qual 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução emitiu um comunicado informando:

- (i) Terem sido alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo e ao Banif, que ascendem a € 4.953 milhões concedidos pelo Estado e a € 700 milhões concedidos por um sindicato bancário; (ii) Aqueles empréstimos passam a ter vencimento para dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado; (iii) A revisão das condições do empréstimo visou assegurar a sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Fundo; (iv) permitir que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração do Banco não dispôs de informação que lhe permitisse estimar com razoável fiabilidade se, na sequência da alienação do Novo Banco, do desfecho de ações judiciais em curso e de outras eventuais responsabilidades que possam ainda resultar da medida de resolução aplicada ao Banif, irá resultar uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, nesse caso, a forma como a mesma será financiada.

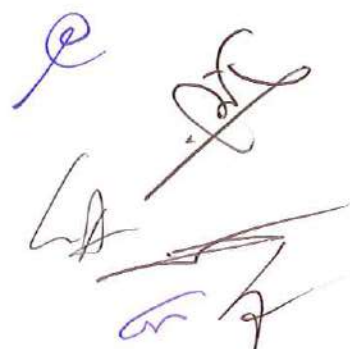
Nestas circunstâncias, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto destas situações nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que eventuais custos a suportar pelo Banco dependem das condições em que se verificar o desenvolvimento das matérias referidas acima e das determinações que venham a ser emanadas pelo

Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

#### **NOTA 39 – EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO**

Não se registaram situações enquadráveis nesta rubrica.

18. Declaração sobre Política de Remuneração de Membros dos  
Órgãos de Administração e Fiscalização

A cluster of handwritten signatures in blue and black ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and overlapping.

# **DECLARAÇÃO**

## **SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DOS**

### **ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO BANCO**

### **PORTUGUÊS DE GESTÃO, SA**

#### **I. Enquadramento legal**

1. Nos termos do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, o órgão de administração ou a comissão de remunerações, quando exista, das entidades consideradas de interesse público (qualificação decorrente da Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro que revogou o Decreto – Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro) deve, com uma periodicidade anual, submeter ao crivo e aprovação da Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remunerações dos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização.
2. Por seu turno, o n.º 7 do artigo 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 determina ainda que cabe à comissão de remunerações prestar anualmente informação à Assembleia Geral sobre a política de remunerações em vigor e as respetivas e eventuais alterações que à mesma seja necessário realizar, informação esta que deve contar com um parecer fundamentado sobre a adequação daquela política.
3. O Banco Português de Gestão, SA, enquanto instituição de crédito, é considerado uma entidade de interesse público (nos termos do art. 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, anexo à Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro), pelo que está sujeito ao dever de apresentação da declaração referida nos pontos anteriores, dever este que, por não estarem preenchidos os requisitos regulamentares elencados no artigo 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 para a constituição de uma comissão de remunerações, e considerando a expressa delegação daquela responsabilidade a dois administradores não-executivos (conforme deliberação da Assembleia Geral datada de 26 de Março de 2016 e o art. 10.º dos Estatutos em vigor), será cumprido pelos Senhores Drs. Carlos Monjardino e Mário Brandão Ferreira.

#### **II. Declaração sobre Política de Remuneração**

1. Considerando o disposto no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, em conjugação com o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, declaramos que é nosso entendimento que se encontram salvaguardados os objetivos de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, designadamente dos que exercem funções executivas, com os interesses de longo prazo do Banco, desincentivando-se uma assunção excessiva de riscos (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 1, a)).
2. Assumi para nós especial relevância a matéria concernente a remunerações variáveis, em conformidade com o disposto no artigo 8.º, n.º 1, do referido Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, o qual determina que “a remuneração dos membros executivos do órgão da administração deve integrar uma componente variável, com a fixação de um





limite máximo, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e a extensão dos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição”.

3. Neste âmbito encontra-se prevista, no caso de algumas áreas de negócio essenciais para a formação de resultados do Banco, a possibilidade de atribuição de uma remuneração variável, a qual é calibrada pela análise dos resultados da Instituição, quer históricos, quer previsionais. Por outro lado, o desiderato do desincentivo à assunção excessiva de riscos aconselha a definição de critérios objetivos utilizados na avaliação do desempenho.

4. Assim, por decisão de 6 de Março de 2017, esta instituição atribuiu aos membros executivos do órgão de administração as remunerações fixas anuais de €150.000,00 e €120.000,00 pagas em 14 prestações para regularização das remunerações mensais e subsídios de férias e de Natal. Para além desta, foi-lhes atribuído o direito à utilização de viaturas automóveis.

5. No que concerne à parte variável da remuneração e relativamente a um dos membros executivos referidos no parágrafo anterior, foi decidido atribuir uma remuneração variável resultante da aplicação da percentagem de 1,5% ao Resultado Líquido do Exercício, constante do fecho de contas anual, relativa ao triénio 2017/2019, prevendo-se o seu pagamento no ano de 2018, na condição de o Resultado Líquido do Exercício deduzido desta remuneração variável ser igual ou superior a €2.000.000,00 e sujeita a um valor máximo anual correspondente a 4 meses de remuneração fixa. Esta remuneração não veio a ser paga, uma vez que não se verificaram as condições de que foi decidido fazer depender a mesma.

6. Mais se fixou, relativamente ao segundo membro executivo, a atribuição de uma remuneração variável resultante da aplicação de uma percentagem de 1% indexada ao Resultado Anual da área de Mercados Financeiros, calculado segundo um critério de *Mark to Market* e deduzido dos custos de pessoal da referida área, a pagar apenas na condição de o mesmo vir a ser superior ao valor líquido de €1.000.000,00 desta remuneração variável, sujeita a um valor máximo anual correspondente a 4 meses de remuneração fixa. Verificadas as condições estipuladas para a atribuição desta remuneração, foi liquidado o respetivo montante.

7. Ademais se considerou o disposto no artigo 9.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, no que respeita a remunerações dos membros dos órgãos de fiscalização, pelo que, no tocante à remuneração destes, não foi incluída qualquer componente de montante dependente do desempenho ou do valor desta instituição.

8. Não foram atribuídas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou pagamento de prémios anuais ou quaisquer outros benefícios não pecuniários.

9. Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração pela cessação de funções nesses cargos (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea j)).



10. A indemnização a pagar por destituição de membros de órgão estatutário sem justa causa, é calculada nos termos da lei geral, designadamente do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais. Consequentemente, a destituição assim configurada poderá dar lugar ao pagamento de indemnização pelos danos sofridos, seja nos termos previstos no contrato ou nos termos gerais de direito. De uma forma ou de outra a indemnização não poderá nunca exceder o montante das remunerações que o membro presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea k) e artigo 10.º do mesmo Aviso).

11. O Banco não se encontra em relação de domínio ou de grupo relativamente a quaisquer outras sociedades, inexistindo assim pagamentos de remunerações devidas pelo Banco feitos por estas a membros do órgão de gestão (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea l)).

12. Os membros do órgão de gestão não beneficiam de regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada que sejam suportados pelo Banco (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea m)).

13. Não são atribuídos benefícios não pecuniários aos membros do órgão de gestão, para além do seguro de grupo de saúde e do seguro de vida de que beneficiam, em igualdade de circunstâncias, a generalidade dos colaboradores do Banco (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea n)).

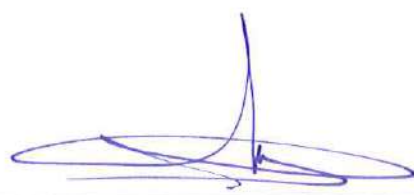
14. Não se tem conhecimento de qualquer recurso por esses membros a seguros de remuneração ou de responsabilidade ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea o)).

### **III. Parecer**

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do Artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, e com os fundamentos anteriormente enunciados, considera-se adequada à instituição a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização em vigor. Neste sentido, por decisão de 6 de Março de 2017, foram deliberadas as alterações introduzidas e discriminadas acima, designadamente, no que toca às remunerações variáveis, as quais produzem os seus efeitos no ano de 2018.

Lisboa, 1 de Março de 2019

  
(Mário José Brandão Ferreira)

  
(Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino)

## 19. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes, located in the bottom right corner of the page.





## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Português de Gestão, SA (“Banco”) relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2 Ao longo do ano, o Conselho Fiscal desenvolveu, com a periodicidade e a extensão que considerou adequadas, a sua ação de acompanhamento/fiscalização da atividade do Banco, tendo nomeadamente em vista verificar a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno. No decurso do exercício, o Conselho Fiscal tomou conhecimento da ocorrência no final do 1º semestre – em consequência de uma conjugação imprevista de diversos fatores adversos – de uma súbita deterioração de vários indicadores e, nomeadamente, dos rácios de cobertura de capital. Esta situação, a par da pronta realização pelos acionistas de um necessário reforço do capital do Banco, justificou a adoção pela Administração de um abrangente conjunto de medidas, visando a rápida correção das insuficiências detetadas. De igual modo, a referida situação justificou a revisão pelo Conselho Fiscal, efetuada em setembro, dos procedimentos de fiscalização estabelecidos, a qual teve em vista o reforço da ação fiscalizadora deste Conselho.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna. Foi também vigiada a observância da lei e dos estatutos e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo as competências do Conselho Fiscal sido exercidas em conformidade com o estabelecido no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.

3 Acompanhámos os trabalhos desenvolvidos pela Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e apreciamos a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.


5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 8 de abril de 2019

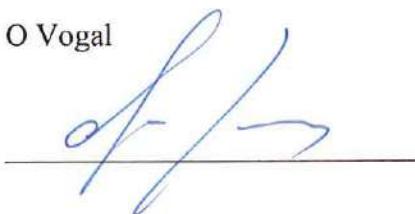
O Presidente do Conselho Fiscal

  
Manuel Pinto Barbosa

O Vogal

  
Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva

O Vogal



Manuel Augusto Lopes de Lemos

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a series of loops and a long horizontal stroke.

## 20. Certificação Legal de Contas

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Building a better  
working world

Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Português de Gestão, S.A. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 198.001.349 euros e um total de capital próprio de 24.536.915 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.015.510 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Português de Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Chamamos a atenção para a seguinte situação:

- » O Ativo do Banco inclui impostos diferidos ativos no montante de 4.044.015 euros, dos quais 2.272.708 euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis, cuja recuperação está dependente do apuramento de lucros tributáveis futuros no período máximo de doze anos (Notas 13 e 25 às Demonstrações Financeiras). Em 2018, foi elaborado um novo plano de negócios a médio prazo ("Plano Estratégico e de Sustentabilidade 2019-2021") que prevê a recuperabilidade dos referidos impostos diferidos ativos assente no pressuposto de sucesso das novas estratégias definidas no referido plano, aprovado pela gestão.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### 1. Imparidade para Crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A conta do balanço crédito a clientes inclui imparidade acumulada que ascende a 23.465.032 euros, reconhecendo-se um impacto de 4.804.315 euros nos resultados do ano registados na linha de imparidade do crédito líquido de reversões. O valor bruto do crédito a clientes é de 71.435.927 euros, pelo que a imparidade acumulada representa 32,85% do valor do crédito. O detalhe da imparidade e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Nota 2.13, Nota 20 e Nota 21).</p> <p>Adicionalmente, desde 1 de janeiro de 2018, por via da aplicação pela primeira vez da Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos financeiros, a imparidade passou a refletir a perda esperada (anteriormente, perda incorrida). Esta norma introduz dois conceitos novos: o “aumento significativo no risco de crédito” e “previsões de condições económicas futuras”. Os impactos da transição estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Nota 1).</p> <p>O processo de quantificação individual de perdas por imparidade tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão, nomeadamente, na identificação de indícios de imparidade, na estimativa dos fluxos de caixa futuros disponíveis para cumprimento do serviço de dívida e na valorização de colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses colaterais, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.</p> <p>A utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos podem ter um impacto material no valor da imparidade estimada.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve e a materialidade do seu valor consideramos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno implementados no processo de apuramento das perdas por imparidade;</li> <li>▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo Banco na determinação do valor líquido contabilístico do crédito, através de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indagação aos responsáveis pela determinação da imparidade, de forma a compreender a base e os pressupostos utilizados para as exposições mais significativas e obter a documentação de suporte às respetivas decisões;</li> <li>- Para os créditos com indícios de imparidade analisados individualmente, foram executados testes de detalhe sobre a documentação que suporta as estimativas e os julgamentos utilizados, como sejam a taxa de desconto, o momento e o valor recuperável da realização dos colaterais. Em particular, testámos o valor subjacente ao colateral através da análise dos relatórios de avaliação preparados por especialistas externos contratados pelo Banco.</li> </ul> </li> <li>▶ Analisámos as divulgações nas Notas às demonstrações financeiras do Banco, aferindo da sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados e os requisitos das normas internacionais de relato financeiro.</li> </ul>



## 2. Transações com partes relacionadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme divulgado na Nota 35 às Demonstrações Financeiras, o Banco realizou operações no decurso normal das suas atividades com participadas e outras entidades do Grupo em que se insere.</p> <p>Estas operações referem-se essencialmente a operações de concessão de crédito, receção de depósitos e celebração de contratos de gestão de carteiras de títulos, estando assim a demonstração de resultados influenciada pelos custos e proveitos decorrentes destas transações.</p> <p>Tendo em consideração que as transações entre partes relacionadas, se não forem realizadas a preços de mercado, podem ter impactos relevantes nos resultados do Banco, considerámos esta matéria como relevante no âmbito da auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento do processo definido pela Gestão para identificação e registo dos saldos e transações com partes relacionadas;</li> <li>▶ Análise, para uma amostra de operações, da respetiva documentação suporte, de forma a compreendermos a natureza e condições das transações e enquadramento no âmbito da atividade do Banco;</li> <li>▶ Para a mesma amostra, comparámos os preços praticados com os valores de referência do mercado e aferimos o impacto do valor destas transações nas demonstrações financeiras; e</li> <li>▶ Analisámos as divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras do Banco sobre esta matéria aferindo a sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados.</li> </ul>

## 3. Estimativa de Impostos Diferidos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Tal como detalhado nas Notas 13 e 25 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, incluem impostos diferidos ativos e passivos no montante de 4.044.015 euros e 137.900 euros, respetivamente. Os impostos diferidos ativos são maioritariamente respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 2.272.708 euros, cuja recuperabilidade depende do apuramento de lucros tributáveis em determinados prazos legais (máximo doze anos).</p> <p>Atendendo a que o Banco apresenta historicamente resultados negativos (à exceção de 2017 em que apresentou um resultado líquido positivo de 807.644 euros, considerámos que existe um risco de distorção material associado à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, razão pela qual consideramos como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento do processo implementado pela Gestão para apuramento e acompanhamento do apuramento de impostos correntes e diferidos;</li> <li>▶ Incluímos na nossa equipa de auditoria, especialistas internos nas matérias fiscais, para analisar a estimativa de impostos correntes e diferidos e sua conformidade com a legislação fiscal em vigor;</li> <li>▶ Testámos e analisámos a plenitude dos montantes registados como impostos correntes e diferidos;</li> <li>▶ Entendimento das estratégias incorporadas no "Plano Estratégico e de Sustentabilidade 2019-2021" e dos pressupostos das projeções económico-financeiras; e</li> <li>▶ Analisámos a consistência e plenitude das divulgações relacionadas com os impostos correntes e diferidos e se as mesmas cumpriram com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.</li> </ul>

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- » preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- » elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- » criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- » adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- » avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da Informação financeira do Banco.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- » identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- » obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- » avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- » concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- » avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- » comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;



- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores do Banco Português de Gestão pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 23 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 5 de abril de 2019

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC n.º 1661  
Registado na CMVM com o n.º 20161271